



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA

Cármem Lúcia Hernandes Agustini

Para viver (d)a linguagem:
A reflexão sobre a linguagem em minha vida

Uberlândia – MG

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA

Cármem Lúcia Hernandes Agustini

Para viver (d)a linguagem:
A reflexão sobre a linguagem em minha vida

Memorial Descritivo apresentado ao Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para o processo de avaliação para fins de promoção à classe “Titular” da carreira do magistério superior na Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia – MG

2022



COMITÊ AVALIADOR

Ernesto Sérgio Bertoldo (Prof. Titular-UFU) - Presidente

Amanda Eloina Scherer (Profa. Titular-UFSM) – Membro Titular

Luiz Francisco Dias (Prof. Titular-UFMG) – Membro Titular

Pedro de Souza (Prof. Titular-UFSC) – Membro Titular

Maura Alves de Freitas Rocha (Profa. Titular-UFU) – Suplente Interno

Maria Virgínia Borges Amaral (Profa. Titular - UFAL) – Suplente Externo

Maralice de Souza Neves (Profa. Titular - UFMG) – Suplente Externo

A escrita é o mais ambíguo e o mais sedutor dos espelhos.

Georges Picard

Toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua.

Michel Pêcheux

Agradecimentos

Uma trajetória intelectual-acadêmica se imiscui à própria vida e a vida não acontece na solidão do espaço sideral. Família, amigos, professores e mestres queridos, colegas de trabalho, orientandos, alunos... todos que, direta ou indiretamente, participa(ra)m, de alguma forma, de minha trajetória de vida, recebam minha gratidão!

Nomeio aqui, em especial, aqueles que me acompanha(ra)m em minha trajetória e que, de alguma forma, determina(ra)m minhas decisões e sentidos.

A Deus, pelo presente da vida e de tudo mais...

A meus pais, Dionilda e João, por me aceitarem como filha e pelo amor exemplificado.

Ao Edson, companheiro de vida, pela amizade e pelo carinho.

Ao meu filho João Vítor, pela sua doce presença e pelo amor incondicional que nos une.

Aos Professores Eduardo Guimarães, Eni Orlandi, Luiz Francisco Dias, Mônica Zoppi-Fontana, Bethania Mariani, José Horta Nunes, Pedro de Souza, Telma Domingues da Silva, Ernesto Sérgio Bertoldo, e tantos outros, pelos muitos sentidos que imprimem em minha história.

Aos queridos amigos parceiros, Eduardo Alves Rodrigues, João de Deus Leite, Érica Daniela de Araújo, Luiza Kátia Castello Branco, José Simão da Silva Sobrinho, Renata Chrystina Bianchi de Barros e Gabriel Leopoldino dos Santos, pela amizade, pelo afeto e pelo trabalho conjunto.

Aos alunos e orientandos, impossível nomeá-los todos, pela oportunidade da convivência e pelo exercício de (com)partilhar conhecimentos.

À minha amiga-irmã, Vandinha, pela adoção fraterna.

Às minhas amigas, Adrianly e Vânia, pelo carinho e pela solidariedade.

Aos companheiros do bem, José Rubens, Cida, Christiane, Jeane, Afonso, Patrícia, Carol, Joana, Natália, Sarita, Allan, Andréa Guinâncio, Cláudio, Fátima...

Aos colegas, aos amigos de trabalho e aos técnicos, pela convivência.

A vocês, minha gratidão e carinho!



PARA VIVER (D)A LINGUAGEM:
A REFLEXÃO SOBRE A LINGUAGEM EM MINHA VIDA

IDENTIFICAÇÃO

CÁRMEN LÚCIA HERNANDES AGUSTINI

Matrícula Siape: 1461667

Naturalidade: São José do Rio Preto – SP

E-mail institucional: carmen.agustini@ufu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2810007575519305>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5504-3911>

FORMAÇÃO

Ensino Fundamental: Escola Estadual Walfredo de Andrade Fogaça – São José do Rio Preto

Ensino Médio: Escola Estadual Adahir Guimarães Fogaça – São José do Rio Preto

Graduação: Licenciatura em Letras: português e espanhol – UNESP – Rio Preto

Mestrado: Linguística – IEL/Unicamp

Doutorado: Linguística – IEL/Unicamp

Recém-Doutor: Faculdade de Letras – UFMG

Pós-Doutorado: Linguística – IEL/Unicamp

Especialização: Psicologia – Instituto LAHMIEI/UFSCar – São Carlos



RESUMO

No presente memorial, narro aspectos significativos de minha trajetória de vida, de minha relação com a linguagem e dos caminhos percorridos em busca de respostas e de formação adequada para o exercício da docência e da pesquisa em Ciências da Linguagem. Esses caminhos, que nem sempre foram os mais fáceis, fazem parte do que sou hoje como pessoa e como professora-pesquisadora da Universidade Federal de Uberlândia, ou seja, constituem o romance de minha vida e fundamentam a compreensão do que pode e deve significar ao leitor a minha trajetória. Constan deste texto lembranças e citações de documentos e de textos que imiscuem narrativas pessoais e narrativas de formação e de atuação profissional. As narrativas pessoais são registros de lembranças/esquecimentos que permanecem vivas/os em mim e que dão o traçado das lutas, dos desejos, das inquietações, das angústias, mas também da perseverança, da coragem, do respeito, da resiliência e da gratidão que me constituem. As narrativas de formação e de atuação profissional são caucionadas também por citações de documentos e de textos que resultaram de meus mo(vi)mentos de reflexão sobre a linguagem e seu funcionamento.

Palavras-chaves: Memorial; Análise de Discurso; História das Ideias Linguísticas; Semântica.



ABSTRACT

In this academic memorial, I have narrated significant aspects of my life trajectory, my relationship with language and the paths taken in search of answers and adequate qualification for the exercise of research and teaching in Language Sciences. These paths, which were not always the easiest, are part of who I am today as a person and as a scholar at the Federal University of Uberlândia, that is, they constitute the romance of my life and underlie the understanding of what my trajectory can and should mean to the reader. This text contains memories and citations of documents and texts that mix personal narratives and narratives of professional qualification and performance. Personal narratives are records of memories that remain alive in me and that outline not only the struggles, desires, concerns, anxieties, but also the perseverance, courage, respect, resilience and gratitude that constitute me as well. The professional qualification and performance narratives are also supported by citations of documents and texts that resulted from my mo(ve)ments of reflection on language and its functioning.

Keywords: Academic Memorial; Discourse Analysis; History of Linguistic Ideas; Semantics.



RESUMEN

En este memorial narro aspectos significativos de mi trayectoria de vida, de mi relación con el lenguaje y los caminos recorridos en la búsqueda de respuestas y formación adecuada para el ejercicio de la docencia y la investigación en Ciencias del Lenguaje. Esos caminos, que no siempre han sido los más fáciles, forman parte de lo que soy hoy como persona y como profesora-investigadora de la Universidad Federal de Uberlândia, es decir, constituyen el romance de mi vida y fundamentan la comprensión de lo que puede y debe significar para el lector mi trayectoria. Este texto contiene memorias y citas de documentos y textos que mezclan narrativas personales y narrativas de formación y actuación profesional. Las narrativas personales son registros de recuerdos/olvidos que permanecen vivos en mí y que describen las luchas, los deseos, las preocupaciones, las angustias, pero también la perseverancia, el coraje, el respeto, la resiliencia y la gratitud que me constituyen. Las narrativas de formación y desempeño profesional también se sostienen en citas de documentos y textos que resultaron de mis mo(vi)m(i)entos de reflexión sobre el lenguaje y su funcionamiento.

Palabras-clave: Memorial; Análisis de Discurso; Historia de las Ideas Lingüísticas; Semántica.



RÉSUMÉ

Dans ce mémorial, je raconte des aspects significatifs de ma trajectoire de vie, de mon rapport au langage et des chemins empruntés à la recherche de réponses et d'une formation adéquate pour l'exercice de l'enseignement et de la recherche en Sciences du Langage. Ces chemins, qui n'ont pas toujours été les plus faciles, font partie de ce que je suis aujourd'hui en tant que personne et en tant que professeur-chercheur à l'Université Fédérale d'Uberlândia, c'est-à-dire qu'ils constituent le roman de ma vie et sous-tendent la compréhension de ce qui peut et devrait signifier pour le lecteur ma trajectoire. Ce texte contient des mémoires et des citations de documents et de textes qui mêlent récits personnels et récits de formation et de performance professionnelle. Les récits personnels sont des enregistrements de souvenirs/oublis qui restent vivants en moi et qui décrivent les luttes, les désirs, les préoccupations, les angoisses, mais aussi la persévérance, le courage, le respect, la résilience et la gratitude qui me constituent. Les récits de formation et de performance professionnelle sont également étayés par des citations de documents et de textes issus de mes mo(uve)ments de réflexion sur le langage et son fonctionnement.

Mots-clés: Mémorial; Analyse de Discours; Histoire des Idées Linguistiques; Sémantique.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1.....	20
<i>Os mo(vi)mentos de formação: os caminhos.....</i>	20
1.1. Introdução	20
1.1.2. A graduação	20
1.1.3. O mestrado	27
1.1.4. O doutorado.....	36
1.1.5. Estágio Recém-doutor na UFMG.....	48
1.1.6. Estágio de Pós-Doutorado na UNICAMP	53
1.1.7. Pós-Graduação <i>Latu sensu</i> na UFSCar	58
Capítulo 2.....	59
<i>A vida acadêmico-intelectual na UFU.....</i>	59
2.1. Introdução	59
2.2. O ingresso na carreira de professor de magistério superior	60
2.3. Atividades de ensino.....	62
2.3.1. Graduação.....	63
2.3.2. Pós-Graduação.....	64
2.4. Atividades de pesquisa	65
2.4.1. Projetos de pesquisa	66
2.4.1.1. As categorias enunciativas nas gramáticas brasileiras: uma explicação enunciativa	67
2.4.1.2. Lugares de enunciação e subjetivação: a relação entre o linguístico e o discursivo	68
2.4.1.4. Linguagem e constituição do sujeito.....	70
2.4.1.5. Escrita em Língua Portuguesa: ensino, apropriação, leitura, tecnologia e sociedade	77
2.4.2. Grupos de pesquisa	78
2.5. Orientação.....	80
2.6. Produção Intelectual.....	84
2.6.1. Os Artigos publicados	86
2.6.2. Capítulos de livros publicados	110
2.6.3. Livros publicados.....	113
2.6.4. Outras publicações	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento.

Michel Pêcheux, 1999, p. 53.

Ao me propor a escrever esse memorial, requisito exigido para a obtenção do nível de professor titular na carreira do magistério das universidades federais, conforme está previsto no quinto artigo da portaria número 982, de três de outubro de 2013, do Ministério da Educação e Cultura, inúmeros episódios de minha vida vieram à memória. É uma profusão de lembranças e de esquecimentos que tecem a minha trajetória como estudante, como professora e como pesquisadora em Semântica, em Análise de Discurso e em História das Ideias Linguísticas.

Uma das primeiras lembranças que me chegou à mente, foi a de minha alfabetização. Fui alfabetizada em casa por minha mãe. E não porque ela o quisesse, mas porque eu insisti, diante de um bazar, que ela comprasse um livro para mim. A capa do livro era tão linda e eu desejava conseguir lê-lo. Um livro com uma capa tão linda só poderia ter uma história linda nele. Então, ela o comprou sob a condição de que, todos os dias, após o almoço, ela iria fazer uma lição comigo. Ela achava que essa condição seria para mim uma espécie de punição por tê-la feito gastar dinheiro com o livro. Naquela época, um gasto que ela via como desnecessário no cenário de adversidades e privações que minha família e eu vivíamos. Mas o efeito não foi esse. Por inusitado que seja, o livro era a *Cartilha Caminho Suave*. Então, quando iniciei a primeira série, aos quase seis anos de idade, eu já lia e escrevia ao modo da cartilha. Na escola, a cartilha utilizada foi a *Cartilha Sodré*.

Nessa profusão de lembranças, uma lembrança chama outra lembrança e outra e... Esse mo(vi)mento de lembranças e de esquecimentos trouxe-me à mente também um episódio que, em certo sentido, permite, imaginariamente, traçar a relação entre os caminhos trilhados e a trilhar em meu percurso intelectual/acadêmico. Por sintetizar, de certo modo, um interesse e um desafio sempre presentes em minha trajetória de pesquisadora, considero oportuno narrá-lo. Quando criança me deparei com uma situação estranha e inusitada para minha infância intelectual. Uma família composta por quatro pessoas – avós maternos, mãe e filho de mais ou menos oito anos – mudou-se para a casa da esquina; a nossa casa ficava no meio do quarteirão. Não compreendia o que o menino falava, embora as palavras fossem, em sua maioria, por mim conhecidas. Mas em minha experiência de linguagem, elas só faziam sentido em outros modos de

dizer, já familiares no e pelo uso da língua. Não aguentei e questionei minha mãe. A resposta trouxe-me uma tal inquietação que me senti impelida a “pesquisar”. Minha mãe me disse que o menino falava por “palavrões”. Explicou-me, a seu modo, o que era “palavrão” e me fez jurar que não osalaria, porque era feio falar “palavrões”, ainda mais eu sendo uma menina. Meninas não podem e não devem falar “palavrões”! Mas, com perdão da palavra, “Merda!” “Porra!” “Dane-se!” etc. em alguns momentos é bom e cabível...

No dia seguinte, estou eu com lápis e caderno em punho, mas preocupada porque poderia ser vista. Então, decidi transcrever o que ouvia escondida pela copa da árvore que ocultava parte da fachada de nossa casa. Passei muitas tardes, porque à época estudava de manhã, ali anotando os palavrões do menino – de quem não recordo o nome, porque o nome dele não me interessava, mas como ele falava me interessava e muito – e em que situação e para quem ele os direcionava. Não ficava satisfeita, porque não conseguia estabelecer uma lógica de sentido. Havia, sim, uma certa distribuição de uso. “Vaca”, “vagabunda”, “puta”, “biscate” eram alguns dos palavrões que o menino endereçava exclusivamente à sua própria mãe. Outros eram endereçados aos avós, que cuidavam do menino enquanto a mãe não estava em casa (possivelmente, trabalhando), como “caralho”, “desgraça”, “merda”, “filha da puta”, “puta merda”, “porra”, “vai tomar no cu” etc.

Se os avós lhe pediam para fazer alguma coisa, como recolher o lixo e dispô-lo na calçada para o lixo coletá-lo, a resposta era um palavrão ou uma enumeração deles; ao mesmo tempo, o menino parava o que estava fazendo e ia fazer o que lhe fora solicitado. Sempre uma manifestação de desagrado, de revolta, mas também um modo de chamar a atenção? Era uma chuva de ameaças de surra, castigo; de frases de efeito moral etc. Mas, em um certo dia, minha “pesquisa” foi bruscamente interrompida. Já havia coletado muito material, mais de meio caderno de anotações! E começava a compreender/estabelecer algumas relações. Naquele dia, um final de tarde lindo! Nossa árvore estava toda florida... empolguei-me tanto que não me dei conta da hora e meu pai chegou do trabalho e me pegou sentada na laje e ocultada pela copa da árvore. Ele me perguntou o que eu fazia lá. Então, resolvi mostrar-lhe minha “pesquisa”. Tive a esperança de que ele pudesse me ajudar a desvendar os mistérios da relação entre forma e sentido. Ah! Sentido, essa cabeça de medusa que me persegue! Que engano! A reação de meu pai foi decepcionante para mim. Minha “pesquisa” era coisa de criança para ele. O riso cortou-me como uma lâmina afiada. Envergonhei-me e, por isso, queimei minhas anotações, guardando o episódio nos recônditos de minha memória. Muitos anos já se passaram e, hoje, já me é possível contá-lo e significá-lo como uma lembrança de minhas aventuras linguísticas da infância. Embora eu tenha abandonado, naquele momento, minha “pesquisa”, sobrevivi e meu interesse e fascinação pela linguagem e pela significação também!

Com essa lembrança, comecei a tomar consciência de que a relação entre forma e sentido pautou meu percurso, inclusive fazendo-me decidir trilhar certos caminhos que não eram os mais fáceis nem os mais acessíveis, mas eram os caminhos que me fascinavam e que julguei pertinentes para lidar com as questões que me impeliam, sobremaneira, a pensar sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem. Quando optei pelo curso de Licenciatura em Letras (português e espanhol), preparei-me muito, estudando todas as noites e os finais de semana, na biblioteca pública de São José do Rio Preto, cidade situada na região noroeste do Estado de São Paulo, onde residia com minha família naquele momento.

Na biblioteca de Rio Preto, conheci alguns estudantes do Curso de Letras que também a frequentavam e, com eles, obtive a indicação de alguns livros que estudei com dedicação, antes mesmo de entrar na Universidade. Recordo-me, em especial, de dois livros que li/estudei: *Comunicação em Prosa Moderna*, de Othon Garcia, e *Coesão Textual*, de Ingedore Villaça Koch. Embora egressa de escola pública, passei no vestibular da UNESP de primeira. Deslumbrei-me com todas as disciplinas da graduação. Minha professora de “Leitura e produção de textos” encantou-se com meu trabalho sobre problemas de coesão referencial em textos produzidos por escolares.

Esse trabalho rendeu mais de 50 páginas nas quais fiz um arrazoado sobre coesão, enfocando a coesão referencial e versei sobre os problemas de coesão referencial em textos de escolares, em particular sobre os casos em que aparecia no texto um pronome como “eles” e que não era possível, pelo texto, reconhecer a sua referência. Defendi, nesse trabalho, que a escrita, por ser outro sistema, não é mero decalque da língua falada, tendo, por isso, suas especificidades e que esses problemas de coesão referencial eram fruto de uma interferência da língua falada na escrita. Esse texto proporcionou-me um convite para fazer Iniciação Científica com a professora. Aceitei de pronto, porque acreditava que seria uma ótima oportunidade para aprofundar meus conhecimentos sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem, seja em sua modalidade escrita, seja em sua modalidade falada. Sou muito grata à professora Erolde Goreti Pezatti, pois obtive muito conhecimento junto a ela. Na verdade, sou grata a todos os professores que passaram por minha vida, das diferentes formas possíveis que a vida e o espaço escolar possibilitam: leitura, aula, conferência, seminário, conversa, arguição etc.

Quando já era bolsista de Iniciação Científica, conheci o pensamento de Benveniste na aula de Semântica. Apaixonei-me! Naquela época, embora tivesse uma vida de privações e sacrifícios, gastava toda a minha bolsa de IC adquirindo livros. Tinha em minha casa, meu “almário” de livros. “Almário” mesmo; não é erro, é o cruzamento vocabular de “alma” e “armário”. É assim que me referia à minha biblioteca pessoal nascente. Estar na Universidade era

uma felicidade. Era viver um sonho acordada! Lembro-me dos ipês brancos da praça do *campus* universitário. Lindos principalmente no mês de julho, quando floresciam... Passava os dias enfiada lá, dividindo o tempo entre os estudos na biblioteca, as aulas e uma rápida conversa nos bancos da praça, nos momentos de lanche. Em meu pensamento, estou me vendo agora, naqueles dias, e as lágrimas molham meu rosto... Impossível não sentir saudades!

No transcorrer da graduação e em especial no último ano, muitas questões sobre o funcionamento da linguagem me volteavam o espírito. Alguns dos modos como a linguagem me fora apresentada me incomodavam, uma vez que, a meu ver, a condição de participantes de uma sociedade em particular deveria ser considerada no trabalho de compreensão da linguagem, de sua estruturação e de seu funcionamento. A linguagem não me parecia um objeto de fácil compreensão ou de importância secundária a ponto de poder ser concebido como um mero instrumento de comunicação, por exemplo. A linguagem constitui o universo humano!

Afetada por essas questões e por esse incômodo, queria continuar a estudar. Sentia que não conhecia a estrutura e o funcionamento da linguagem de modo adequado e suficiente para realizar um bom trabalho como professora, mesmo na Educação Básica. Sentia que precisava encontrar autores que, assim como Benveniste, lidassem com a linguagem de outro modo. Então, decidi prestar o processo seletivo para o mestrado, porque achava que, assim, poderia angariar conhecimentos que me permitiriam lidar melhor com minhas questões, em particular em relação às questões sobre a relação entre forma e sentido no funcionamento da linguagem no seio da vida social. Para tanto, precisava redigir um projeto de pesquisa. Redigi o projeto de pesquisa no quadro teórico de minha IC¹, porque não saberia produzir um projeto em outro quadro teórico naquele momento e eu tinha urgência em continuar. Uma interrupção no processo era uma ideia perturbadora que me causava uma dor pungente. Então, redigi um projeto sobre as inserções parentéticas. Desejava compreender o porquê de sua ocorrência. O que elas poderiam significar na relação discursiva? Seria possível mesmo desprezá-las como um comentário lateral sem pertinência e sem relação com o dizer?

Organizei os documentos e o projeto, anexei a eles meu trabalho de IC sobre o fluxo de informação na sentença e os encaminhei, por correio, ao IEL da Unicamp, sem ter noção do que era a Unicamp. Quando cheguei para fazer as provas do processo seletivo, fui tomada de medo e de fascínio. A imponente Unicamp e eu pequenina... Sentia-me uma menina. Embora parecesse impossível, fui em frente. Não podia desistir! E o impossível tornou-se realidade. Consegui! Quanta alegria! Comecei as disciplinas! Um choque de realidade! Não sei nada! Preciso

¹ Aprendi com minha orientadora de IC que, para redigir um bom projeto de pesquisa, você tem que já ter feito boa parte da pesquisa.

estudar! Dia e noite sem parar! Nas conversas com os colegas, principalmente com um em especial, que vinha da computação, desesperava-me mais ainda. A impressão que tinha era a de que todos já estavam acertados com a orientação e o que fariam. Eu não conhecia professor algum. Quem me orientaria? Em que perspectiva eu trabalharia? Esse colega me incentivou a conversar com o orientador de programa². Marquei! Conversamos. Fui sincera e contei de meus embates com a perspectiva teórica do projeto apresentado ao programa. Eu queria mudar. Mandou-me ler um livro e voltar na próxima semana, no mesmo dia e horário, para conversarmos sobre o livro e sobre orientação. Combinado!

Saí da sala do professor Eduardo Guimarães e fui para casa começar a ler o livro imediatamente. Comecei a lê-lo! Embora com grande dificuldade de compreensão, afinal o livro é *O livro!* Para quem o conhece saberá compreender meu temor e meu fascínio. Em português, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, de Michel Pêcheux. Como compreender esse livro em uma semana, para responder às questões que me seriam feitas? Várias das bases questionadas no livro eu nem conhecia, mas a cada página, eu sentia que ali estava o caminho que eu procurava e que me daria outras condições de lidar com a significação, com a relação entre forma e sentido. Do pouco que compreendia, identificava-me. Era um universo se descortinando diante de mim em relação à linguagem e ao seu funcionamento.

A linguagem não é transparente! Não somos senhores dela! Não há discurso sem sujeito; não há sujeito sem discurso! Somos interpelados ideologicamente em um ritual com falha constitutiva. Não consigo recordar-me as perguntas que o Professor Eduardo Guimarães me fez. Talvez, nem ele se lembre deste episódio de nossas vidas, mas uma coisa é fato: ao final de nossa conversa, ele me disse, “tudo bem, eu te oriento”. Saí desta conversa feliz e motivada a estudar, eu já estava “picada” pela teoria do discurso de Michel Pêcheux. Aqui, faço uma confidência: estudar essa teoria transformou minha condição de leitora e de escritora sobremaneira.

Nossa parceria de trabalho, orientador-orientanda, rendeu meu encontro com a relação entre forma e sentido, de tal modo que encontrei meu lugar teórico nos estudos sobre a linguagem e dele não abro mão. Sou grata a todos os professores que contribuíram com minha formação, mas de modo muito especial ao Professor Eduardo Guimarães, já que foi ele quem me proporcionou esse encontro feliz, e foi ele também quem me levou ao encontro da Professora Eni Orlandi e de muitos outros pesquisadores da área, cujas reflexões constituem e fundamentam as minhas reflexões. A ele, minha gratidão, principalmente por ter acreditado em mim e em meu (esforço de) trabalho.

² Orientador de programa era um professor do programa designado para assinar e ajudar o aluno enquanto este não tivesse um orientador de dissertação ou tese.

No mestrado, além das muitas disciplinas cursadas, seja na condição de matriculada, seja na condição de ouvinte, muito estudei. Lia os livros das referências bibliográficas. Além disso, buscava na biblioteca outras leituras, principalmente leituras em Análise de Discurso, história, ciências sociais e política. Nessa perspectiva, a linguagem ganhava lugar fundamental na condição humana e social. Continuei com as “inserções parentéticas”. No entanto, nesse quadro teórico, não cabia, a meu ver, denominá-las de tal modo, porque a compreensão discursiva sobre o funcionamento da linguagem levou-me a concebê-las de modo muito diferente, a ponto de eu considerá-las outro fato de linguagem. O ponto de vista, realmente, cria o objeto, como sabiamente ensina Saussure. Dado o seu funcionamento nos processos discursivos, denominei-as *dobras ou dobraduras interdiscursivas*, concebendo-as como mecanismo do processo discursivo que responde à necessidade discursiva de lidar com o não-um do sentido.

No doutorado, trabalhei em História das Ideias Linguísticas a partir do quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso. Analisar a relação de complementaridade estabelecida, discursivamente, entre gramática e estilística, em certo sentido, significava dar continuidade à questão trabalhada no mestrado, uma vez que vejo a estilística como uma dobradura do e no discurso da gramática. Uma forma de o discurso gramatical lidar/tamponar a contradição e a incompletude da gramática, no jogo antecipatório dos sentidos que o seu funcionamento provoca/evoca. Meu programa de doutoramento foi realizado com bolsa da Fapesp. Um sonho! Essa bolsa me oportunizou viajar para eventos no país e no exterior, adquirir livros, computador etc. Mas o que mais me afetou foram os pareceres emitidos sobre o meu trabalho. Cada parecer recebido era uma injeção de combustível e fôlego para o trabalho.

Deixar Campinas após a conclusão do doutorado causou-me certa tristeza. Tinha feito muitas amizades, mas era preciso buscar outros caminhos, principalmente o caminho do trabalho. Por um lado, este não veio fácil, pois vivíamos uma época de poucos concursos e de certo “sucateamento” das universidades públicas federais. Por outro, oportunizou-me estagiar por cerca de um ano na FALE-UFMG, com bolsa de recém-doutor. Dei aula na graduação, pesquisei, participei do grupo de estudos do Professor Luiz Francisco Dias, que me supervisionou durante o estágio na UFMG. Foi uma experiência muito importante para minha formação. Aprendi a lidar com o trabalho em equipe, pesquisei sobre Análise de Discurso, a constituição e os fundamentos da gramática tradicional e as categorias enunciativas na gramática. Minha gratidão ao professor supervisor pelo convite para a realização desse estágio e por ter me ensinado tanto sobre o trabalho acadêmico.

Em 2004, assumi o cargo de professora efetiva na Universidade Federal de Uberlândia, onde estou até hoje. Também fui aprovada em concurso público na Universidade Federal de

Minas Gerais – UFMG. Vale registrar que, nos dois concursos prestados, concorri com muitos outros pesquisadores, que ingressaram em instituições importantes do país. O ingresso na UFU foi acertado e decisivo. Primeiro, porque meu marido já era professor na Faculdade de Matemática da Universidade Federal de Uberlândia, e segundo, porque Uberlândia, por sua estruturação e localização, além de me proporcionar uma qualidade de vida melhor, situa-se mais próxima do Estado de São Paulo, onde reside a maioria de meus parentes.

Na Universidade Federal de Uberlândia, convivi e convivo com outros pesquisadores que me oportuniza(ra)m outras condições de reflexão, contribuindo, sobremaneira, para o meu desenvolvimento intelectual e docente. Em 2005, fundei o Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS), inspirada em aprendizado adquirido no estágio recém-doutor. Em 2009, o Professor Ernesto S. Bertoldo ingressou no grupo, e essa parceria produziu bons frutos: desde aulas ministradas em conjunto, eventos, publicações, projetos, coorientações etc.

Assim como a interlocução com outros pesquisadores, a relação de ensino e de aprendizagem com os alunos e com os orientandos foi/é fundamental em meu trabalho. Inclusive, essa relação me impeliu a voltar meu olhar para o ensino, em particular para o ensino de escrita, como uma forma de contribuir com a formação de professores de português, no curso de licenciatura em letras: português e literaturas de língua portuguesa. E, também, por acreditar que a Pós-Graduação constitui um espaço de formação diferenciado e de suma importância para o desenvolvimento social do país.

Com essa narrativa sumária de minha trajetória intelectual-acadêmica, julgo ter justificado e, melhor que isso, ter restituído ao olhar leitor as questões linguísticas que dão o efeito de unidade à minha trajetória intelectual-acadêmica como estudante, como pesquisadora e como professora das áreas de Semântica, de Análise de Discurso e de História das Ideias Linguísticas. É preciso dizer ainda que essas áreas não estão separadas em meu trabalho; elas dialogam, de tal modo que ousó³ dizer que esse diálogo torna minha reflexão, em certo sentido, autoral.

É, também, com essa narrativa que sinalizo o mo(vi)mento de minhas lembranças e de meus esquecimentos. Trata-se, como a designação do próprio gênero sugere, de uma trama de minhas lembranças esburacada pelos meus esquecimentos, de modo que esse memorial não traça, de modo exaustivo, minha trajetória; é uma trama lacunar, devendo, por isso, ser visto como episódios significativos de meu gesto de leitura sobre minha própria trajetória intelectual-acadêmica.

Cabe, ainda, ressaltar que, considerando o modo como as carreiras acadêmicas se organizavam no Brasil, em minha escrita, as questões sobre a linguagem e o seu funcionamento

³ Como já dizia Pêcheux (1995), é preciso ousar dizer.

encontram-se interligadas às políticas de institucionalização do conhecimento científico, uma vez que fazemos parte do conjunto de pesquisadores que luta(ra)m pela institucionalização tanto da Análise de Discurso quanto da História das Ideias Linguísticas no Brasil. É nesse sentido que os episódios aqui narrados participam, ainda que de modo indireto, do processo de consolidação de tais áreas, seja no cômputo da produção científica nacional, seja na sua institucionalização no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia.

Capítulo 1

Os mo(vi)mentos de formação: os caminhos

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queira dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Michel Pêcheux, 1995, p.160

1.1. Introdução

Neste capítulo, narro episódios relativos aos anos de formação que antecedem a atuação profissional como professora e como pesquisadora no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. Discorro sobre esses mo(vi)mentos de formação, visto que são fundamentais para a compreensão de minha trajetória intelectual e acadêmica, que, por sua vez, determinam minha atuação profissional como professora e como pesquisadora da Universidade Federal de Uberlândia.

Considero, nesse percurso, aproximadamente onze anos de minha trajetória intelectual e acadêmica, contemplando as inquietações teóricas e as produções relativas ao período de graduação (UNESP - Rio Preto), de mestrado (UNICAMP), de doutorado (UNICAMP) e de estágio recém-doutor (UFMG). Na sequência, apresento também o estágio de pós-doutorado que realizei de março de 2014 a fevereiro de 2015 no IEL-Unicamp, e a especialização em psicologia que realizei de março de 2014 a janeiro de 2016, no LAMIHEI-UFSCar.

1.1.2. A graduação

Concluí a educação básica em 1988. No entanto, prestei vestibular somente em 1992. No ano de 1989, fiz um curso preparatório para o vestibular, noturno, no colégio Anglo, pois, como egressa de escola pública, sentia que esse curso era necessário para obter êxito no vestibular. De

1990 a 1992, estudei na biblioteca pública de São José do Rio Preto e, em 1992, finalmente prestei meu primeiro vestibular e fui aprovada.

Os motivos para não o ter feito antes têm a ver com a situação de minha família e, também, com o meu sentimento de despreparo. Eu precisava passar de primeira, pois, se assim não fosse, talvez, meu pai não me permitisse tentar de novo, uma vez que meu pai achava que eu teria a ‘mesma’ vida de minha mãe: esposa, mãe e do lar. Embora minha mãe sempre tenha me apoiado, em nome do grande amor que nos une, esse apoio poderia não ser suficiente, uma vez que meu pai detinha a palavra final. Ao revelar essa particularidade de minha família, evocam-se sentidos de que, em última instância, é o econômico que determina a vida, como estúpida banalidade humana.

No primeiro ano da graduação, havia na grade curricular a disciplina “leitura e produção de textos”. Embora fosse uma disciplina anual, no primeiro semestre, foi ministrada pela Professora Erotilde Goretti Pezatti e, no segundo semestre, pela Professora Maria Izabel de Oliveira Massoni. No primeiro semestre, a professora Erotilde solicitou a produção escrita de um trabalho monográfico. Minha monografia contou com mais de 50 páginas. Nela discorri teoricamente sobre a coesão textual, em especial sobre a coesão referencial, sob a perspectiva teórica da chamada Linguística Textual e analisei textos escolares⁴. Nesses textos observei que, em um certo conjunto deles, aparecia o pronome “ele(s)”, mas sem uma referência explícita ou inferível pelo texto e/ou pela situação textual, o que comprometia a compreensão. Na monografia, expliquei, por hipótese, que esses problemas de coesão referencial poderiam ser provocados por influência da língua falada na língua escrita, uma vez que os escolares não tinham uma relação consolidada com os meandros da escrita. A forma e o modo de escrita mostrava, com notoriedade, que os “autores” dos textos tinham uma relação frágil com a língua escrita, principalmente em sua modalidade culta.

Embora essa disciplina fosse anual, também havia as disciplinas semestrais. No mês de julho, havia uma pausa nas aulas, as chamadas férias de julho. Assim, ao retornarmos para o segundo semestre, a Professora Erotilde me chamou em sua sala e me propôs fazer Iniciação Científica sob a orientação dela. Eu prontamente aceitei e fiquei muito feliz. Começaria imediatamente, para dar tempo de redigir um projeto de pesquisa e submetê-lo à bolsa de iniciação científica⁵. Não me recordo como esse processo era feito na época, mas a Erotilde me auxiliou em tudo. Desse modo, em 1994, eu já era bolsista e, assim foi até o término de minha graduação.

⁴ Esses textos escolares foram cedidos pela professora da disciplina.

⁵ Naquela época, na instituição, um aluno somente poderia ter bolsa de Iniciação Científica a partir do segundo ano de graduação. Assim, se fôssemos rápidas, eu conseguiria ter bolsa no segundo ano. E assim o fizemos.

Na iniciação científica (doravante IC), a proposta foi estudar, primeiro, os argumentos do verbo, e, na sequência, o fluxo de informação na sentença na língua falada. Para tanto, analisaria transcrições do Projeto NURC⁶. Durante esse período, fiz várias leituras, como:

ASHBY, W.J.; BENTIVOGLIO, P. Information flow in spoken French and Spanish: A comparative study. **Paper read at NWAV 20**, Georgetown University, Washington, DC, 1992.

BENTIVOGLIO, P.; BRAGA, M. L. Espanhol, português e ordem de palavras. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 163-82, 1988.

BORBA, Francisco da Silva (Coord.). **Dicionário Gramatical de Verbos**. São Paulo: UNESP, 1990.

BRAGA, M.L. Tópico e Ordem Vocabular. **Abralin**, v. 6, p. 174-88, 1984.

BRAGA, M.L. Construções de Tópico e Coesão. **Estudos Linguísticos**, Araraquara, v. 13, p. 49-55, 1986a.

BRAGA, M.L. Construções de Tópico de Discurso. **Relatório Final do Projeto Subsídios Sociolinguísticos do Censo à Educação** (FINEP). Rio de Janeiro, 1986b.

BRAGA, M.L. Ordem de Palavras, Status Informacional e Caráter Definido do SN. **Estudos Linguísticos**, Santos, n. 15, p. 7-18, 1987.

CASTILHO, Ataliba T. (org.). **Gramática do Português Falado**. v.1, 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1991.

CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subject, topics and point of view. *In*: LI, C. (ed). **Subject and topic**. New York: Academic Press, 1976.

CHAFE, W. **Significado e estrutura linguística**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. *In*: TOMLIN, R. (ed). **Coherence and grounding on discourse**. Amsterdam: Benjamins, 1987.

CHAFE, W. Information flow. *In*: BRIGHT, W. (ed). **Oxford International Encyclopedia of Linguistics**. Oxford, 1992.

DIK, S. **Functional Grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1987.

DIK, S. **The Theory of Functional Grammar**. Dordrecht, Holland/Providence, RI/ USA: Foris Publications, 1989.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística**. Trad. bras. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

⁶ O *corpus* mínimo era constituído dos seguintes inquéritos do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC): Porto Alegre: EF-278, DID-045, D2-291; Rio de Janeiro: EF-379, DID-328, D2-355; São Paulo: EF-405, DID-234, D2-360; Recife: EF-337, DID-131, D2-005; Salvador: EF-049, DID-231, D2-098.

DU BOIS, John W. The Discourse Basis of Ergativity. **Language** (Baltimore), v. 63, p. 805-55, 1987.

DU BOIS, John W.; THOMPSON, Sandra. **Dimensions of a Theory of Information Flow**. Unpublished manuscript. University of California, Santa Barbara, 1991.

ILARI, Rodolfo. **Perspectiva funcional da frase portuguesa**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1987.

LYONS, John. **Introdução à Linguística Teórica**. São Paulo: Nacional, 1979.

LYONS, John. **Semântica**. Lisboa: Presença, 1980.

MIRA MATEUS, Maria H. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1983.

PERES, J.A. **Elementos para uma Gramática Nova**. Coimbra: Almedina, 1984.

PEZATTI, Erolde G. **A Ordem de Palavras em Português: aspectos tipológicos e funcionais**. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

PONTES, Eunice S.L. **Sujeito: da Sintaxe ao Discurso**. São Paulo: Ática, 1986.

PRINCE, E.F. On the given/new distinction. **Papers from the fifteenth regional meeting, CLS**, 1979.

ROCHA, Lúcia H.P. da. **A Sintaxe do Adjetivo Verbal**. Araraquara, 1994. Tese (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

VILELA, Mário. **Gramática de Valências: teoria e aplicação**. Coimbra: Almedina, 1992.

VOTRE, Sebastião. Efeito dos fatores discursivos. **Estudos Linguísticos**, Santos, n. 15, p. 19-27, 1987.

VOTRE, Sebastião; NARO, Antony. Emergência da Sintaxe como Efeito Discursivo. **Relatório Final de Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação** (FINEP). Rio de Janeiro: FINEP, 1986.

Concomitante à IC, realizei as atividades relativas à graduação, tendo sido aprovada em todas as disciplinas cursadas. Dedicava-me integralmente à minha formação, permanecendo na universidade durante os três turnos diários. Na disciplina “Introdução aos estudos linguísticos”, ministrada pelo Prof. Roberto Gomes Camacho, conheci o *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure, livro que seria tantas vezes (re)lido e (re)visitado. Com a Profa. Marize Mattos Dall’Aglio Hattner conheci os *Problemas de Linguística Geral* de Émile Benveniste, livros que constituiriam minha formação de forma basilar. Estudei também os livros *Iniciação à Fonética e à Fonologia* de Dinah Callou, *Iniciação à Sintaxe* de José Carlos Azeredo, *Iniciação à*

Semântica de Maria Helena Duarte Marques. *Novas lições de análise sintática* de Adriano da Gama Kury, *O texto na sala de aula* de João Wanderley Geraldi, *A importância do ato de ler* de Paulo Freire, *Os usos da linguagem* de Francis Vanoye, *Coerência textual* de Ingedore Villaça Koch, *Fundamentos da Linguística Contemporânea* de Edward Lopes, *Linguística e comunicação* de Roman Jakobson, e tantos outros.

Na primeira IC, sobre os argumentos do verbo, concluí que, “em uma perspectiva conceitual, considera-se o verbo como central. É a natureza do verbo que determina a seleção dos demais constituintes oracionais. Assim, analisou-se cada argumento de verbo até detectar-se a matriz de traços preferenciais desses argumentos e, conseqüentemente, a estrutura argumental preferida (EAP).

O argumento do tipo St (sujeito de verbo transitivo) apresenta-se, predominantemente, com a função semântica Agente (A) e elididos ($\emptyset$).

O sujeito de verbo não-existencial ($\sim$ Si) figura como Agente (A) ou como Paciente (P), na forma pronominal (Pron), e na posição pré-verbal.

Já o argumento do tipo objeto (O), geralmente, aparece na forma lexical (N) e posposto ao verbo, porém demonstra um leque de possibilidades bem sortido em relação ao traço semântico. Esse argumento, como O1 (objeto direto), figura com a função Meta (M) ou Paciente (P) e, como O2 (objeto indireto) apresenta o traço Beneficiário (B) ou Locativo (Loc), ocupando a posição pós-verbal.

O sujeito de verbo existencial (Si) predomina na forma lexical (N) e no papel semântico Neutro (Neu). Quanto à posição, figura preferencialmente posposto ao verbo. Assim, observa-se que os argumentos O e o SiPós apresentam exatamente os mesmos traços, contrapondo-se ao argumento St e ao SiPré.

Em português, há, portanto, por um lado, um alinhamento entre os argumentos O e SiPós em oposição a St e SiPré. Tal fato, segundo Pezatti (1992), classifica o português como uma língua de ergatividade cindida. Por outro lado, o sujeito de cópula (X) apresenta-se como uma categoria híbrida, denotando traços pertinentes aos argumentos St e SiPré, e outros próprios dos argumentos O e SiPós.

Pela análise dos dados, pode-se depreender a matriz preferencial dos argumentos, relativa a cada tipo de verbo:

V3 $\rightarrow$ A1[St, A, $\emptyset$, –] V [ação] A2[O1, M ou P, N, Pós] A3[O2, B ou Loc, N, Pós]

V2 $\rightarrow$ A1 [St, A, $\emptyset$, –] V [ação] A2 [O1, M ou P, N, Pós]

V1~e → A1 [Si, A (Or) ou P, N ou Pron, Pré] V [estado]

V1e → A1 [Si, N ou Pron, N, Pós] V [processo]

Vcóp → A1 [X, N, N ou Pron, Pré] V [cópula]

Pode-se dizer, ainda, que a ordem SV(O), segundo a análise do *corpus*, representa a estrutura argumental preferida (EAP). Assim, vê-se que, em sintaxe-semântica, as relações do verbo com seus argumentos se apresentam como um emaranhado de linhas a compor um tecido, em que as relações de dependência e hierarquia estabelecem as regras de sua composição, ou seja, o verbo estabelece o número de argumentos necessários para completar seu sentido e suas características.” (HERNANDES, 1995⁷).

Já, na segunda IC, em relação ao fluxo de informação na sentença na língua falada, concluí que, “em uma perspectiva funcional, a estrutura argumental preferida constitui um efeito do grau de pressão informacional, de modo que o aparecimento de novas menções lexicais nos distintos papéis sintáticos da sentença está relacionado à função de continuidade tópica, uma vez que o discurso mantém um fio condutor que detém traços conteudísticos pertinentes ao assunto abordado. Assim, a análise da interação entre o nível gramatical (EAP) e o nível pragmático (fluxo de informação) aponta que, na estrutura oracional, se mantém necessariamente a inserção de pelo menos um elemento referencial.

Percebe-se, ainda, que tais elementos tendem a ser identificáveis, o que sugere um vínculo entre referencialidade discursiva positiva e informação dada ou acessível. A informação dada ou acessível, em relação a V3 e a V2, aparece, preferencialmente, explícita no argumento-sujeito, que também figura majoritariamente como referencial e identificável, comprovando a tese de que o primeiro lugar aberto pelo verbo constitui o abrigo natural da continuidade tópica do discurso. Além disso, infere-se, a partir dos dados, que, por um lado, quanto mais à direita do SN-sujeito estiver posicionado o argumento ou o complemento, maior é a probabilidade de ocorrer informação nova. Porém, deve-se lembrar que a linguagem falada guarda uma certa liberdade de construção, desde que não se comprometa a gramaticalidade cognitiva do interlocutor. Assim sendo, o elemento referencial pode (co)ocorrer em diferentes momentos do enunciado.

Por outro lado, na interação discursiva contínua locutor/interlocutor, a construção das sentenças abarca tanto SNs referenciais como SNs não-referenciais, assim como, SNs identificá-

⁷ Em 06 de maio de 1995, casei-me com Edson Agustini, tornando-me, então, Cármen Lúcia Hernandez Agustini. Como o relatório é anterior a essa data, na referência consta Hernandez. Desde minha formação na Unicamp, inspirada por meu orientador, passei a usar, no espaço acadêmico, Cármen Agustini.

veis e não-identificáveis, para que o discurso apresente informações velhas e informações novas. Caso contrário, a conversação torna-se monótona e óbvia, o que pode ocasionar o fracasso da intenção comunicativa dos participantes.

Pode-se, a partir da análise, estabelecer a EAP referente a cada tipo de verbo estudado, e o seu correspondente quanto à referencialidade discursiva. Desse modo, tem-se, para os verbos de três argumentos, a ordem SVOO que corresponde a rVrn; para os verbos de dois argumentos, a ordem SVO que corresponde a rVr; para Vcop a ordem XVP correspondente a rVn; para V1~e, SiV equivalente a rV; e para V1e, VSi equivalendo a Vr. Isto significa que a interação linguística locutor/interlocutor necessita de uma porção majoritária de SNs referenciais, ou seja, SNs referentes ao conteúdo proposicional do tópico discursivo. Assim sendo, a função rastreadora é desempenhada pelos argumentos do verbo, principalmente pelo argumento-sujeito que, quando posposto pode canalizar a informação para ele, e quando anteposto a leva para aquilo que o predica; enquanto a não-rastreadora fica a cargo dos complementos-satélites, pois se um elemento não-obrigatório à estrutura argumental aparece na sentença é porque seu valor informacional é maior do que os dos argumentos obrigatórios.

Percebe-se, ainda, que os SNs são motivados estruturalmente pelo tipo de verbo que o falante escolhe para pregar sobre algo. Desse modo, a escolha de um determinado verbo obriga o preenchimento das funções sintáticas com SNs plenos ou não. A colocação de um SN ou não na sentença pode ter também motivação pragmática como, a mudança de tópico (SN-pleno), ou a continuidade tópica (SN-anafórico). Assim, pode-se dizer que o preenchimento da estrutura argumental apresenta distintas razões sintático-semânticas e discursivas para acontecer da forma como acontece.” (AGUSTINI, 1996)

Os resultados das ICs foram divulgados nos seguintes eventos:

XXII Colóquio de Incentivo à Pesquisa (CIP), realizado na UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto, no período de 11 a 16 de setembro de 1995.

VII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, realizado no Câmpus de Guaratinguetá, no período de 21 a 26 de novembro de 1995.

VII Fórum Acadêmico de Letras (FALE), realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, no período de 06 a 08 de junho de 1996.

VIII Semana de Letras intitulada “Mundo e texto: duas realidades que se espelham pela linguagem”, realizada na UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto, no período de 10 a 14 de junho de 1996.

VIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, realizado no Câmpus de Guaratinguetá, no período de 2 a 7 de dezembro de 1996.

Naquela época, não éramos⁸ incentivados a publicar artigos em coautoria com os orientadores. Ao contrário, os artigos eram considerados produções científicas de pesquisadores já consolidados com título de doutor. Cabe registrar, inclusive, que a política editorial dos periódicos era não aceitar publicações de autores mestres. Estes teriam que produzir artigos em coautoria com autores doutores. Por isso, não há publicações relativas a essas pesquisas. Sendo assim, ao final de cada IC, submetíamos um relatório no qual apresentávamos resumos das principais leituras feitas, análise do material de pesquisa, discussão da análise, resultados obtidos com a análise, conclusões, atividades realizadas durante a vigência da bolsa, disciplinas cursadas, avaliação de desempenho do bolsista pelo orientador e referências bibliográficas. Os resultados que obtínhamos eram utilizados pelos pesquisadores orientadores em seus trabalhos.

1.1.3. O mestrado

Como já dito na introdução, iniciei o mestrado na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – em março de 1997 e, em meados do primeiro semestre, encontrei, finalmente, o lugar teórico de inscrição que me oportunizou lidar com certas inquietações teóricas que se impunham a mim sobremaneira. Enquanto na perspectiva teórica que tinha trabalhado na IC buscava-se compreender as relações sintático-semânticas das inserções parentéticas em relação à sua oração hospedeira, questionava-me sobre o porquê de o locutor tê-la produzido. O que levaria o locutor a interromper o fluxo de seu dizer para inserir ali uma espécie de ‘comentário lateral’? Seria mesmo esse comentário ‘lateral’? A inserção parentética seria um termo meramente acessório e, por isso, dispensável? Qual seria a sua relação com o sentido e com o sujeito?

Durante a IC, essas e outras questões se assomavam em minha mente. Algumas vezes, tentei conversar sobre elas com a professora-orientadora, mas as respostas obtidas não me apaziguavam o pensamento nem a prática teórica. Por exemplo, dizer que as frases inacabadas e as inserções parentéticas poderiam ser excluídas sem problemas para o desenvolvimento da pesquisa, porque não seriam pertinentes. Em meu pensamento, continuava a questionar: mas o falante as produziu e isso não pode ser à toa. Como fica o fluxo de informação no discurso? Não seria afetado, de algum modo, por esses “restos” de dizer para os quais a teoria não olhava? Por respeito, consideração e gratidão, silencieei-me e concluí as iniciações científicas de acordo com os propósitos teóricos da orientadora. Inclusive, por amizade e afeto, houve momentos em que

⁸ Utilizo aqui a primeira pessoa do plural, pois era uma prática da época, à qual qualquer orientando de IC poderia estar submetido.

julguei poder continuar (por) esse caminho, mas a vida me levou para outros caminhos: a Unicamp, a Análise de Discurso, a Semântica Histórica da Enunciação e a História das Ideias Linguísticas.

Outra questão que me tocava sobremaneira naquela época era o fato de que a linguagem acontece no seio da sociedade, nas relações sociais, e isto não poderia passar incólume, de meu ponto de vista, em uma teoria sobre a linguagem e seu funcionamento. Como sempre fui muito reprimida, por ser mulher e filha de militar, nunca consegui me sentir livre para dizer o que fosse e isto me fazia tentar “escolher” bem as palavras e, mesmo assim, os sentidos escapavam, escorregavam para outros lugares de significação. Sentia em mim o peso das relações sociais e da história e isto me fazia considerar que há entre linguagem e sociedade uma relação de sobredeterminação mútua. O modo como se diz não poderia ser qualquer um a depender da situação discursiva. Então, o sujeito-falante não poderia ser livre conforme ouvira e lera em vários teóricos da Linguística que consideram a linguagem um instrumento de comunicação. Que liberdade seria essa? Uma liberdade imaginária, uma vez que a inscrição sócio-histórica e ideológica é inalienável ao sujeito da linguagem. Por exemplo, quando uma mulher diz que “a família vem em primeiro lugar”, ela se inscreve sócio-histórica e ideologicamente em uma formação discursiva, que poderíamos, didaticamente, denominar machista-patriarcal. No entanto, essa inscrição se dá ao modo de uma tomada de posição naturalizada, ao ponto de ser significado/considerado um absurdo alguém colocar em xeque esse dizer e suas paráfrases discursivas possíveis.

Naquela época, quando lia o projeto de mestrado, sentia que, daquela perspectiva teórica, já havia dito o que eu poderia dizer sobre as inserções parentéticas. Além disso, havia o desejo de encontrar um caminho que me possibilitasse lidar melhor com as questões que me inquietavam o pensamento na prática teórica. Por isso, o encontro com a Análise de Discurso e a Semântica Histórica da Enunciação foi, para mim, um encontro feliz e decisivo, sem o qual não seria o que sou e como sou hoje.

A inscrição na Análise de Discurso foi fundamental para tornar inteligíveis as inquietações que me acometiam o pensamento na prática teórica. Com essa inscrição histórica, pude compreender que as inserções parentéticas, para além de suas marcas prosódicas distintivas, constituíam marcas da *negociação* – inconsciente – do sujeito com os sentidos que antecipa, no gesto de interpretação de seu próprio dizer, fazendo, assim, se marcar no fio do dizer o não-um do sentido. Compreendi que a inscrição sócio-histórica e ideológica constitui o sujeito e que essa inscrição determina os gestos de interpretação que movimentam o sujeito nos horizontes do

sentido. Nesse sentido, a liberdade do sujeito é um efeito do funcionamento da linguagem que dissimula sua inscrição sócio-histórica e ideológica, fazendo-o parecer a fonte do que diz.

Com minha inscrição no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, as inserções parentéticas deram lugar às *dobras interdiscursivas ou dobraduras do dizer*, o que significa dizer que não há necessariamente uma coincidência entre esses fatos linguísticos e discursivos, de tal modo que há dobraduras que podem não ser vistas como inserções parentéticas por pesquisadores da perspectiva funcionalista, por exemplo. Levo à sério o dizer saussuriano de que “o ponto de vista cria o objeto” (SAUSSURE, 1996, p. 15). Na dissertação, examinei o funcionamento das *dobras interdiscursivas* na construção enunciativa dos sentidos, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso e da Semântica Histórica da Enunciação, esta teoria afiliada à primeira.

Na Análise de Discurso,

os processos enunciativos e os mecanismos do funcionamento discursivo se constituem por meio de uma relação complexa, necessária e constitutiva com o interdiscurso. Eles estabelecem o esquecimento da determinação do sujeito, enquanto posição-sujeito, pelo interdiscurso, sob a aparência da tomada de posição do sujeito-falante na atividade de linguagem. (AGUSTINI, 1999, p. 15).

A dobradura, nesse sentido, constitui um fato linguístico-discursivo que pode ser compreendido a partir desse jogo estabelecido entre processos enunciativos, mecanismos do funcionamento discursivo e interdiscurso. É nesse sentido que a *dobradura* pode ser compreendida como um mecanismo que coloca em relevo a relação entre o intradiscurso e o interdiscurso, assim como o são o pré-construído e o discurso transversal, conforme descritos por Pêcheux (1995)⁹.

Nessa perspectiva,

as dobras interdiscursivas, como efeitos de sentido, são paráfrases denegativas do próprio efeito do interdiscurso que irrompe no intradiscurso, (re)significando-o. Uma formulação intradiscursiva do efeito do interdiscurso

⁹ Desde 2020, em alguns trabalhos, em parceria de escrita, tenho revisitado alguns conceitos que produzi em minha trajetória, como *pregnância discursiva* e *dobra interdiscursiva*. Nesse mo(vi)mento de revisão, o conceito de *dobra interdiscursiva* foi parafraseado como: “um mecanismo de retorno do interdiscurso no discurso, que se diferencia dos efeitos de pré-construído (que produz o efeito de anterioridade de um saber no dizer) e de discurso transversal (que produz o efeito de sustentação de um saber no dizer), porque, no e pelo movimento histórico de dobra do interdiscurso (o interdiscurso dobra-se sobre o dizer e sobre o processo que o constitui), há a (re)produção do efeito de quebra do um do sentido, por onde irrompe um sentido outro, de tal modo que se flagra ali, ao mesmo tempo, o não-um do sentido e a abertura do dizer a outras articulações discursivas. Desse modo, o um do sentido se esgarça abrindo-se ao não-um do sentido (em sua condição de *nonsense*), oferecendo lugar de acolhimento ao estranho familiar, ou seja, acolhimento a sentidos que irrompem no fio do discurso provocando efeito de estranhamento àquilo que parecia significar como familiar”. (RODRIGUES; AGUSTINI; BRANCO; BARROS, 2020)

necessária para administrar/silenciar uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos, colaborando para o estabelecimento das ilusões de subjetividade e de unidade do discurso. (AGUSTINI, 1999, p. 13).

Como o desejo era, além de compreender o funcionamento discursivo das dobraduras, lidar com questões sociais brasileiras, analisamos, na dissertação, duas entrevistas radiofônicas, pertencentes ao *Acervo Certas Palavras*. Esse acervo refere-se a um programa de rádio, intitulado *Certas Palavras*, que entrevistava autores e editores de livros do mercado nacional. Esse programa, de produção independente, teve sua primeira edição transmitida em 21 de fevereiro de 1981, na rádio Gazeta AM de São Paulo. De acordo com o Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio – CEDAE¹⁰, da Universidade Estadual de Campinas, após três meses no ar, foi premiado pela Associação Paulista dos Críticos e Arte (APCA) e, ainda em 1981, recebeu o prêmio Jabuti. Recebeu o prêmio da APCA em mais quatro anos (1982, 1989, 1991 e 1995) e o prêmio Jabuti mais duas vezes, em 1982 e 1988. De 1982 até 1993, o programa *Certas Palavras* passou a ser transmitido pela rádio Excelsior de São Paulo.

Ainda de acordo com o CEDAE, o programa *Certas Palavras* definiu-se como “um programa de livros e ideias”, dedicando-se ao debate, à crítica de livros, voltada ao mercado editorial. Aborda, em decorrência, diversas “literaturas”, poesia, economia, política, história, futebol etc. Nesse cenário, selecionamos duas entrevistas: uma com o sociólogo, professor e político brasileiro Fernando Henrique Cardoso¹¹, de agosto de 1989, e outra com o economista e professor Celso Monteiro Furtado¹², de abril de 1989.

As duas entrevistas, apesar do caráter fragmentário e da pluralidade temática, apresentam uma diretividade, impelida pela posição do sujeito que predomina no acontecimento enunciativo e que organiza/administra a relação entre as diferentes posições-sujeito que constituem o sujeito-falante como sujeito de discurso. As posições-sujeito são afetadas pelas representações imaginárias que se configuram no social. São representações que põem em questão uma perspectiva para o dizer, tornando-o, nas entrevistas analisadas, um dizer de “político” (AGUSTINI, 1999, p. 33).

¹⁰ Cf. o site: <https://cedae.iel.unicamp.br/>

¹¹ FHC lecionou em universidades brasileiras, europeias e norte-americanas. Fundou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap e foi presidente da Associação Internacional de Sociologia durante oito anos. É autor dos livros *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* e *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, este em coautoria com Enzo Faletto, entre outros. Na política, foi senador e, à época do mestrado, cumpria seu segundo mandato na Presidência da República do Brasil.

¹² Celso Monteiro Furtado foi ministro do planejamento do governo João Goulart e ministro da cultura do governo José Sarney. Integrou, de 1949 a 2004, o corpo permanente de economistas da ONU. Serviu na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Dirigiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Foi o idealizador e primeiro diretor da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A entrevista selecionada refere-se à segunda parte de suas memórias, editadas no livro *A fantasia desfeita*. Participam da entrevista Antônio Carlos de Godoy, Ricardo Semler, Rick Turner e Francisco de Oliveira.

A entrevista de Celso Furtado é marcada por uma cisão temporal: “a SUDENE da época de Celso Furtado” e “a SUDENE após Celso Furtado”, de tal modo que, na primeira época, a SUDENE está em plena atividade, elaborando projetos de sustentação ambiental com base científica e pareceres técnicos, colocando-se contra a *indústria da seca*¹³, e, na SUDENE após Celso Furtado, corrompida de seus objetivos originais, tornando-se uma “instituição movida por corrupções e falcaturas políticas” (AGUSTINI, 1999, p. 34).

Já na entrevista de Fernando Henrique Cardoso, “à construção enunciativa dos sentidos, subjaz um jogo parafrástico que traça uma definição para o político por vocação e outra para o intelectual-político. O desejo de ocupar um lugar de ‘político diferente’, predetermina a diretividade do dizer. [...] o dizer de Fernando Henrique Cardoso trabalha distintas posições sociais, homogeneizando-as, para construir a diretividade predeterminada pela inscrição-identificação história e ideológica com uma posição-sujeito que se refere à representação social do político como tipo” (AGUSTINI, 1999, p. 36).

O dizer endereçado a outro (im)põe, por necessidade discursiva, a administração dos sentidos, de modo a produzir, como efeito, a convergência argumentativa do dizer. Essa necessidade discursiva, a despeito de se tratar de situação de entrevista em meio radiofônico, determina a emergência de dobraduras do dizer, como mecanismo linguístico-discursivo de estabelecer certa consistência significativa ao que é dito.

É o sujeito intentando lidar com o não-um do sentido do que diz. Daí a emergência das dobras acontecer nos pontos em que, no gesto de interpretação do dizer, o sujeito é tocado por sentidos, evocados em/por seu dizer, com os quais não se identifica, mas de cuja historicidade não escapa, uma vez que o sujeito, assim como os sentidos, é constituído sócio-histórica e ideologicamente. “Por conseguinte, podem dizer que a dobra interdiscursiva, além de administrar/silenciar dizeres-e-sentidos que poderiam contradizer o lugar de inscrição-identificação do sujeito, também trabalha na construção enunciativa dos sentidos, colaborando para o estabelecimento da diretividade do dizer e, por conseguinte, corroborando as ilusões de linearidade, literalidade e completude do dizer” (AGUSTINI, 1999, p. 43), como em:

Para começar, eu não me resolvo. Acho que há uma tensão real entre essas duas funções. Como intelectual, você é treinado para dizer a verdade – *pelo menos aquilo o que imagina ser a verdade* –, para

¹³ *Indústria da seca*, segundo o próprio Celso Furtado (1989), é uma expressão cunhada pelo jornalista Antônio Calado (1917-1997), quando publicou *Os industriais da seca e os Galileus de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*, em 1960. Calado usou a expressão para se referir “ao grupo da oligarquia do açúcar, que monopoliza as melhores terras do nordeste, mantendo-as subutilizadas, de modo que não havia produção adequada de alimentos” (FURTADO, 1989). Castro trata a questão como “relação perversa entre o apoio político da elite regional e a contrapartida de recursos [...] das verbas federais que só chegavam “aos coronéis e aos apadrinhados do poder” (CASTRO, 1991, p.72).

assumir como suas as descobertas. O intelectual é um vaidoso porque produz algo próprio, não é um copista dos outros. Todo intelectual procura imediatamente apropriar-se daquilo que está descobrindo, e por outro lado isso exige uma disciplina que é a do isolamento frequente. O intelectual requer até o ócio para poder pensar. Seu tempo não pode ser o tempo do resultado imediato. O político é o oposto disso. O político, muitas vezes, não pode proclamar o que sabe. Quando ele é sem-vergonha, mente; quando não é sem-vergonha, ele omite, senão não chega ao resultado que deseja. (FHC)

Nesse recorte da entrevista, há uma não-coincidência entre o sujeito do discurso e o sujeito narrado, funcionando, no imaginário, como uma generalização sobre os intelectuais, além de marcar a não-coincidência com o político (não-intelectual, o qual denominei na dissertação “político por vocação”). “Neste ponto do dizer, Fernando Henrique Cardoso comenta as qualidades do intelectual e pontua os ‘defeitos’ do político por vocação, direcionando o dizer para um lugar discursivo que afirma que o bom político não é o político por vocação, mas o intelectual-político, mediante a pergunta: *como é que o senhor concilia o intelectual Fernando Henrique Cardoso, reconhecidamente de altíssimo nível, com o político, o senador? Como o senhor se resolve nesse sentido?*”

A emergência da dobra interdiscursiva *pelo menos o que imagina ser a verdade* é licenciada por uma discursividade, presente na memória interdiscursiva, que apregoa a relatividade da verdade, havendo, por conseguinte, uma tensão entre o dizer intradiscursivo e o interdiscurso, a qual viabiliza uma repetição parafrástica do efeito do interdiscurso que perpassa o acontecimento enunciativo no fio do discurso, descortinando uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos participando da/na construção do sentido do/no discurso.

Essa não-coincidência de dizeres-e-sentidos se produz como efeito da participação no acontecimento enunciativo de diferentes formações discursivas. No intradiscurso que norteia a dobra figura uma formação discursiva que abarca dizeres-e-sentidos pertinentes à posição ‘político-intelectual’, enquanto a dobra interdiscursiva resulta do movimento do sujeito pelo lugar discursivo que abarca dizeres-e-sentidos pertinentes à posição ‘intelectual’.

A acomodação do efeito do interdiscurso no intradiscurso produz um silenciamento imaginário dos dizeres-e-sentidos-outros que se põem no discurso, surtindo a ilusão da transparência do sentido em um ponto x do dizer, onde a formulação intradiscursiva reclama dizeres-e-sentidos-outros que convergem o discurso para a possibilidade de diferentes gestos de interpretação por parte dos possíveis interlocutores.

‘O gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua’ (ORLANDI, 1996b, p.46). O gesto de interpretação é a marca de subjetividade, [...] a alocação da dobra interdiscursiva no intradiscurso colabora para a ilusão de subjetividade – a onipotência do

sujeito – fazendo parecer que o sujeito apenas reformula o seu próprio dizer. Na verdade, o indivíduo é injungido por posições-sujeito que regulam e delimitam o que pode e o que não pode ser dito em tal posição. Sendo assim, a emergência da dobra interdiscursiva constitui o resultado de um jogo enunciativo-discursivo que se produz no discurso mediante uma tensão entre diferentes dizeres-e-sentidos provenientes de formações discursivas contrárias” (AGUSTINI, 1999, p. 44). E, por isso, em concorrência por significarem.

Com essa compreensão da dobradura, estruturei a dissertação da seguinte forma:

Resumo

Apresentação

1. Considerações teóricas

1.1. Quadro teórico de referência

1.2. Inscrição do fenômeno na teoria

1.3. O conceito de Inserções parentéticas

1.4. Discurso, posição-sujeito e dobras interdiscursivas

1.5. Categorias teóricas de análise

1.6. As entrevistas

2. Dobras interdiscursivas e não-coincidência de dizeres-e-sentidos

2.1. Dobras interdiscursivas e silêncio: efeitos de linearidade, literalidade e completude

2.2. Dobras interdiscursivas: a política do silêncio na atividade de linguagem

3. Dobras interdiscursivas e efeitos imaginários: a ilusão de subjetividade

3.1. Enunciação, posição-sujeito, subjetividade

3.1.1. Enunciação: subjetividade e exterioridade

3.2. Do acréscimo contingente ao funcionamento discursivo das dobras interdiscursivas

4. Dobras interdiscursivas e argumentação: textualização do político

4.1. A argumentação sob uma perspectiva discursiva

4.2. Análise: dobras interdiscursivas e diretividade do dizer

5. As relativas... aqui!?

5.1. As relativas no discurso da gramática

5.2. As relativas sob uma abordagem discursiva

5.3. Os efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas

Considerações finais

Apêndice

Faixa de Möbius

Construção da Faixa de Möbius

Bibliografia

Referências bibliográficas

Bibliografia consultada

Em relação ao capítulo 5, vale ressaltar que as relativas explicativas, presentes nas entrevistas, têm um padrão prosódico análogo ao padrão das demais dobras interdiscursivas. Esse foi o aspecto que, de início, chamou minha atenção para elas. Mas não foi o aspecto principal, uma vez que, discursivamente, houve também uma aproximação de funcionamento. Digo aproximação porque, embora tanto as relativas quanto as dobras promovam uma relação de (des)articulação entre discursos, as dobras interdiscursivas assemelham-se a uma espécie de “remendo” do dizer, e as relativas, como uma espécie de caução do dizer. Contudo, a despeito dessa diferença, há relativas que funcionam como dobradura e, assim funcionando, também se assemelham a um “remendo”, como em:

Bem, eu já tenho um treinamento, **que não é acadêmico**, e cada vez mais sou obrigado a lidar com resultados imediatos. Mas não vou negar que tenho alguma dificuldade. (FHC)

“Neste recorte de linguagem-e-situação, Fernando Henrique se diz apto a lidar com resultados imediatos e essa qualidade é relevante para um bom político. Por conseguinte, em termos de diretividade do dizer, podemos dizer que a relativa explicativa *que não é acadêmico* mostra que o dizer intradiscursivo se refere ao político. A relativa estabelece o jogo entre a representação do intelectual e a representação do político, direcionando o dizer-e-sentido para um lugar discursivo que constrói uma imagem para o sujeito-falante: a imagem do intelectual-político, ou seja, do bom político, uma vez que ele não se diz um político por vocação, mas um intelectual-político. Aquele que se preocupa com os problemas do cotidiano, que não ‘embroma’, que está apto a lidar com resultados imediatos, que não é movido por interesses pessoais etc.” (AGUSTINI, 1999, p. 77), e que, por isso, está apto a assumir cargos políticos mais significativos do que o cargo de Senador.

Nesse sentido, a entrevista, concedida por Fernando Henrique Cardoso ao Programa Radiofônico *Certas Palavras*, em 1989, faz parte do discurso que circulou no cenário político brasileiro da época e que culminou com sua assunção à Presidência da República Federativa do Brasil, em 1995. A década de 1990, no Brasil, foi marcada por importantes acontecimentos no cenário político e econômico. No início da década, o governo de Fernando Collor de Melo foi interrompido por um processo de *impeachment*, movido por corrupção em seu governo. Itamar

Franco, que era o vice-presidente na época, assumiu a presidência e ficou no comando de 1992 até 1994, quando, por meio de processo eleitoral, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente. Nesse momento, FHC, como ficou conhecido, gozava de grande prestígio nacional, por ter sido o criador do Plano Real, quando era ministro da fazenda no governo de Itamar Franco. Ao assumir a presidência, concentrou atenção e esforços na economia brasileira para organizar politicamente o país e tentar diminuir os altos índices de desemprego. A entrevista, portanto, deixa ver que Fernando Henrique Cardoso já aspirava participar da política brasileira de modo mais contundente.

Da dissertação de mestrado, desdobramos alguns trabalhos, como:

Artigos:

AGUSTINI, Cármen. Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos. **Sínteses**, Campinas-SP, v. 5, p. 9-17, 2000.

AGUSTINI, Cármen. Dobras interdiscursivas e efeitos imaginários: a ilusão de subjetividade. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas-SP, v. 3, p. 47-75, 1999.

Capítulo de livro:

AGUSTINI, Cármen. (N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Análise do Discurso no Brasil**. Mapeando conceitos, confrontando limites. 1.ed. São Carlos - SP: Claraluz, 2007. p. 303-312.

Trabalho completo publicado em Anais de evento:

AGUSTINI, Cármen. Lugar de enunciação: controle do dizer e resistência. *In*: FALCÃO, Luiz Felipe; SOUZA, Pedro de. (Orgs.). Seminário Internacional Michel Foucault: perspectivas, 2004, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Clicdata multimídia, 2004, v. 1. p. 258-264.

Apresentações de divulgação da pesquisa:

AGUSTINI, Cármen. Nas dobraduras do dizer: o não-um dos sentidos e do sujeito. *In*: **53o. Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, São Carlos, SP: UFSCar, 2005.

AGUSTINI, Cármen. Nas dobraduras do dizer: o não-um do sentido e do sujeito. *In*: **II Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, Porto Alegre, RS: UFRGS, 2005.

AGUSTINI, Cármen. Lugar de enunciação: controle social do dizer e resistência. *In*: **Seminário Internacional Michel Foucault: perspectivas**, Florianópolis, SC: UFSC, 2004.

AGUSTINI, Cármen. Designação e referência em uma análise enunciativa dos sentidos. *In*: **XLVIII Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, Assis, SP: UNESP, 2000.

AGUSTINI, Cármen. Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos. *In*: **XV Encontro Nacional da ANPOLL**, Niterói, RJ: UFF, 2000.

AGUSTINI, Cármen. Dobras interdiscursivas: discursos e efeitos de sentido. *In: XLVI seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo*, São José do Rio Preto, SP: UNESP, 1998.

AGUSTINI, Cármen. O movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos do/no discurso: as dobras interdiscursivas. *In: IV Seminário de Teses em Andamento*, Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

1.1.4. O doutorado

Defendi o mestrado em Linguística em 19 de fevereiro de 1999, e, em março, já iniciava o programa de doutorado em Linguística no IEL-UNICAMP e passava a integrar a equipe do Programa *História das Ideias Linguísticas*, no Projeto *História das Ideias Linguísticas no Brasil*, coordenado pela Profa. Dra. Eni Orlandi, e desenvolvido em colaboração com a Universidade de Paris VII¹⁴. O doutorado, contudo, era o último estágio de formação que eu vislumbrava naquele momento. Então, comecei a me preocupar com o meu futuro. O que faria após o doutorado? Foi imbuída de tais pensamentos e do desejo de ter melhores condições de dedicação à pesquisa e à minha formação que, – a despeito da bolsa do CNPq, a qual desfrutei nos primeiros três meses do doutorado –, submeti, juntamente com meu orientador, o Professor Dr. Eduardo Guimarães, o projeto de doutorado *O discurso da gramática e a enunciação de suas partes complementares* à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Da submissão desse projeto, adveio minha condição de bolsista FAPESP¹⁵. Abaixo, transcrevo um recorte do parecer do projeto que subsidiou a concessão da bolsa.

O projeto é bem formulado, oportuno e sua escritura demonstra o conhecimento da candidata para levá-lo a bom termo, com a excelência indispensável. Destaque-se, também, que se trata de projeto que compõe o Projeto “História das ideias linguísticas no Brasil”, coordenado pela Profa. Dra. Eni Orlandi, desenvolvido em colaboração com a Universidade de Paris VII. [...] Na pág. 8 encontra-se “Análise: apenas um esboço” onde a candidata dá pistas de seu trabalho e do trânsito entre os vários campos do saber de que ela é capaz. [...] Concluindo, queremos ratificar o que afirmamos no começo: trata-se de projeto excelente, a ser desenvolvido por pesquisadora competente (como provam os documentos do processo, inclusive sua dissertação de mestrado),

¹⁴ Com apoio CAPES/COFECUB. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>.

¹⁵ Com a bolsa da FAPESP pude participar de evento científico internacional e de eventos nacionais, além da aquisição de livros e de equipamentos de informática de qualidade para usufruir durante o período de vigência da bolsa. Ademais, pude fazer uma reserva financeira para o interstício entre o término do doutorado e o início do trabalho acadêmico, que se efetivou a aproximadamente um ano e meio após a minha defesa. Afinal, vivíamos uma época de poucos concursos e de “sucateamento” das universidades públicas, principalmente das federais e, por isso, de grandes lutas pela educação e pela pesquisa no país. Esse recurso poupado foi importante, não só porque pude me manter nesse período, mas também porque, em setembro de 2003, meu pai foi picado por cobra venenosa e minha mãe precisou ser submetida a uma cirurgia em decorrência de trombose e, por isso, precisei gastar uma parte significativa com eles.

fazendo parte de uma das melhores equipes de pesquisadores na área da linguagem (Parecer Processo 99/01823-1 FAPESP)

Como bolsista Fapesp, tinha que enviar à direção científica da agência relatórios anuais do andamento da pesquisa. Esses relatórios foram de suma importância para o desenvolvimento de meu trabalho. Mesmo sem conhecer a identidade do parecerista, pois essa condição é sigilosa, sou muito grata pelo apoio e pelas sugestões. A cada parecer recebido, uma energia potente tomava conta de mim e eu trabalhava ardentemente. Era uma injeção de combustível. Junto, vinha também certo peso com a responsabilidade e o desejo de dar um retorno à altura de suas palavras, que eu recebia como quem recebe um poema de amor. Abaixo, transcrevo um recorte de cada parecer recebido.

O *1º Relatório de Atividades* da bolsista pode ser qualificado como excelente. Cumpre o roteiro inscrito à página 2 – *Sumário*, possibilitando ao leitor o acompanhamento do processo de pesquisa nas suas interconexões. Queremos destacar as leituras realizadas no período, por dois motivos: a) a pertinência das obras escolhidas; b) a competência da bolsista para delas extrair e interpretar o que efetivamente está relacionado ao objeto de sua pesquisa.

Em *Resultados parciais* encontram-se reflexões que retomam o título de sua dissertação de mestrado, ampliando-se. (Primeiro relatório de Atividades. Parecer Processo 99/01823-1 FAPESP)

Trata-se do segundo Relatório de Atividades da bolsista, em nível de doutoramento, Cármen Lúcia Hernandes Agustini. Nele encontram-se resenhas de textos, pertinentes ao tema da tese, e adequadamente elaboradas, levando-se em conta a construção textual da bolsista, com vistas aos objetivos da pesquisa. [...] Queremos destacar o item “Resultados parciais” (p.33-58), em que a bolsista apresenta suas elaborações sobre a temática, de maneira pertinente e cientificamente adequada. (Segundo relatório de Atividades. Parecer Processo 99/01823-1 FAPESP)

Trata-se do 3º Relatório de Atividades da bolsista Cármen Lúcia Hernandes Agustini, nível de doutorado. Como os demais, o relatório cumpre seus objetivos, redigido que está numa demonstração inequívoca de qualidade acadêmica.

A pesquisadora, a essa altura, já se mostra de corpo inteiro e faz-se aprovada. Destacamos, para embasar tal afirmativa, o tópico *Resultados parciais*, das páginas 11 a 65, em que a pesquisa se mostra nos seus parâmetros conclusivos. (Terceiro relatório de Atividades. Parecer Processo 99/01823-1 FAPESP)

O projeto “O discurso da gramática e a enunciação de suas partes complementares” transformou-se na tese de doutorado “A enunciação do transbordamento das regras: a estilística no discurso da gramática”, apresentada ao IEL, da UNICAMP.

Acompanhamos prazerosamente o transcurso das reflexões e resultados, no decorrer de 48 meses, os quais foram competentemente aproveitados pela bolsista.

Sua tese constitui uma contribuição original e cientificamente densa para uma questão que domina as relações professores-alunos (sobretudo) no ensino da

gramática: por que a literatura pode e eu não posso, ou seja, as relações gramática-estilística. [...]

Queremos parabenizar a bolsista e seu orientador e sugerir que se divulgue este trabalho, sobretudo entre os professores da rede de ensino fundamental e médio. (Quarto relatório de Atividades. Parecer Processo 99/01823-1 FAPESP)

Deste último parecer, adveio a ideia de solicitarmos à FAPESP apoio para a publicação da tese em livro. E isso foi feito e a FAPESP apoiou financeiramente a publicação. Creio que, além do peso que ser bolsista FAPESP teve em minha formação acadêmica e intelectual, a publicação da tese em livro foi o produto mais significativo que a pesquisa de doutorado permitiu. Para o livro, fiz várias alterações textuais e organizacionais, na tentativa de tornar sua leitura mais palatável aos professores da educação básica e o intitulei *A estilística no discurso da gramática*, publicado em 2004, pela editora Pontes, com financiamento da FAPESP.

No primeiro relatório, o parecerista diz que “em *Resultados parciais* encontram-se reflexões que retomam o título de sua dissertação de mestrado, ampliando-se”. Não só retomo o título da dissertação de mestrado, como também compreendo a pesquisa do doutorado como um desenvolvimento da pesquisa do mestrado, uma vez que a estilística funciona como uma dobradura do/no discurso da gramática, trabalhando, assim, para a produção do efeito de naturalização do discurso da gramática sobre a língua, em especial sobre a *língua imaginária* (ORLANDI, 2008) denominada língua nacional em relação (de oposição) à *língua fluida* (ORLANDI, 2008), que constitui as nossas relações sociais. É assim que compreendo a presença da estilística no discurso da gramática como um mecanismo discursivo de administração/domesticação do não-um do sentido que subjaz à gramática sob a forma parafrástica: é errado dizer x, o correto é y ou a literatura pode dizer x, mas o cidadão, não. Essa divisão desigual ao poder (dizer) na e pela língua portuguesa evoca a luta de classes que determina nossa sociedade e a ocupação de seus lugares sociais.

Chegamos a essa consideração, tomando um conjunto de textos gramaticais brasileiros¹⁶ e lendo-os discursivamente. Essa leitura mostra que há, de certa forma imaginária, uma “relação de complementaridade” entre Gramática e Estilística, que o processo discursivo produz como efeito da caução argumentativa que a articulação discursiva entre Gramática e Estilística pode provocar.

¹⁶ O arquivo de leitura é constituído por quatro Gramáticas: a *Gramática normativa da língua portuguesa* de Carlos Henrique da Rocha Lima, cuja primeira edição é de 1957. Valemo-nos da 16a. edição de 1973. Essa gramática sofreu modificações realizadas pelo próprio autor até 1991. Ela foi (e é ainda) utilizada no Brasil; a *Moderna gramática portuguesa* de Evanildo Bechara, cuja primeira edição é de 1961. Utilizamos a 23a. edição de 1978. Também é utilizada no Brasil até hoje; a *Gramática fundamental da língua portuguesa* de Gladstone Chaves de Melo, cuja primeira edição é de 1967. A edição que usamos é a 3a. edição de 1978. Atualmente, é pouco utilizada, inclusive não recebeu versão atualizada em relação ao novo acordo ortográfico; e a *Gramática do português contemporâneo* de Celso Ferreira da Cunha, cuja primeira edição é de 1970. A edição utilizada é a 5a. edição de 1975. Foi reeditada em coautoria com o português Lindley Cintra em 1985. É ainda hoje utilizada no Brasil.

“Falar de relação de complementaridade implica pensar em partes que se ligam, completando uma à outra [n]a textualidade da gramática” (AGUSTINI, 2003, p. 23). No entanto, essa articulação não se configura como uma articulação de caução¹⁷, mas como uma espécie de sutura, uma vez que, enquanto o discurso da gramática se baseia na língua como uma entidade com regras próprias e específicas, o discurso da estilística se sustenta em uma noção de sujeito-falante e de sociedade, na qual é assumido como fundamento a pretensa liberdade do falante no uso da língua¹⁸, como se não houvesse determinações sócio-históricas e ideológicas no processo de (re)produção do discurso.

Assim, dessa articulação emerge a contradição que abre espaço aos sentidos da luta social por (poder) dizer de outros modos, sejam esses modos não previstos pela gramática, sejam desabonados por ela, e o dizer não ser (re)conhecido como erro. Daí a necessidade discursiva de o discurso da gramática recorrer à literatura (e outros espaços legitimados de mobilização da língua), a fim de conter o não-um do sentido e, assim, o discurso da gramática ganhar consistência imaginária significativa. Não é à toa que a gramática, desde a sua produção, surge relacionada à literatura, como o estudo dos modos literários de dizer. Esses modos se referenciam na escrita e colocam em perspectiva a elaboração de uma escrita da língua nacional.

A evocação da estilística pode ocorrer de dois modos na textualidade gramatical. “No primeiro modo, a textualidade separa o que é da ordem da Gramática e o que é da ordem da Estilística, reservando-lhes lugares específicos na organicidade dos textos gramaticais. Há uma separação posta pela enunciação de apêndices ou parte dedicada à Estilística, configurando uma ‘parte complementar’ em posição ‘externa’ ao corpo da gramática. No segundo modo, há no corpo da gramática uma sequência que circunscreve a apresentação da regra, sua exemplificação e explicação seguida dos casos em que a regra é transgredida por questões estético-expressivas (os casos em que os ‘bons autores’ da literatura transgrediriam as regras gramaticais para infundir expressividade e beleza ao seu texto), ou dos casos em que uma possibilidade de dizer é condicionada a uma circunstância específica, ou ainda dos casos em que uma possibilidade de

¹⁷ Uma articulação de caução produz o efeito de sustentação. De acordo com Pêcheux, a “articulação (ou processo de sustentação) está em relação direta com [...] o discurso-transverso, uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência “explicativa” que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de “correferência” que garantem aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p.166)

¹⁸ Se é a língua que determina como se pode dizer nela e por meio dela, não haveria liberdade para o sujeito-falante usar a língua como bem lhe aprouvesse. A língua, a despeito de tal premissa da gramática, tem uma margem de jogo, abrindo lugar ao sujeito-falante. Afinal, a função primária da língua é significar. Por isso, a língua está a serviço do(s) sentido(s) que pode (re)produzir sócio-histórica e ideologicamente.

dizer é analisada (leia-se julgada) como erro, configurando uma ‘parte complementar’ em posição ‘interna’ à gramática, [...].

A essas ‘partes complementares’, externas ou internas, designamos *transbordamento da regra*, uma vez que mostram a existência de possibilidades de dizer que ficaram do lado de fora da gramática, apontando para o caráter normatizador (político) da gramática. Nos casos referentes à literatura, a Estilística comparece na Gramática como argumento para legitimar/instituir a regra proposta para a qual o gramático encontra contraexemplos literários. A relevância social da literatura poderia levar à rejeição da regra proposta e ao descrédito do gramático que assume a responsabilidade pela regra, ‘obrigando-lhe’ a enunciar o transbordamento da regra. O transbordamento da regra, portanto, existe porque o gramático o enuncia [...]. Sem a enunciação do gramático, não há transbordamento da regra” (AGUSTINI, 2003, p. 24).

Com efeito, o gramático antecipa, em seu gesto de interpretação, esses sentidos que poderiam colocar em xeque a regra e, por isso, enuncia o transbordamento da regra como uma dobra-dura do dizer gramatical, intentando, dessa forma, suturar o não-um do sentido. Evidentemente, o gramático não faz esse raciocínio conscientemente. Ao contrário, como gramático, ele funciona determinado pela posição-sujeito que constitui o discurso gramatical sócio-histórica e ideologicamente constituído. Por conseguinte, podemos dizer que a enunciação do transbordamento da regra é parte constitutiva do funcionamento do processo discursivo do qual a gramática é (re)produzida.

Nessa perspectiva, “o transbordamento das regras é compreendido como resíduos [interdiscursivos] da instituição das regras que o gramático não pode ignorar, uma vez que fazem parte da prática languageira da qual o gramático se vale para instituir/legitimar as regras gramaticais: a língua literária. Esses resíduos provocam a enunciação dessas partes ‘complementares’, configurando um movimento de reinclusão de possibilidades de dizer excluídas. Podemos dizer, por conseguinte, que as regras (prescritivas) da gramática geram resíduos: possibilidades de dizer excluídas que dão visibilidade (social) à língua nacional oficializada na e pela gramática. Desse resíduo, há possibilidades de dizer que não cabem na gramática, mas que o gramático não pode simplesmente ignorar; porque, assim procedendo, comprometeria a eficácia ideológica do discurso da gramática; havendo aí uma necessidade discursiva, referente à *textualização política* (COURTINE, 1981; ORLANDI, 2001) do discurso da gramática, de *silenciar* (ORLANDI, 1995) os sentidos marginais que ‘reclamam’ a divisão política da língua. Essa necessidade discursiva produz a enunciação do transbordamento das regras¹⁹. Esse silenciamento é constitutivo do discurso da

¹⁹ Quando o transbordamento da regra se refere a uma outra prática languageira que não a literária, o gramático pode, ou enunciar-lo como uma possibilidade de dizer condicionada a certas circunstâncias específicas, como, permissões

gramática, visto que é imprescindível à gramática *estabilizar sentidos* (PÊCHEUX, 1975) que ‘apaguem’ seu caráter político inerente, para que se construa (e se mantenha) uma realidade linguística para o falante, para a nação, para o povo, produzindo uma unidade (imaginária) pela língua. Esse imaginário faz com que, em nome da gramática, se ‘julgue’ o falante e sua língua na relação com a língua nacional. A gramática alcança seu intento a partir do estabelecimento de um imaginário de ‘língua correta’.

Em decorrência, falar da relação entre regra e transbordamento põe, no mínimo, duas direções de discussão possíveis: uma que contesta a suficiência da regra, referindo-se à teorização da gramática, e outra que contesta a contingência²⁰ da gramática e, por conseguinte, seu caráter político inerente. As diferentes perspectivas possíveis de tratar essa questão exige uma explicação sobre o modo como a consideramos. Inscrevemo-nos no quadro dos estudos de história das ideias linguísticas que tomam o discurso da gramática como objeto, enquanto instrumento não só linguístico, mas também político, cujo aparecimento ‘não deixa intactas as práticas linguísticas humanas’ (AUROUX, 1992, p. 70). Nesta perspectiva, fazer uma história da gramática é fazer uma história política do saber sobre a língua, o que nos convoca a tratar também das relações éticas que fundamentam a vida social.

A inserção deste trabalho, por conseguinte, na História das Ideias Linguísticas permite trabalhar a questão, o que é, no processo de constituição do discurso da gramática, a enunciação do transbordamento das regras a partir de uma licença estilística, de modo a produzir uma explicação do funcionamento do discurso da gramática que apreende uma leitura de sua instituição política como instrumento de legitimação da língua nacional e de seu ensino-aprendizagem. Para tanto, consideramos os textos gramaticais em sua dupla constituição: a linguística e a política, a fim de responder à questão relativa ao transbordamento das regras e à complementaridade estabelecida entre Gramática e Estilística.

Consideramos a história constitutiva da textualização do discurso da gramática, integrando-se à materialidade linguística para a produção dos sentidos. A gramática é um discurso que se constitui na base da língua (escrita) como instrumento linguístico que constrói a existência (imaginária) da língua nacional. A gramática representa as regras como leis ‘naturais’ e permanentes da língua; uma descrição da língua que diz como ela é e que atesta sua existência. Aí os exemplos da

condicionadas à linguagem familiar, à linguagem coloquial etc., ou enunciá-lo como erro a ser evitado, mesmo que haja exemplos literários, uma vez que há literatura e literaturas, ou seja, a literatura não é uma nem una. Nessa direção, o transbordamento pode ser considerado como um deslize do autor, parte de uma literatura menor ou parte da caracterização de uma personagem.

²⁰ Entenda-se por *contingência* o fato de que a gramática, sob qualquer um de seus aspectos, poderia estar ou não da forma como está; ela sempre poderia estar outra. A gramática é determinada pelas suas condições de produção (imediatas e sócio-históricas).

literatura são fundamentais, porque referem uma prática linguageira legítima e institucionalizada (de escrita). Por conseguinte, o processo de leitura (dos arquivos) torna-se contínuo, o que inviabiliza uma leitura exaustiva da questão. O próprio método da Análise de Discurso impede essa posição, visto que, ao considerar a história constitutiva dos processos de significação, releva o processo de sua constituição e seu movimento contínuo. A história não se acaba, está sempre se fazendo, assim como os sujeitos das práticas linguageiras. Portanto, a leitura aqui realizada não tem caráter estático e permanente; faz parte de um movimento histórico dos sentidos sobre a nossa língua nacional; uma leitura entre outras possíveis da relação entre o discurso da gramática, a instituição das regras e a enunciação de seu transbordamento.

À língua nacional é imprescindível regras (de exclusão) para se constituir, o que significa dizer que a normatividade é inalienável ao discurso da gramática. A Gramática é uma disciplina normativa que supõe sua fronteira entre o que é possível dizer e o que não é possível dizer. Quando, na verdade, sua fronteira põe um dever-dizer-de-tal-modo que divide as enunciações em legitimadas e não legitimadas. Não se trata, portanto, apenas da ordem e do funcionamento próprios da língua, mas ainda da ‘eleição’ de línguas em detrimento de outras línguas da divisão (política) da língua. A língua nacional está em constante movimento de litígio com as línguas que a constituem, seja por relação de exclusão, seja por relação de inclusão. Essa tensão discursiva entre o que é parte das leis da língua e o que é parte das normas instituídas faz de um texto uma gramática (instrumento da e na política de línguas e das relações sociais aí configuradas). A repetição desses enunciados constitui uma discursividade específica para o discurso da gramática, apresentando-a como se fosse um discurso da língua e não um discurso sobre a língua, o que produz sua eficácia social” (AGUSTINI, 2003, p. 24-26).

Tendo em mente essas considerações, estruturei a tese da seguinte forma:

Resumo

Apresentação

Parte I – Teoria e método na constituição do objeto

1. Preparando o caminho

1.1. Sobre o objeto

1.2. Sobre a teoria

1.3. Noções teóricas proeminentes

1.4. Sobre o *corpus*

1.5. As gramáticas

1.5.1. A Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima

- 1.5.2. A Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha
- 1.5.3. A Gramática Fundamental da Língua Portuguesa de Chaves de Melo
- 1.5.4. A Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara
- 2. Análise histórica da constituição da gramática. As noções de solecismo e de figura
- 2.1. Considerações prévias
- 2.2. A tese de Baratin sobre o nascimento da Gramática
- 2.3. A noção de solecismo nas gramáticas gregas e latinas do ponto de vista de Baratin
- 3. A gramática brasileira: especificidades da relação Gramática-Estilística
- 3.1. A instituição da gramática e a relação entre língua e literatura
- 3.1.1. O processo de gramatização brasileiro
- 3.1.2. O modernismo brasileiro e a língua portuguesa
- 3.1.3. Gramática, NGB e Linguística
- Parte II – A regra e seu transbordamento: a relação de complementaridade entre Gramática e Estilística
- 4. A textualização política do discurso da gramática
- 4.1. Considerações prévias
- 4.2. Lugares sociais de locutor, imaginário, poder e juridismo
- 4.2.1. A imagem do locutor e a do destinatário da gramática: a instituição de uma autoridade e de sua obediência necessária
- 4.2.2. Os modos de dizer na textualização política do discurso da gramática
- 4.3. A enunciação das regras e o estatuto dos exemplos no discurso da gramática
- 4.3.1. O lugar dos exemplos nos textos gramaticais
- 4.4. As definições na relação com o transbordamento das regras
- 5. Na textualidade da gramática: a construção da homogeneidade e suas rupturas
- 5.1. Teorizando a noção de enunciado na relação com a textualidade da gramática
- 5.2. Os enunciados da gramática e a configuração de uma discursividade específica
- 5.2.1. A terminologia: enunciados definidores e suas formas linguísticas
- 5.2.2. A língua, os SNs tipo Det(art.) + N + Mod(adj.) e suas reescrituras possíveis
- 5.2.3. A (in)determinação e seus efeitos discursivos na textualidade da gramática
- 5.2.4. A denegação e a disputa por uma enunciação legitimada
- 5.2.5. Enunciados descritivos e efeito de cientificidade
- 5.2.6. Enunciados apreciativos e representação do sujeito do discurso
- 5.2.7. Enunciados explicativos e efeito de didaticidade
- 5.2.8. As outras vozes do e no discurso da gramática

5.2.9. A condicionalidade na textualidade da gramática

5.3. Os modos de dizer da gramática e a configuração de seu processo discursivo

6. (N)Os limites (dos sentidos) da complementaridade: interno e externo à gramática?

6.1. A enunciação do transbordamento das regras no corpo da gramática

6.2. A enunciação do transbordamento das regras em (ou como) apêndice ou capítulo à parte

Considerações finais

Bibliografia

Referências bibliográficas

Bibliografia consultada

Com base em Deleuze e Guattari (1995), podemos dizer que, antes de ser um marcador linguístico, a regra gramatical é um marcador de poder (dizer), constituindo-se como *palavra de ordem*. E “em toda palavra de ordem, mesmo de um pai a seu filho, há uma pequena sentença de morte – um veredicto, dizia Kafka” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 13). No caso do discurso gramatical, uma sentença de morte aos modos de dizer que permanecem excluídos, ou seja, do lado de fora da gramática, e significados, por isso, como erro. A estilística termina onde começa a gramática, e a gramática, onde começa a estilística. É assim que o gramático, ao dizer que o literato transgredir a regra por questões estético-expressivas, diz também que essa transgressão se desloca da descrição linguística à experimentação do sujeito-falante dos recursos linguísticos, como demanda da (re)produção de sentido(s).

A partir do percurso de escrita da tese, considere-se que o ato de saber a língua (nacional) é um ato político, que direciona sentidos nas relações de força que configuram a nossa sociedade. Assim, “para nós, a enunciação do transbordamento das regras como recurso estético-expressivo da Estilística faz parte dos mecanismos linguísticos que aí funcionam para legitimar a discursividade da gramática. Essa enunciação faz parte da constituição de um lugar para o sujeito-falante no entorno da gramática, um lugar que não pode ser ocupado por qualquer falante. As gramáticas analisadas outorgam esse direito apenas aos falantes em lugar social de locutor escritor-poeta; configurando para este lugar de locutor uma imagem de saber a e sobre a língua, imagem de capacidade para se valer dos recursos estético-expressivos que a língua pode oferecer. Aos outros falantes em outros lugares sociais de locutor interdita tais empregos “estético-expressivos”, visto que a esses a gramática configura uma imagem de não-saber a e sobre a língua, o que significa dizer que não têm critério e/ou discernimento para se valerem dos recursos estético-expressivos que a língua pode oferecer” (AGUSTINI, 2003, p. 195).

O discurso gramatical, ao significar os falantes como aqueles que não-sabem a e sobre a língua (nacional), abre, no ritual da interpelação ideológica, a possibilidade de o sujeito-falante identificar-se ou não a esse discurso. A identificação a esse discurso impele o sujeito-falante, muitas vezes e em diferentes situações discursivas, a enunciar (sobre) esse lugar de não-saber. Daí a possibilidade de se ouvir falantes do português dizerem que não sabem português, que português é difícil ou mesmo que não conseguem aprendê-lo.

Destaco, ainda, que “a enunciação do transbordamento das regras como recurso estético-expressivo da Estilística funciona na construção do imaginário de que a gramática trataria da totalidade da língua (nacional), resultando de um mecanismo linguístico de produção dos efeitos de linearidade, homogeneidade e completude. Um retorno do discurso no discurso, a fim de estabelecer um espaço de legitimação para a discursividade da gramática e, por conseguinte, da organização da sociedade em relação à língua, ao apagar as ressonâncias interdiscursivas da história que reclamam os sentidos da divisão (política) do discurso da gramática e dos falantes da língua (nacional).

Desde a apresentação em que trabalhamos o *argumento do novo* na constituição do simulacro de autoria e a determinação do sujeito em função-autor, impondo-se ao gramático sob a forma de limites (intransponíveis) ao modo de dizer padronizado e institucionalizado de o gramático dizer e mudanças possíveis que justifiquem a produção de um outro texto gramatical, passando pela noção de solecismo e figura nas gramáticas gregas e latinas, o processo de gramatização brasileiro do português, até as análises, a questão da emergência da enunciação do transbordamento das regras como parte da Estilística remetia à textualização política do discurso da gramática. A divisão (política) da língua é incontornável em nossa sociedade, sendo imprescindíveis aos discursos do poder apresentar-se como ‘naturais’ e ‘racionais’. Decorre daí a transposição da discursividade da gramática a uma relação entre correto e errado, perpassada pela discursividade da ciência: uma descrição (que normatiza). Imagem necessária à eficácia ideológica do discurso da gramática. Neste imaginário da gramática, a enunciação do transbordamento das regras como recurso estético-expressivo apresenta-se como se fosse uma mera ‘informação’ que o gramático acresce ao ‘seu’ texto, a fim de torná-lo mais ‘útil’ ao destinatário, auxiliando-o em suas leituras das obras dos ‘bons autores’.

A localização na organicidade da gramática da enunciação do transbordamento das regras como parte da Estilística afeta seu estatuto e apresenta-a, ora como um exemplo de contemplação, ora como complemento da gramática. O funcionamento desse mecanismo de estabilização do discurso se dá de forma eficaz. Trata-se, com efeito, de um mecanismo de controle-regulagem dos sentidos que ressoam interdiscursivamente no discurso da gramática e que, em determinadas

condições, emergem em sua textualização política, produzindo uma ruptura que a enunciação do transbordamento como recurso estético-expressivo vem suturar. Uma sutura visível, mas que funciona porque produz um imaginário de ‘acréscimo contingente’.

O discurso da gramática constrói em enunciações esparsas ou em partes destinadas à Estilística uma imagem de sujeito competente da e na língua para o falante em lugar social de locutor escritor-poeta, o que legitima o transbordamento das regras e o circunscreve ao domínio da literatura. Assim, a gramática restringe essas possibilidades ao domínio da literatura, fazendo essa restrição funcionar como argumento para controlar-regular as discursividades contrárias que reclamam à normatização da gramática seu pertencimento, sua inclusão; produzindo, a partir da transposição do discurso da gramática a uma questão de falar e escrever corretamente ou não, um efeito de estabilização do discurso gramatical.

O exposto nos permite dizer que não é por acaso que se estabeleceu essa relação de ‘complementaridade’ entre Gramática e Estilística; ela faz parte da própria constituição do discurso da gramática. Uma ‘estratégia’ da própria constituição do discurso da gramática para *dissimular*, no imaginário de seu discurso, uma insuficiência das regras cuja causa primeira é a divisão (política) da língua (nacional) e as relações de força na sociedade por uma enunciação legitimada, i.e., por (re)dividir o direito ao dizer e seus modos de dizer. No entanto, aparece formulado, na textualidade da gramática, como uma reinclusão do resíduo da sistematização da língua (nacional): o sujeito (psicoestilístico); um lugar aberto para explicar os desvios empreendidos a partir da prática languageira que abona as regras: a língua literária e que, por conseguinte, o gramático não pode ignorar. Se todos somos iguais, ao menos esse é o ideal pregado pela identidade nacional, se as regras são sociais (no sentido de serem compartilhadas pelos falantes da língua), por que, no lugar social de locutor escritor-poeta, que é a prática legítima da língua (nacional), há casos de desvios dessas mesmas regras gramaticais? Essa contradição com a qual se depara o gramático é ‘resolvida’, ao menos imaginariamente, com a enunciação do transbordamento das regras como recurso estético-expressivo da Estilística, o que significa dizer que é a relação de complementaridade aí instituída entre Gramática e Estilística que sutura essa insuficiência teórica (não, política) de não dar conta de toda a língua, mas apenas de uma parte dela. Afinal estamos diante de uma língua imaginária, homogênea e construída independente das circunstâncias e dos locutores, e que, portanto, não apreende a língua fluida (brasileira)” (AGUSTINI, 2003, p. 195-197).

Da tese de doutorado, desdobramos alguns trabalhos, como:

Artigos:

AGUSTINI, Cármen. A textualização (política) do discurso da gramática. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 13, p. 21-34, 2005.

AGUSTINI, Cármen. Da contingência sintática à pertinência semântica do vocativo. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 20, n.2, p. 11-20, 2005.

AGUSTINI, Cármen. As categorias enunciativas nas gramáticas brasileiras. A relativa explicativa e o vocativo: essencial ou acessório? Nas malhas do sentido de enunciado completo. **Revista da ANPOLL** (Impresso), Campinas - SP, v. 19, p. 57-78, jul.-dez. 2005.

AGUSTINI, Cármen. Estilística e Gramática: a constituição de uma relação de complementaridade. **Sínteses**, Campinas-SP (UNICAMP), v. 9, p. 9-20, 2004.

AGUSTINI, Cármen. Uma reflexão sobre a autoria em textos gramaticais do século XX. **Revista Brasileira de Letras**, São Carlos-SP (UFSCar) , v. 5, p. 105-114, 2008.

Livro:

AGUSTINI, Cármen. **A Estilística no Discurso da Gramática**. Campinas, SP: Pontes/Fapesp, 2004.

Capítulo de livro:

AGUSTINI, Cármen. O imaginário da relação entre língua literária e gramática na voz dos literatos. *In*: SCHONS, Carme Regina; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). **Questões de Escrita**. Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 2005. p. 66-84.

AGUSTINI, Cármen. Reflexões sobre a constituição epistemológica da Análise de Discurso. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2005. p. 129-13.

AGUSTINI, Cármen; RANGEL, Marden A. A relação entre a gramática e a estilística no discurso dos literatos. *In*: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Orgs.). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2008. p. 1869-1878.

Apresentação de trabalho:

AGUSTINI, Cármen. Linguagem, estilo e vícios nas gramáticas brasileiras do final do século XIX. *In*: **Congresso Internacional "La gramática: modelos, enseñanza, historia"**, Buenos Aires, Argentina, 1999.

AGUSTINI, Cármen. A constituição do espaço de enunciação da gramática: língua e nacionalidade. *In*: **IV Encontro da ANPOLL**, Niterói, RJ, 2000.

AGUSTINI, Cármen. A constituição (política) do espaço de enunciação da gramática. *In*: **9th International Conference on the History of Language Sciences**, São Paulo, SP, 2002.

AGUSTINI, Cármen; RANGEL, Marden A. A relação entre Gramática e Estilística no discurso dos literatos. *In*: **53o. Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, São Carlos, SP, 2005.

AGUSTINI, Cármen; BORGES, Guilherme Figueira. Aposto e vocativo: uma explicação enunciativa. *In*: **53o. Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, São Carlos, SP, 2005. p. 496-496.

Texto completo em Anais de Evento:

AGUSTINI, Cármen; BORGES, Guilherme Figueira. O vocativo no gênero textual tirinhas. *In*: X Seminário de Iniciação Científica, 2006, Uberlândia. **Anais** [...] X Seminário de Iniciação Científica. Uberlândia: EDUFU, 2006.

Resenha:

AGUSTINI, Cármen. Resenha da Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP: Pontes, n. 6, 2000.

1.1.5. Estágio Recém-doutor na UFMG

No ano de 2002, prestei concurso no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia por, ao menos, dois motivos fortes: primeiro, estávamos vivendo um período de escassez de concursos, com as universidades apinhadas de professores substitutos, em um processo de “sucateamento” das universidades públicas, principalmente das federais, como dito anteriormente, e eu precisava de trabalho e, de preferência, trabalho estável, pois quando o conseguisse, cuidaria de meus pais, em especial de minha mãe, cuja saúde sempre demandou cuidados. Segundo, meu esposo, Edson Agustini, com quem sou casada desde maio de 1995, havia ingressado como professor efetivo na Faculdade de Matemática da Universidade Federal de Uberlândia em maio de 2002 e havia o desejo de mantermos nosso casamento.

Dada a conjuntura da época e o fato de o edital exigir titulação mínima de mestre, esse concurso foi bem concorrido e participaram dele nomes que hoje são relevantes na área e que atuam em universidades importantes do país. No edital do concurso, estava prevista apenas uma vaga. Havia, no entanto, rumores na instituição de que poderia haver outra vaga, fruto da aposentadoria do Prof. Luiz Carlos Travaglia. Fui aprovada em segundo lugar e, embora, de fato, houvesse essa outra vaga, fui chamada apenas ao final de julho de 2004, quando o MEC condicionou a reativação da vaga, perdida por longa vacância, à convocação do candidato aprovado no concurso: eu.

Como defendi o doutorado em 12 de fevereiro de 2003²¹, a convite do Prof. Dr. Luiz Francisco Dias que havia participado de minha banca de defesa de tese de doutorado, submeti ao CNPq projeto de pesquisa²² para realização de estágio de recém-doutor, sob a sua supervisão, na

²¹ Escolhi essa data para a defesa do doutorado por coincidir com o aniversário de meu pai.

²² Processo: 303600/2003-9.

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto *A presença de Categorias Enunciativas no Discurso Gramatical*²³ foi aprovado e teria vigência de um ano, prorrogável por mais um ano: de primeiro de setembro de 2003 a 31 de agosto de 2004. Tive que solicitar o encerramento da concessão de bolsa no final de julho de 2004, para tomar posse do cargo de professora do magistério superior na Universidade Federal de Uberlândia, onde estou até hoje.

Nesse estágio, dediquei-me “à realização de leituras concernentes à pesquisa, a atividades de ensino, à preparação de textos (artigos) e à participação em eventos científicos. Participamos, com apresentação de trabalho, do I Seminário de Estudos em Análise de Discurso (I SEAD), realizado em Porto Alegre de 10 a 13 de novembro de 2003. Vale explicitar que, nesse mesmo evento, lançamos nosso primeiro livro intitulado “A estilística no discurso da gramática”, publicado pela Editora Pontes em coedição com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP” (AGUSTINI, 2004, p. 02).

Durante este estágio, participei de grupos de estudos, coordenados pelo Prof. Dr. Luiz Francisco Dias: o Grupo de Estudos Enunciativos I, com reuniões às quintas-feiras, com duração de uma hora e meia e com participação de alunos de pós-graduação e de graduação, no qual estudamos e discutimos o seguinte texto:

FLORES, V. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre: PUCRS, v. 36, n. 4, dez. 2001.

O Grupo de Estudos Enunciativos II, com reuniões às quartas-feiras, com duração de uma hora e meia, com participação de alunos de pós-graduação e graduação, no qual estudamos e discutimos os seguintes textos (em ordem de leitura e discussão):

LE GOFF, J. Documento/Monumento. *In: História e Memória*. Trad. Bras. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

ORLANDI, E. A reimpressão do singular. *In: Terra à vista*. São Paulo: Cortez, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Bras. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

O Grupo de Estudos sobre Referenciação, com reuniões às sextas-feiras, com duração de uma hora e meia, com participação de alunos de pós-graduação e graduação, no qual estudamos e discutimos os seguintes textos (em ordem de leitura e discussão):

BOSREDON, B. Modos de ver, modos de dizer. Titulação da pintura e discursividade. **Rua**, Campinas, SP: Unicamp/Nudecri, n. 5, mar. 1995.

²³ Esse projeto também fez parte de minha integração no Programa “História das Ideias Linguísticas”, coordenado por Eni Orlandi (UNICAMP) e Sylvain Auroux (ENS).

MAGALHÃES, M. *et. al.* (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção clássicos da linguística – v.1)

AUTHIER-REVUZ, J. As não-coincidências do dizer e sua representação metaenunciativa - estudo linguístico e discursivo da modalização autonímica. *In: Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

No período do estágio, realizei atividades de docência, ministrando disciplinas na graduação da FALE-UFMG. No segundo semestre de 2003, ministrei a disciplina Semântica do Português, no período diurno, com carga-horária de 60 horas, e, no primeiro semestre de 2004, ministrei Semântica do Português, nos períodos diurno e noturno, totalizando 120 horas.

Também orientei alunos de iniciação científica, no Projeto Examinando a Interrelação entre linguagem, Cognição e Cultura: Fala Brasil, coordenado pelos professores doutores: Cristina Magro, Heliana de Melo e Luiz Francisco Dias, durante o período de setembro de 2003 a janeiro de 2004. Os alunos orientados foram: Cristina Gonçalves Ferreira de Souza, Valdeni S. Reis, Fernanda Contijo e Naomi de Almeida G. Coura.

As atividades supracitadas mostram que o Estágio de Recém-doutor me oportunizou experiências acadêmicas e intelectuais relevantes e significativas para minha formação. Essas experiências me ajudaram muito quando de meu ingresso na Universidade Federal de Uberlândia. Inclusive, iniciei a formação de grupos de estudo e de grupo de pesquisa tomando como inspiração os grupos de estudos coordenados pelo Prof. Dr. Luiz Francisco Dias.

Durante o estágio, participei do I Seminário de Estudos em Análise de Discurso, na UFRGS – Rio Grande do Sul, no período de 10 a 13 de novembro de 2003, onde, além de apresentar a comunicação *Uma reflexão sobre a constituição epistemológica da AD*, coordenei Mesa: "Lire l'archive aujourd'hui", referente ao painel n.14 do I Seminário de Estudos em Análise de Discurso. Também participei de eventos na própria FALE.

Durante o estágio, publiquei as seguintes produções científicas:

Artigos

"Uma reflexão sobre a autoria em textos gramaticais do século XX", publicado na **Revista Brasileira de Letras**, São Carlos, SP: UFSCar, n. 4, 2004.

"Reflexões sobre a constituição epistemológica da Análise de Discurso", publicado nos **Anais do I Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, realizado em novembro de 2003 na UFRGS, 2004.

"A constituição (política) do discurso gramatical", publicado na **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, no.13, 2004.

"Gramática e Estilística: uma relação de complementaridade", publicado na **Revista Síntesis**, da pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem IEL-UNICAMP, 2004.

Livro:

A estilística no discurso da gramática.

Editora: Pontes Editores coedição da FAPESP.

Ano da publicação: 2004.

Lista das leituras realizadas no âmbito do Estágio de Recém-doutor:

ARNOUX, E. El ejemplo como ilustración y como norma en las gramáticas escolares de Andrés Bello. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP: Pontes, n. 1, 1998. Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AUROUX, S. L'histoire des sciences du langage et le paradoxe historiographique. **Le gré des langues**, Paris: L'harmattan, n. 8, 1995.

BARATIN, M. La constitution de la grammaire et de la dialectique. *In*: AUROUX, S. (ed.). **Histoire des idées linguistiques**. v. 1, Liège-Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989a.

BARATIN, M. **La naissance de la syntaxe a Rome**. Paris: Minuit, 1989.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral. Trad. Bras. Campinas: Pontes, [1966] 1988.

CHEVALIER, J-C. Constitution du fait. *In*: ACHARD, P. (org.). Histoire et linguistique. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1983.

CHEVALIER, J. *Histoire de la grammaire française*. Paris: Universitaires de France, 1996.

CHEVALIER, J-C.; DELESALLE, S. **La linguistique, la grammaire et l'école**. 1750-1914. Paris: Armand Colin Éditeur, 1986.

CHEVALIER, J-C. Qu'entendre par grammaire traditionnelle?. *In*: **Revue québécoise de linguistique**. Montreal: U.Q.A.M, 1986.

COURTINE, J-J. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). **Langages**, Paris: Larousse, n. 62, 1981.

- DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico brasileiro. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- DIAS, L. F. Gramática e ensino do português: abrindo horizontes. *In*: MOURA, D. (org.). **Língua e ensino**: dimensões heterogêneas. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 21-28.
- DIAS, L. F. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. *In*: ZANDWAIS, A.(org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: UFRGS/Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. *In*: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Collège de France. Trad. Bras. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, [1970] 1996.
- GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, E. História da gramática no Brasil e ensino. **Relatos**, Campinas, n. 5, out. 1997. Publicação do projeto de História das Ideias Linguísticas. IEL-UNICAMP/FFLCH-USP.
- GUIMARÃES, E. **Uma poética da adição**: aspectos da história da gramática no Brasil. Campinas, SP: LABEUB, 1998. mimeo.
- GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. (Org.). **Língua e cidadania**: o português do Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- MARCHELLO-NIZIA, C.; PETIOT, G. Les exemples dans le discours grammatical: formation de discours pédagogiques. **Langages**, n. 45, Paris: Larousse, 1977.
- MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Rio de Janeiro: Artes Médicas, 1987.
- MOURA NEVES, M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: ed. da UNESP, 2000.
- ORLANDI, E. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez / Editora da Unicamp, 1988.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- ORLANDI, E. O Estado, a gramática, a autoria. **Relatos**, Campinas, n. 4, jun. 1997. Publicação do projeto de História das Ideias Linguísticas. IEL-UNICAMP/FFLCH-USP.
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. La formation d'un espace de production linguistique: la grammaire au Brésil. **Langages**, n. 130, Paris: Larousse, 1998.
- PÊCHEUX, M. **Les vérités de la Palice**. Paris: Maspero. Trad. Bras. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 1988.
- PÊCHEUX, M. & GADET, F. **La langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981.
- PÊCHEUX, M. **Discourse: structure or event?** Trad. Bras. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas, SP: Pontes, [1988] 1990.

Após meu ingresso no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, publiquei algumas produções que são frutos da continuidade do projeto desenvolvido no estágio, como:

AGUSTINI, C. Da contingência sintática à pertinência semântica do vocativo. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 11-20, 2005.

AGUSTINI, C. As categorias enunciativas nas gramáticas brasileiras. A relativa explicativa e o vocativo: essencial ou acessório? Nas malhas do sentido de enunciado completo. **Revista da ANPOLL**, Campinas - SP, v. 19, p. 57-78, jul./dez. 2005.

AGUSTINI, Cármen; BORGES, Guilherme Figueira. O vocativo no gênero textual tirinhas. *In*: X Seminário de Iniciação Científica, 2006, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: EDUFU, 2006.

1.1.6. Estágio de Pós-Doutorado na UNICAMP

De 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, realizei estágio de Pós-Doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, com bolsa do CNPq – processo n. 165753/2013-7. Esse estágio fez parte do Projeto Capes/CNPq-Casadinho/PROCAD, financiado pela Capes/CNPq ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade.

Nesse estágio de pós-doutorado, fui supervisionada pela Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi-Fontana. Para esse estágio, propus-me a estudar, além da obra de Émile Benveniste sobre escrita e poética, a relação professor-aluno no processo de produção textual. Os resultados desse estágio estão registrados sob a forma de nove textos produzidos.

O primeiro texto, intitulado *Petrificação de gênero e gênero escolar: uma análise enunciativa sobre (im)possibilidades do ensino de escrita baseado em gêneros textuais*, foi publicado no livro **Enunciação e Discurso: língua e literatura** e foi escrito em parceria com a então orientanda de doutorado Selma Zago da Silva Borges. O texto aborda a seguinte questão: *Em que a teoria da enunciação de Émile Benveniste – centrada na língua em funcionamento – pode contribuir significativamente com os estudos sobre os gêneros textuais aplicados ao ensino da escrita?* Um aspecto problematizado no texto diz respeito ao limite do gênero na Escola e de seus possíveis efeitos. Outro aspecto abordado é o modo como o gênero é tomado na Escola: como um modelo e não como uma mostra. Para realizar a discussão, tomamos a posição de que

os estudos enunciativos nos credenciam a propor um olhar diferenciado sobre a presença dos gêneros textuais na Escola, cujo foco diz respeito a certa proximidade entre o objeto de estudo de Benveniste e o objeto de estudo para o ensino de Língua Portuguesa – a língua em funcionamento.

Essa aproximação, no espaço escolar, não se sustenta e revela, de início, a contradição constitutiva nos modos como as discursividades sobre os gêneros são construídas no material didático de Língua Portuguesa, uma vez que a Escola pretende que o aluno apre(e)nda uma língua institucionalizada, que tende à homogeneidade e, por conseguinte, a um limite de “texto bem-comportado”. No entanto, apropriar-se da língua, conforme Benveniste, constitui-se na possibilidade de o aluno subjetivar-se, e isso implica a não homogeneidade e fixidez de modelos. Nesse sentido, a Escola lida com dois aspectos difíceis de serem trabalhados: a assunção do aluno a uma escrita institucionalizada e, por conseguinte, homogênea e a “autoria” de escrita, cuja prerrogativa parece ser a subjetividade.

No segundo texto, intitulado *A crônica e o viver na e pela linguagem: narrativas escolares sob um olhar enunciativo*, publicado na **Revista da ANPOLL**, número 37, de 2014, também com contribuição da pesquisadora auxiliar Selma Zago Borges da Silva, partimos da posição de Benveniste de que a língua serve para *viver* e da teorização dela decorrente para compreendermos, de modo relacionado ao ensino de escrita, as noções de enunciação e de (inter)subjetividade.

Para tanto, analisamos narrativas escolares, ditas pertencentes ao gênero *crônica*, a fim de apontar que o gênero é ao mesmo tempo um modelo e uma transgressão resultante do manejo da língua, que, em um ato de escrita, significa produzir algo singular e próprio do sujeito. Com essa análise, conseguimos mostrar que é possível ao aluno do ensino médio escapar da relação automatizada que a Escola (im)põe com língua, ao considerá-la mero instrumento de comunicação, para encontrar nela um lugar para *viver* e, assim, dizer (de si).

O terceiro texto, intitulado *A escrita acadêmica em provas: descontinuidade e relação com o saber*, faz parte do livro **Incursões na escrita acadêmico-universitária: letramento, discurso, enunciação**, publicado pela EDUFU, em 2017. Esse texto teve uma versão preliminar apresentada no IV Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa, ocorrido em outubro de 2014, na Universidade Federal de Uberlândia. Nele é analisada em que medida a inscrição do aluno-acadêmico em uma teoria pode ou não afetar sua escrita na (re)produção de respostas às questões discursivas de provas, nas quais tenha que, a partir de uma teoria estudada, analisar um fato linguístico ou posicionar-se em relação a algum fato ou conceito linguístico.

Com base nas teorizações de Émile Benveniste (1966, 1974, 2012), afere-se a descontinuidade da relação entre *locutor-escritor*, apropriação da língua escrita e manejo da teoria no espaço acadêmico, a fim de promovermos uma diferenciação entre os comportamentos de *ouvir* e de *escutar*, de um lado, em paralelo com os comportamentos de *falar* e de *dizer*, de outro. Para tanto, analisamos recortes de provas feitas por acadêmicos de uma instituição pública de ensino superior e verificamos que a escrita desses acadêmicos descortina uma relação (in)tenso e descontínua com o manejo da teoria e, em decorrência, com a escrita acadêmica em provas.

No quarto texto, intitulado *O problema do signo linguístico em Saussure e em Benveniste*, publicado no periódico **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, número 33, de 2014, problematizo a questão da constituição do signo linguístico a partir da perspectiva de Saussure, no CLG e, de Benveniste, nos PLG, a fim de mostrar que a noção de significado (conceito), assim como a noção de significante (imagem acústica), apresenta, em relação ao sistema linguístico, um sentido puramente diferencial, já que a língua, enquanto sistema, resulta de um vazio radical. Demonstrei que a articulação constitutiva entre língua e discurso é a responsável por certa confusão na explicação da constituição do signo linguístico, uma vez que a conceituação do *significado/conceito* precisa ser melhor problematizada, a fim de fazer trabalhar a sua constituição paradoxal, que implica um sentido diferencial e um sentido *referendum*.

O *significado/conceito* é o termo do signo habilitado pela linguagem a significar, que, nesse processo, é enformado de significação, passando, por isso, a ter, embora provisoriamente, um sentido *referendum*. Por isso, Benveniste afirma que a referência é da ordem do discurso, do plano semântico; é na e pela enunciação que as instâncias do discurso são construídas e (re)atualizadas à injunção do semantismo social (sentidos possíveis e estabilizados que são (re)produzidos no e pelo discurso), responsável pela possibilidade de se estabelecer ou não uma certa correferenciação entre os (inter)locutores. Portanto, para que as formas sejam “plenas²⁴” é preciso mudar de domínio; é preciso que a língua (enquanto possibilidade de língua) esteja em discurso, porque é no discurso que o sentido *referendum* se produz, ou seja, é no discurso e por ele que o locutor representa a realidade imaginária²⁵, a *sua* realidade. Assim sendo, no plano semiótico, a língua é forma e, no plano semântico, o discurso é substância. A conversão da língua em discurso é coextensiva ao processo de substancialização da língua. A língua não acontece sem o discurso. Eles formam uma “dupla instância conjugada”.

No quinto texto, intitulado *Émile Benveniste: o duplo funcionamento da língua na linguagem*, foi publicado no livro **Émile Benveniste: uma vida pela linguagem**, publicado pela

24 “Plenas” aqui está sendo compreendido como forma enformada de significação no e pelo discurso.

25 A expressão “realidade imaginária” aparece em Benveniste ([1963] 1995, p. 27) e refere-se à realidade construída na e pela linguagem em oposição ao real, intangível.

Editora Pontes, em 2018. Nesse texto, analiso a tessitura conceitual da linguística de Émile Benveniste, a partir da proposição do trinômio língua, cultura e personalidade. Assim procedendo, viso delinear certos aspectos constitutivos de suas teorizações sobre o funcionamento da língua na linguagem. Para melhor abordar essa questão, trabalho, além do trinômio mencionado, outros conceitos teóricos relevantes de sua teorização, como plano semiótico, plano semântico e semantismo social, e analiso alguns recortes de diferentes manifestações de linguagem em função do duplo funcionamento da língua na linguagem, mobilizando, para tanto, o funcionamento do semantismo social no *modus operandi* analítico. Assim, demonstro certa importância do pensamento de Émile Benveniste na problematização e contestação de certas evidências sobre o duplo funcionamento da língua da linguagem humana.

O sexto texto, intitulado *Entidades e unidades linguísticas na perspectiva saussuriana*, foi publicado no periódico **Domínios da lingu@gem**, com a participação de Flávia Santos da Silva como pesquisadora auxiliar. O texto problematiza, a partir de uma leitura do *Cours de Linguistique Générale* de Ferdinand de Saussure, a distinção conceitual entre entidade e unidade linguísticas. Embora essa distinção possa parecer irrelevante, ela não o é; ao contrário, mostra-se produtiva no quadro teórico e metodológico de uma linguística sincrônica, dado que considerar a presença do sujeito falante, via associações, no processo de (de)limitação da unidade linguística pode contribuir para explicar certos fatos de linguagem, como a homofonia, a paronímia e a polissemia, além de evidenciar que há momentos em que Saussure concede ao sujeito falante um lugar de importância na configuração da língua e do discurso.

Em decorrência, problematiza os conceitos de entidade e de unidade linguísticas em Saussure para mostrar que esses conceitos não estão mal definidos por uma falta de Saussure, mas porque a (de)limitação da unidade é função do sujeito falante no processo de segmentação da cadeia fônica em sintagmas. Por isso, estará mal definida constitutivamente, porque está em dependência do sujeito falante e do discurso. Para melhor explicar a distinção entre os dois conceitos, o texto analisa algumas manifestações da linguagem, como propaganda, piada, notícia e provérbio, a fim de evidenciar o modo como o sujeito falante (de)limita uma entidade concreta em unidade linguística e as implicações do sujeito falante nesse processo.

O sétimo texto, intitulado *Émile Benveniste: a frase como unidade de discurso*²⁶, foi publicado no periódico **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, no dossiê temático sobre sintaxe, sob responsabilidade do Prof. Dr. Luiz Francisco Dias. Nesse texto, discuto a noção de frase nas teorizações de Émile Benveniste, a partir dos textos *Níveis de Análise Linguística* e *A forma e o sentido na Linguagem*, a fim de compreender e explicitar sua produtividade nos procedimentos

²⁶ Na produção desse texto também contei com a colaboração de Flávia da Silva Santos como pesquisadora auxiliar.

de análise semântica propostos por Benveniste. Assim procedendo, intento mostrar que esse conceito é fundamental para o trabalho com a escrita a partir da perspectiva da translinguística de textos e de obras sugerida por Benveniste no artigo “Semiologia da língua”, de 1968 e rudimentarmente desenvolvida nas notas de trabalho sobre a língua poética de Baudelaire. Para tanto, estou explorando no texto os conceitos de integração, distribuição e conexão em suas potencialidades.

No oitavo texto, intitulado *Manuscritos de Émile Benveniste: um percurso na e pela poética de Baudelaire*, trabalho, em coautoria com o Prof. Dr. João de Deus Leite, sobre a proposta de Benveniste de uma translinguística de textos e de obras, a partir da premissa de que a pesquisa de Benveniste sobre Baudelaire o engatou em um projeto maior e complexo: os problemas do discurso poético. Nas notas, Benveniste propõe a conversão do ponto de vista sobre a língua poética para o modo de funcionamento da língua no discurso poético. Tratar-se-ia de um funcionamento que requer, para sua compreensão, um aparelho de definições distintas. Ela reclama uma linguística diferente. No entanto, essa linguística diferente pode contribuir para a compreensão do funcionamento da linguagem ordinária, de modo contundente. Esse texto foi publicado no periódico **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, em 2015.

O nono texto, escrito em coautoria com Érica Daniela de Araújo, intitulado *Nos meandros do ensino da escrita em Língua Portuguesa: (re)pensando os mecanismos de intervenção-interferência no processo de reescrita*, foi publicado no livro **E por falar em intervenção** organizado por Dami da Silva, Ernesto Sérgio Bertoldo, João de Deus Leite e Vilma Aparecida Gomes e publicado em 2021, pela Editora Pontes. Esse livro resulta, da apresentação do trabalho no evento *Ensino de Língua Portuguesa para professores das redes municipal, estadual e federal de ensino fundamental e médio da região de Uberlândia*. O texto apresenta uma problematização sobre alguns conceitos de intervenção a partir da perspectiva teórica da semântica da enunciação e analisa algumas propostas de intervenção executadas por professores do ensino fundamental e médio, a fim de discutir a questão do gênero como instrumento de ensino, assim como a importância do processo de (re)escrita para o ensino de escrita em Língua Portuguesa.

Ainda, nesse período, escrevi, um décimo texto, em parceria com Érica Daniela de Araújo (CEFET-Araxá) e de João de Deus Leite (UFT-Araguaína), que constitui um perfil de Émile Benveniste, intitulado *Émile Benveniste. Uma letra que encarna a linguagem*, publicado no periódico **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, em 2015. O perfil aborda, além de aspectos da vida de Benveniste, os trabalhos dele em Linguística Geral e em Linguística Comparada, demonstrando o papel fundamental de seu pensamento no desenvolvimento da Linguística.

Também, aborda as notas de aula de Émile Benveniste sobre escrita e enunciação escrita, a fim de contribuir para a visibilidade do potencial de sua obra.

1.1.7. Pós-Graduação *Lato sensu* na UFSCar

Finalmente, cabe registrar que, de março de 2014 a janeiro de 2016, realizei o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*: Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo, oferecido pelo Laboratório de Aprendizagem Humana Multimídia Interativa e Ensino Informatizado – LAH-MIEI, da Universidade Federal de São Carlos.

As aulas aconteceram aos sábados, de manhã e de tarde. Viajava na sexta-feira à noite para São Carlos e retornava assim que terminavam às aulas do dia. O curso foi muito bom, com professores empenhados e de alto nível. Esse curso me ajudou a compreender melhor não só o autismo, mas também o funcionamento social do homem em suas demandas diárias.

Juntamente com os colegas de curso Christian Eduardo Gonçalves Caldas e Rodolfo Sanchez Miguel, produzimos uma monografia sobre o ensino de contato visual para crianças com autismo, tendo por base o seguinte artigo:

CARBONE, J.V.; O'BRIEN, L.; SWEENEY-KERWIN, E.J. & ALBERT, K.M. Teaching Eye Contact to Children with Autism: a Conceptual Analysis and Single Case Study. *In: Education and Treatment of Children*. v. 36, n. 2, p.139-159, 2013.

Esse trabalho monográfico foi orientado pelo Prof. Dr. Celso Goyos, coordenador do LAMHIEI-UFSCar, e foi apresentado na I Mostra de Trabalhos dos Estudantes de Pós-Graduação em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo: Avanços no Tratamento e Pesquisa, que ocorreu no dia 23 de janeiro de 2016.

Capítulo 2

A vida acadêmico-intelectual na UFU

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina (1983, p. 136)

2.1. Introdução

Neste capítulo, narro a minha trajetória acadêmico-intelectual, a partir do meu ingresso no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como professora do magistério superior, em agosto de 2004. Costumo dizer que, na vida, acertei na profissão, pois amo o trabalho acadêmico e intelectual, em todas as suas facetas. Para mim, o contato com os alunos é revigorante, estimulante e produtivo. O esforço por explicar a estrutura e o funcionamento da linguagem humana imprime a busca por formulações e reformulações que possam melhor caber no processo de ensino e de aprendizagem. Nessa busca, às vezes, é na sala de aula que a compreensão de determinados aspectos se dá de uma forma contundente, encaixada e significativa. Por isso, em minha trajetória, a relação entre prática docente e pesquisa é inalienável.

O exercício da docência também me ajudou a aprender a lidar com minha timidez. Por causa da timidez, perdi muitas oportunidades na vida, inclusive na vida acadêmica, na divulgação do trabalho, no expor minha posição ou externar alguma colocação que julgava importante etc. Hoje, quando conto aos alunos que, ao entrar pela primeira vez em uma sala de aula como professora, estremeci e pensei: “Meu Deus, se eu não falar não tem aula! E agora? O que eu faço?”, e que, naquele momento, decidi enfrentar meus medos, tomei a palavra e comecei a falar, eles têm dificuldade em acreditar, pois dizem que me percebem muito à vontade em aula. Meu irmão, dois anos mais velho que eu, diria que foi porque, quando eu tinha um mês de vida, ele colocou uma pilha de rádio, tamanho AA, em minha boca. Pobre mamãe! Quase morreu para

tirar a pilha de minha boca. Essa história tantas vezes ouvida no seio familiar é uma doce lembrança das peraltices de meus irmãos comigo. Meu irmão, por sua vez, reivindica os méritos por minha profissão, alegando que a pilha fora o ponto de partida.

Em 2008, comecei a cuidar de meus pais, que vieram morar comigo em Uberlândia e, em 2009, nasceu meu filho, João Vítor. Com a vinda de meus pais para cá e o nascimento de meu filho, portador de deficiência, as demandas familiares aumentaram sobremaneira. Tive que reorganizar minha vida e meu tempo, a fim de conciliar os novos laços e afetos. Ainda bem que sempre soube, embora sem saber como o sei ou melhor como acontece, entregar-me por inteiro a cada atividade, tarefa, trabalho, momento. Assim, se estou em aula, estou em aula e esqueço o restante da vida. Se estou com meu filho, estou com meu filho e esqueço a lista de atividades e trabalhos por fazer. Essa condição de entrega foi fundamental para que eu conseguisse *continuar a vida* em todos os sentidos que essa expressão pode evocar. Viver não é fácil, mas o amor e a vontade de viver me fazem continuar, mesmo que em alguns momentos a vida signifique sobreviver.

Com essa nova realidade, chamo a atenção para o fato de que a maior parte de minha produção acadêmico-intelectual aconteceu em concomitância ao empenho em cuidar, com amor e dedicação, de meus pais, de meu esposo e de nosso filho. Mesmo nesse cenário, o trabalho acadêmico-intelectual nunca ficou relegado a segundo plano. Tentei ser, ao máximo, responsável com as atribuições do cargo exercido. Confesso, contudo, que não tem sido nenhum pouco fácil, simples ou tranquilo. Mas essa condição me transformou em uma pessoa melhor.

2.2. O ingresso na carreira de professor de magistério superior

Tomei posse do cargo de professora do magistério superior no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia em 6 de agosto de 2004. Após a posse, apresentei-me à direção do Instituto. A secretária mostrou-me a sala que ocuparia e o diretor apresentou-me ao coordenador do Núcleo de Língua Portuguesa e Linguística – NUPLI e ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL. O coordenador do Nupli, à época era o Prof. Dr. Maurício Viana de Araújo, conversou comigo e me passou as disciplinas e as turmas às quais ministraria aulas. Na condição de ingressante, assumi três disciplinas, a saber: semântica, sociolinguística e sintaxe, e quatro turmas. O coordenador do PPGEL, à época era o Prof. Dr. Waldenor Barros Moraes Filho, também conversou comigo e fez o meu credenciamento no Programa, uma vez que eu tinha orientado alunos de IC na UFMG, durante o estágio de recém-doutor.

Na reunião com o coordenador do PPGEI, também ficou acordado que ministraria uma disciplina na Pós-Graduação no primeiro semestre de 2005. Além disso, o coordenador me informou da necessidade de eu submeter um projeto de pesquisa ao Conselho da Unidade para a atuação no Programa. Eu já tinha um projeto que havia redigido no período em que estive na UFMG, mas que não havia executado ainda, conforme descreverei no tópico Projetos de pesquisa.

A sala que eu ocuparia era a 220 do bloco 1U, no segundo piso, onde está localizada a direção do ILEEL e o pavilhão de Gabinetes dos docentes. A sala estava em uma condição desoladora. Era um depósito, que seria limpo e que receberia uma mesa e um armário para eu usar no tempo em que trabalhasse ali. Não havia equipamento de informática, como computador ou impressora. Esses equipamentos foram conseguidos somente em 2005, quando participei do Programa PEP da UFU. Nesse programa, o professor submetia um projeto de pesquisa e solicitava à Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação – PROPP – os equipamentos de informática: computador e impressora. Com esses equipamentos, passei a ter melhores condições de trabalho na UFU.

Com a obtenção de tais equipamentos, pude passar mais tempo trabalhando em minha sala. Antes, quando eu precisava digitar, por exemplo, materiais de ensino, documentos ou artigos, tinha que ir para casa ou usar o laboratório. No governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Instituto melhorou sobremaneira as condições de trabalho, reformando as dependências dos prédios que abrigam o ILEEL e atualizando os equipamentos dos laboratórios, das secretarias, dos gabinetes dos professores e das salas do Instituto. Assim, tornou-se mais aprazível e produtivo trabalhar no espaço do ILEEL.

O corredor do pavilhão dos gabinetes dos docentes ganhou mesas, cadeiras e ventiladores para que professores e alunos pudessem utilizar o corredor para reuniões, orientações, estudos e, também, como sala de espera nos atendimentos aos alunos. As portas dos gabinetes dos professores receberam escaninhos para a correspondência e, ao lado das portas, foram afixados painéis para a divulgação de atividades, eventos, reuniões científicas etc. e algumas lixeiras foram distribuídas pelo espaço. Nos demais corredores, foram alocados bancos, murais, lixeiras e alguns vasos de plantas.

Os gabinetes dos professores ganharam armários e mesas planejadas, cadeiras e equipamentos novos e melhores. Essa mudança se mantém bem conservada até hoje, estabelecendo certa harmonia e conforto ao ambiente de trabalho. Condição essencial para que o trabalho aconteça de modo adequado e produtivo, alcançando, dessa forma, os resultados esperados do ILEEL: a formação de professores para atuar na educação básica e a produção de

conhecimento sobre a linguagem, sobre o seu funcionamento e sobre as línguas: português, inglês, francês, espanhol, libras etc.

2.3. Atividades de ensino

Como já dito, ao ingressar no ILEEL-UFU, assumi três disciplinas e quatro turmas: a disciplina de sintaxe, naquela época era ministrada em dois horários: um na terça e outro na quinta, à noite; semântica na quarta-feira, manhã e noite, e sociolinguística na sexta à noite. Nesse primeiro semestre, dediquei-me a montar materiais para as disciplinas, uma vez que não tinha materiais montados para sintaxe e sociolinguística. Em relação à disciplina semântica, embora eu tivesse o material montado para ministrar a disciplina semântica do português, ofertado na graduação da FALE-UFMG, durante o estágio de recém-doutor, utilizei apenas parte deste material, pois mantenho até hoje a premissa de que não se repete uma disciplina em sua exatidão, é preciso buscar textos diferentes, produzir exercícios e atividades novas.

Essa premissa liga-se à concepção de professor, de ensino e de aprendizagem assumida. Por um lado, considero que a incompletude é constitutiva da condição de sujeito. Assim, o professor nunca sabe tudo sobre a linguagem, razão pela qual precisa estar sempre lendo outros autores, produzindo novos materiais, exercícios e atividades. É um modo de estar desenvolvendo o meu próprio raciocínio sobre os objetos da formação de um professor de Língua Portuguesa. Por outro lado, tomo o contato com os alunos, em sala de aula, como um indicativo para compreender as diferentes necessidades de aprendizagem. Essas diferenças requerem que lance mão de outras estratégias de ensino para além das adotadas para iniciar uma disciplina. De meu ponto de vista, essa flexibilidade do professor deve fazer parte de sua formação. Nesse sentido, um modo de dar aula do qual não abro mão é a exposição dialogada. Com questões direcionadas aos alunos, além de captar melhor a atenção deles, também mobilizo as respostas como termômetro de aferição da compreensão. Assim, se as respostas não estão produzindo um efeito de encaixe à direção do raciocínio em construção, compreendo que será necessário lançar mão de outros recursos e/ou ações pedagógicas.

Com essa postura assumida, tenho compreendido que o modo de estar em sala de aula alterou-se com o avanço do capitalismo neoliberal e essa compreensão foi motivo, inclusive, de pesquisa e de produção de artigo. Essa diferença costuma ser enunciada pelos professores como uma espécie de lamento, quando dizem, por exemplo, que os alunos já não respeitam o professor ou não querem estudar. De meu ponto de vista, a questão é mais complexa, uma vez que o

sujeito é determinado sócio-histórica e ideologicamente. “Não respeitar o professor” ou “não querer estudar” são efeitos da determinação sócio-histórica e ideológica do sujeito.

Assim, vivendo em uma época na qual os discursos dominantes transformam os sentidos de educação, vinculando-os aos sentidos de *bem de consumo*, os efeitos dessa determinação manifestam-se, inclusive, no modo de estar na sala de aula tanto de alunos quanto de professores. É por isso, por exemplo, que os alunos, em sala de aula, “preferem”, muitas vezes, ficar no celular que na aula. Essa “preferência” resulta não de uma vontade do indivíduo, mas desta determinação que faz o aluno acreditar que não precisa se implicar com sua formação, porque, quando precisar, ele acessa a informação. É nesse sentido que educação/formação desliza para informação, afetando o laço do aluno com a sala de aula. E o professor precisa lidar com esses sentidos em dominância. É preciso compreender que não se trata puramente de “falta de educação” ou “falta de interesse”.

Cabe ressaltar ainda que, imbuída de tal premissa, também reforcei meu hábito de adquirir livros, a fim de enobrecer meu “almário”. Desde a graduação comecei a montar minha biblioteca e, por isso, no início do exercício da docência, já tinha um conjunto significativo de livros adquiridos e estudados. Não limito a aquisição de livros aos livros específicos de minha área de atuação. Além de livros de outras áreas da própria linguística, também gosto de ler literatura, filosofia, história, política etc. Uma das coisas que mais me dói na vida é não ter tempo para ler tudo o que desejo ler. Infelizmente, as demandas da vida e da profissão absorvem a cada dia mais o tempo que poderia dispor para ler e estudar. Angústia, tensão, desejo, limite... palavras que me vêm à mente neste momento e que dizem de mim. A vida me parece irônica, nesse sentido, pois agora que me sinto em melhores condições para o exercício da leitura e do estudo, o tempo se tornou um inimigo potente.

2.3.1. Graduação

Na graduação, já ministrei um conjunto significativo de disciplinas. A oferta de disciplinas distribuídas em semestres pares e ímpares contribui para o exercício docente em um conjunto diverso de disciplinas. Nestes anos de docência, já ministrei as seguintes disciplinas na graduação:

Semântica

Sintaxe I,

Sintaxe II

Estudos sintáticos

Estudos da significação: semântica e pragmática
Sociolinguística
Estudos do texto: coesão, coerência e tipologias
Leitura e produção de textos I
Leitura e produção de textos II
Introdução aos estudos linguísticos
Estudos da linguagem I
Estudos da linguagem II
Estudos morfológicos do português
Morfologia
Linguística e ensino: ênfase em gramática
Semântica argumentativa
Produção criativa de textos
Português instrumental
Gêneros discursivos e argumentação
Teoria da enunciação

Cabe ressaltar que, ao longo de minha trajetória docente, orientei monitorias em algumas ocasiões. Também orientei estagiários da pós-graduação, no programa Estágio de Docência na graduação. Tais orientações constituíram-se como momentos importantes de reflexão junto aos estagiários sobre ensino e aprendizagem, sobre estratégias de ensino, produção de materiais e exercícios, métodos de avaliação, a coerência entre as atividades, os objetivos e os conteúdos etc.

2.3.2. Pós-Graduação

Iniciei minhas atividades docentes no PPGEL-UFU no primeiro semestre de 2005, ministrando a disciplina *Análise de Discurso*. No segundo semestre, comecei a ministrar a disciplina *Teorias Linguísticas*, em sistema de rodízio com outros dois professores do Programa. Dessa forma, passei a fazer parte do rol de professores que assumiram a responsabilidade por ministrá-la. Participei deste grupo até 2020, quando a quarentena relativa à pandemia do Coronavírus foi decretada.

Nestes anos de docência na Pós-Graduação, já ministrei as seguintes disciplinas:

Análise de Discurso

Teorias linguísticas

Tópicos em linguística: Semântica e discurso

Tópicos em Estudos Analítico-descritivo 3: Enunciação e discurso

Tópicos em linguística: semântica

Tópicos em linguística: teoria da enunciação

Tópicos em estudos discursivos 2: Abordagens teórico-metodológicas nos estudos sobre discurso e enunciação

Metodologia de pesquisa em linguística e linguística aplicada

Seminário temático de pesquisa 2: dispositivos teórico-analíticos em AD

Tópicos em linguística: teoria da enunciação benvenistiana

Tópicos em linguística: ensino, escrita, subjetividade

Seminário temático de pesquisa 1: linguagem e subjetividade

Tópicos em linguística: as teorizações de Benveniste

Seminário temático de pesquisa 2: enunciação e discurso

Seminário temático de pesquisa 1: semântica e enunciação

Tópicos em linguística: a poética e a escrita em Benveniste

Tópicos em linguística: a poética em Benveniste

Seminário temático de pesquisa 1: língua e cultura

Tópicos em linguística: a enunciação escrita

Argumentação, enunciação, discurso

Teoria da enunciação

Além dos cursos regulares ofertados, ministrei alguns cursos de curta duração, entre 6 e 20 horas, na própria UFU e, também, em outras instituições como a UFF e a UFT-Câmpus Araguaína.

2.4. Atividades de pesquisa

Com o meu ingresso no ILEEL-UFU, comecei a desenvolver projetos de pesquisa, aos quais foram vinculados alunos de graduação e, posteriormente, de pós-graduação. Ademais, dei certa continuidade ao projeto de pesquisa iniciado no estágio de recém-doutor, uma vez que, quando encerrei o processo do estágio de recém-doutor junto ao CNPq, havia acabado de obter a renovação da concessão da bolsa, que, naquela época, era renovável anualmente.

Como dito anteriormente, em 2005, institucionalizei o Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS), cadastrando-o no CNPq e solicitando à UFU sua certificação e mantive dois grupos de estudos, vinculados ao Grupo de Pesquisa, para a formação, como pesquisador, de alunos de graduação e de pós-graduação. Em um grupo de estudo, eram estudados textos teóricos de Análise de Discurso, Semântica e História das Ideias Linguísticas e, no outro grupo de estudos, eram lidos e discutidos textos analíticos e de temáticas relativas aos interesses do GELS.

Naquela época, adotamos a prática de convidar alguns pesquisadores e outros profissionais que atuam sob formas específicas da linguagem. Assim, contamos, por exemplo, com exposições de pesquisadores, como Mônica Graciela Zoppi-Fontana (UNICAMP) e Eduardo Guimarães (UNICAMP), do fotógrafo profissional Rubens Rebouças, do músico Sidney Alferes e da psicanalista Iná Nascimento.

A partir de 2008, passamos a realizar, anualmente, um Workshop do GELS. Para o Workshop, convidávamos pesquisadores que poderiam contribuir com a temática eleita para a edição e, na realização deste evento, buscamos contar com, ao menos, dois convidados externos por edição. Por causa da pandemia da Covid-19, o último Workshop foi realizado em 2019. Portanto, foram 12 edições do evento. Nelas, contamos com a participação de pesquisadores de várias instituições brasileiras.

Em 2009, o Grupo de Pesquisa GELS passou a contar com a participação do Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), que, ao entrar para o grupo, assumiu a vice-liderança do grupo. Em 2010, a Profa. Dra. Carla Nunes Vieira Tavares (UFU) também ingressou no GELS. Em 2016, ingressaram, como pesquisadores, os professores doutores José Simão da Silva Sobrinho (UFU), Maurício Viana de Araújo (UFU) e Peterson José de Oliveira (UFU). Com esse conjunto de pesquisadores, as ações do Grupo de Pesquisa foram ampliadas. Começamos a realizar, anualmente, uma jornada, na qual um convidado externo, além de ministrar um minicurso ou conferência, participava de um debate das pesquisas realizadas por membros do grupo. Também criamos ciclos de colóquios, nos quais um membro do Grupo ficava responsável por explicar um texto ou tema e propor questões para um debate. Os colóquios eram um evento aberto.

No momento, o Grupo GELS passa por reconfiguração e atualização, pois desejamos estabelecer novas diretrizes e ações para o trabalho do/em grupo.

2.4.1. Projetos de pesquisa

Os projetos de pesquisa não tiveram as mesmas durações. Eles foram ganhando configurações direcionadas por interesses de pesquisa. Por exemplo, com a docência, adveio o interesse por pesquisar questões relativas ao ensino. Desse interesse, comecei a pesquisar sobre o ensino de escrita, baseado em produção textual. No entanto, não abandonei as questões relativas ao sentido e ao funcionamento da língua e da linguagem humana.

Abaixo, apresento as descrições dos projetos institucionais e interinstitucionais realizados.

2.4.1.1. As categorias enunciativas nas gramáticas brasileiras: uma explicação enunciativa²⁷

Esse projeto de pesquisa foi desenvolvido de 2005 a 2007. Teve dois focos de atenção. O primeiro foi analisar, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso e da Semântica da Enunciação, um certo "expurgo" que as gramáticas produzem de categorias linguísticas tipicamente enunciativas, tais como: vocativo, interjeição, palavras reiterativas, expressões de saudação, aposto, orações explicativas etc. do quadro das funções sintáticas, a fim de compreender e explicitar as causas e as consequências desse "expurgo" na construção das teorias gramaticais da linha tradicional, da formal e da funcional. Esse procedimento de análise objetivava fornecer conhecimentos importantes para o desenvolvimento do segundo foco de atenção: produzir uma explicação alternativa sobre essas categorias. Essa proposta de explicação põe em evidência a pertinência semântica dessas categorias enunciativas para a constituição dos textos em que se dão. Para realizarmos tal empreendimento, sustentamos a análise na Análise de Discurso e na Semântica da Enunciação, tomando como ponto de partida a relação entre o plano da organicidade da língua e o plano do enunciável, uma vez que as condições de produção do enunciado afetam o plano da organicidade da língua na sua constituição. Explicitar e compreender essa relação nos permite mostrar que tais categorias, classificadas pelas gramáticas brasileiras como acessórias ou contingentes, têm uma pertinência semântica e que, por conseguinte, somente podem ser assim consideradas em um quadro de análise que toma como objeto a frase, compreendida como a contraparte abstrata do enunciado.

A gramática tradicional, por exemplo, afirma que vocativo é a função sintática exercida por termos como "João" em "João, venha cá.", cuja função semântica é interpelar o interlocutor. Por isso, a gramática diz que se trata de "um termo que não possui relação sintática com outro termo da oração. Não pertencendo nem ao sujeito nem ao predicado". Assim sendo, vocativo

²⁷ Projeto desenvolvido no Programa PEP-UFU, Processo: H-001/2004 - PEP/UFU.

não poderia ser compreendido como função sintática, uma vez que a função sintática é o tipo de relação que um constituinte contrai com outro constituinte da oração.

Embora a gramática diga que vocativo é uma função sintática, trata as funções sintáticas como independentes dos constituintes com o qual contrai essa função. É assim, por exemplo, que frequentemente, explica-se o vocativo (ou outra função sintática) mobilizando um enunciado definidor como: “vocativo é um termo que indica o ‘chamamento’, ‘invocação’, ‘interpelação’ de uma pessoa (interlocutor) real ou fictícia²⁸”. Ou ainda como: “o vocativo é usado no discurso direto, apresentando entonação apelativa e exclamativa. Ele deve aparecer entre vírgulas ou com outro sinal de pontuação que passe esse destaque, o ponto de reticências e exclamação são alguns exemplos²⁹”. No âmbito deste projeto, lidamos com esse tipo de questão. Assim procedendo, a gramática tradicional produz uma confusão sobre o que seja *função sintática*. Essa confusão justifica, por si, a necessidade da produção de trabalhos científicos que voltem o olhar para tais questões, a fim de produzir explicações mais condizentes com a estrutura e o funcionamento da língua.

2.4.1.2. Lugares de enunciação e subjetivação: a relação entre o linguístico e o discursivo

Esse projeto de pesquisa foi desenvolvido de 2005 a 2010. Com esse projeto de pesquisa, objetivei analisar e descrever, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso, os modos de dizer constitutivos do processo de emergência (social) e configuração de lugares de enunciação diversos. Centrei minha pesquisa em três tipos de textos, a saber: a propaganda publicitária, o editorial jornalístico e o artigo de divulgação científica. Para tanto, tomei por base os estudos de Pêcheux (1975), Courtine (1981), Milner (1989), Branca-Rosoff (1995), Serrani (1993), Orlandi (1999, 2000, 2002 etc.) e outros, que, de uma forma ou de outra, trabalham com a textualização política de discursos, ou seja, com a transposição do discurso em palavras. O objetivo foi compreender e, em decorrência, explicitar as relações estabelecidas entre a configuração da organicidade linguística do texto, representada por modos de dizer recorrentes, e o discursivo, representado por n-discursos que aí se entrecruzam, na constituição do processo de configuração dos lugares enunciativos que constituem esses tipos de textos e que fazem parte do processo discursivo que os determinam. Para tanto, trabalhamos com a hipótese de que um texto que se pretende autônomo (um texto científico, por exemplo) se opõe a um texto lacunar (uma notícia jornalística, por exemplo), uma vez que as condições de produção de um diferem das condições de produção do

²⁸ Extraído do *site* Toda Matéria em: <https://www.todamateria.com.br/vocativo/>.

²⁹ Extraído do *site* Educa+ Brasil em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/vocativo>.

outro. Além do mais, as relações dos sujeitos (autores e leitores) com esses lugares se dão de forma social e historicamente diferente.

Essa hipótese respalda-se, por exemplo, no imaginário de que o texto de divulgação científica, ao vulgarizar um saber científico, intenta fechar, ao máximo, a interpretação, por meio de mecanismos linguísticos como a reformulação, a paráfrase e a tradução, configurando, assim, um modo de dizer que intenta “garantir” a compreensão. Esse modo de dizer determina a configuração de um lugar enunciativo do qual emerge o locutor-divulgador. Um texto de divulgação científica conflui as “formas de dizer da ciência com as formas de dizer da didaticidade pedagógica, fazendo emergir aí um lugar enunciativo: o divulgador - uma espécie de efeito locutor “tradutor” da língua da ciência para a língua do cotidiano: uma laicização de conhecimentos científicos. Por conseguinte, mesmo que o indivíduo no mundo também ocupe o lugar social de cientista, para que ele produza um texto de divulgação científica será necessário pôr-se no lugar enunciativo do divulgador. Portanto, não se trata da relação do indivíduo empírico com um texto, mas da configuração (social) de um lugar de enunciação específico: o do divulgador, elemento constitutivo do discurso de divulgação científica. Dada a constituição do gênero textual “artigo de divulgação científica”, estamos aventando a hipótese de que são recorrentes, nesses textos, enunciados definitórios e enunciados explicativos, os quais configuram a textualização “tradutória” do artigo de divulgação científica” (AGUSTINI, 2006, p. 4).

Vale dizer que tomamos como objeto de análise um arquivo de tais textos, porque, a despeito de circular, na sociedade, diferentes propagandas publicitárias, editoriais e artigos de divulgação científica, eles teriam um lugar enunciativo que determina a sua configuração: na propaganda, a promoção de algo leva à emergência do lugar enunciativo locutor-promotor; no editorial, a manifestação de uma posição sobre algo leva à emergência do lugar enunciativo locutor-crítico, e, na divulgação científica, a vulgarização de um saber científico leva à emergência do lugar enunciativo locutor-divulgador.

Com a leitura/análise de tal arquivo, objetivava compreender como a relação entre lugar enunciativo e subjetivação se dava nestes tipos de texto, uma vez que, de meu ponto de vista, esses textos têm uma importância significativa no seio da sociedade na qual me inscrevo como pesquisadora. A propaganda publicitária, porque se imiscui no cotidiano de/dos brasileiros, impelindo-os ao consumo do produto promovido, pode constituir-se, no processo de interpelação-identificação, como *palavra de ordem*, a ponto de impor padrões, costumes, modos de constituir-se sujeito na sociedade.

O editorial, ao (intentar) marcar uma posição assumida, projeta certa imagem a um periódico, por exemplo, e essa imagem determina, por um lado, o modo como o leitor interpreta

os textos que tal veículo dá à leitura, e, por outro, recorta o público-alvo, ao modo da retórica do binarismo, cujo efeito é a distribuição da sociedade em um conjunto cindido entre os contra e os a favor da posição enunciada. Já o artigo de divulgação científica, ao vulgarizar um saber científico, a fim de torná-lo, de certa forma, acessível ao leitor-leigo, evoca certa forma de poder sobre o dizer, uma vez que produz, como efeito, a imagem de que detém as condições de “intérprete”, um “porta-voz” da ciência para os “leigos”. A sua voz “porta” a voz da ciência na voz do leigo.

A tomada de conhecimento dos trabalhos que desenvolvi no âmbito desse projeto levou a Profa. Dra. Telma Domingues da Silva a convidar-me para participar de um Projeto coordenado por ela na UNIVÁS – Universidade do Vale do Sapucaí. Tratou-se do projeto *Discurso jornalístico, mídia e sujeito: Práticas textuais nas tecnologias de linguagem*. Participei deste projeto de 2010 a 2014. O produto mais significativo desta parceria, além, é claro, do impacto no meu desenvolvimento acadêmico-intelectual, foi a publicação, em 2012, do livro **Imagens na comunicação e discurso**, pela editora Annablume. Desse livro, participamos como autora e como organizadora. A organização do livro foi realizada em parceria com Telma Domingues da Silva (UNIVÁS) e Tânia Clemente de Souza (UFRJ).

Em 23 de maio de 2013³⁰, na Universidade Federal Fluminense (UFF), foi realizada a mesa-redonda "Discurso, Imagem e memória: o papel das instituições", da qual participaram, além de mim, a Profa. Dra. Telma Domingues da Silva (UNIVÁS) e a Profa. Dra. Tânia Clemente de Souza (UFRJ), com mediação, da Profa. Dra. Bethania Mariani (UFF). Esse evento foi promovido pelo *Laboratório de Arquivos do Sujeito* e realizado no Instituto de Letras, câmpus do Gragoatá da UFF. Além da mesa, houve a divulgação do livro, com um lançamento que aconteceu na Livraria Travessa, na rua Sete de Setembro, no Rio de Janeiro.

Minha participação nesse evento, apresentando o trabalho *A imagem nas instituições: (re)cortar e significar. Um mecanismo institucional de circulação de discurso(s)*, oportunizou o convite para ministrar, em outubro de 2013, um minicurso sobre o pensamento linguístico de Émile Benveniste, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PosLing da Universidade Federal Fluminense. Esse minicurso foi intitulado "Émile Benveniste: reconstrução e atualidade da reflexão sobre enunciação" e realizado no Instituto de Letras, câmpus do Gragoatá da UFF, em Niterói, nos dias 1, 2 e 3 de outubro de 2013.

2.4.1.4. Linguagem e constituição do sujeito

³⁰ Cf. a notícia do evento em: http://www.anglopousoalegre.com.br/Noticias_Intranet/0000002842.asp

Esse projeto foi desenvolvido de 2010 a 2017. Tratou-se de um projeto coletivo, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade – GELS/CNPq/UFU, em parceria com o Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo e com a Profa. Dra. Carla Nunes Vieira Tavares. No âmbito deste projeto, tomei por objetivo descrever e analisar, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso e da Semântica da Enunciação, fatos enunciativos, na oralidade e na escrita, relativos aos processos de subjetivação do dizer. Também, voltei minha atenção e interesse para a problematização da relação professor-saber-aluno e para o ensino de escrita em Língua Portuguesa, baseado na produção textual.

O longo período de seu desenvolvimento deve-se ao fato de que, com esse projeto coletivo, produzimos trabalhos financiados por órgãos de fomento: FAPEMIG 01/2011 – Demanda Universal³¹ e o projeto Capes/CNPq-Casadinho/PROCAD³². O projeto Fapemig, intitulado *Linguagem e constituição do sujeito: linguagem, subjetividade-singularidade*, foi desenvolvido de abril de 2011 a maio de 2013. “A equipe executora principal [deste projeto foi] composta pelo Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo, pela Profa. Dra. Carmen Lúcia Hernandes Agustini, coordenadores do *Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade* (GELS), cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, desde 2005. A equipe principal cont[ou] ainda com a participação da Professora Dra. Carla Nunes Vieira Tavares, pesquisadora vinculada ao Grupo. [Naquela época, éramos] professores da Graduação e da Pós-graduação em Estudos Linguísticos, nos cursos de mestrado e de doutorado, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. Já a equipe executora secundária [foi] composta por membros do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Subjetividade (GELS).

O GELS – Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade – [mantinha, naquela época] um conjunto de atividades voltadas para a formação, interlocução e apresentação de propostas de pesquisas dos membros, a fim de (re)pensar os modos de (re)formulação de desenhos de pesquisa, assim como para a consolidação dos trabalhos de pesquisa dos membros do grupo. Nesse sentido, esse grupo reun[ia] três instâncias de interlocução e discussão de temas relativos à proposta de pesquisa do grupo, abrigando, além de suas reuniões ordinárias, subgrupos de estudos” (PROJETO FAPEMIG, 2010, p.06): o grupo de Estudos Enunciativos, o grupo de estudo Texto e Discurso, o grupo de estudos em Linguagem e Psicanálise (GELP), e o grupo de estudos em Psicanálise e Cultura (GEPEC).

O objetivo deste projeto era pesquisar “a relação entre linguagem e subjetividade-singularidade na formação de professores de língua materna e/ou de língua estrangeira e as

³¹ Processo n. APQ-01276-11, com vigência de dois anos, de abril de 2011 a maio de 2013.

³² Processo n. 552266/2011-6, com vigência de 4 anos, de 2012 a 2015.

relações pedagógicas em espaço discursivo de sala de aula e em outros espaços (in)formais de educação” (PROJETO FAPEMIG, 2010, p. 06). Com base nesse objetivo, propus-me a pesquisar, especificamente, o funcionamento da linguagem na relação falta-excesso de dizer no espaço de sala de aula, tomando como objeto de análise as anotações de sala de aula, ou a palavra do professor inscrita nos comentários de alunos. Isso porque tanto na escrita quanto na oralidade ocorre, por vezes, o acontecimento de um excesso de dizer ou de uma falta de dizer, mediante algo que escapa ao sujeito e com o qual se estranha; mas que, no entanto, o constitui: um estranho-familiar, portanto. Esse estranhamento pode acompanhar-se de certa angústia, impelindo o sujeito a voltar-se sobre o "seu" dizer, para alterá-lo, (re)dizê-lo. Uma busca por restituir o familiar e o efeito de unidade. Quando há excesso de dizer, esse excesso se produz como uma espécie de "remendo", uma sutura que deixa ver ali algo de singular: o sujeito (lidando com o Real). [...]

O acontecimento do estranhamento, da falta, do excesso, do aparentemente contingente se configura, a nosso ver, como algo da ordem da constituição do sujeito, algo que rompe o efeito homogeneizante do registro do Imaginário. Em decorrência, esses acontecimentos integram o processo de constituição do sujeito, afetando o modo de subjetivação que ali se configura, de modo a particularizá-lo. Assim sendo, meu interesse volta-se, neste projeto de pesquisa, para a problematização, discussão e análise de anotações tomadas por alunos no ato de participação da aula. Trabalhei a hipótese de que a análise dessas anotações pode contribuir, de modo contundente, para discutir o investimento subjetivo de professores em formação, de modo a problematizar o tipo de formação a que poderiam estar submetidos.

Para abordar essa questão, mostrou-se importante analisar as anotações de aula em relação às diferenças encontradas, como rasuras, hipercorreções, digressões, glosas, intercalações de informação ou comentários e lapsos; já que eles mantêm, em comum, o fato de se constituírem como espaço de manifestação da heterogeneidade discursiva que constitui o sujeito. Esses fatos podem dar visibilidade a traços da relação do anotante com aquilo que anota e ao modo como interpreta aquilo que supõe ter sido dito pelo professor em sala de aula. Denunciam, portanto, a relação estranhamente familiar do sujeito com aquilo que o constitui, mas que é tido como exterior, como sendo da ordem daquilo que o professor diz ao (se) enunciar. Para a realização dessa pesquisa, construí um arquivo de leitura constituído por anotações de alunos de pós-graduação e de graduação, uma vez que o espaço acadêmico parece favorecer a prática da anotação. O ato de anotar atinge tanto professores e pesquisadores, quanto alunos de pós-graduação e de graduação, já que está presente tanto no ato de estudar, preparar aula, assistir a aulas como no ato de pesquisar, como uma forma de concentração e retenção de conhecimentos

importantes para o anotante. A anotação oportuniza o retorno do anotante ao conhecimento que provocou a anotação.

Sob esse prisma, a prática da anotação mostra diferentes funcionamentos. Também se mostra diferente em relação ao anotante, haja vista que o ato de anotar passa pelo anotante que o produz e que imprime nessa prática algo de si e para si, subjetivando-o, embora encontre limites nos “supostos” dizeres do outro³³, uma vez que, para ser considerada uma anotação, é imprescindível que rememore e, dessa forma, assemelhe-se ao “suposto” dizer do outro. Em nosso caso específico, ao dizer do professor, ou melhor dizendo, àquilo que o aluno acredita ser o que o professor (lhe) disse.

Em relação às condições em que o ato³⁴ de anotar se dá, é necessário considerar que, quando se toma nota a partir de texto escrito, é possível (re)ler partes do texto consideradas difíceis e “gastar” mais tempo para as anotações; já a anotação a partir de texto oral não permite retomar/retornar a partes já ditas, porque a enunciação³⁵ avança e se está obrigado a tomar nota *a posteriori* ao “suposto” dizer do outro.

É sobre uma prática que articula esses dois modos de anotação que me debruço: as anotações de aula. Em relação às anotações de aula, é importante considerar que a maioria dos estudantes brasileiros, quando chega à Universidade, experimenta dificuldades para anotar e, também, em resumir³⁶ textos. Embora se trate de uma prática de escrita muito difundida em espaço acadêmico, a anotação não parece ser muito praticada em espaço de ensino fundamental e médio.

Nessas etapas escolares, os estudantes, comumente, ou copiam a matéria do quadro, ou se valem de livros e/ou apostilas, o que minimiza o recurso à anotação de aula. No entanto, não podemos afirmar que essa dificuldade seja resultante da não familiaridade do aluno com a prática da anotação. Podemos arrolar outras causas possíveis, como o grau de dificuldade dos textos acadêmicos, problemas de prática de leitura, colagem ao “suposto” dizer do professor e inibição

33 Aspei o termo “supostos” dado que, de nossa perspectiva teórica, a questão da subjetividade é algo radical, o que significa dizer que a recepção a uma enunciação implica gestos de interpretação, sendo, por isso, inatingível a enunciação em si. Essa característica da enunciação abre para aquilo que é comumente nomeado de não-um do(s) sentido(s), deslizamento do(s) sentido(s), falta, excesso, transbordamento do(s) sentido(s), incompreensão etc.

34 Na noção de ato está implicada a manifestação da subjetividade que o produz, uma vez que *ato* pressupõe a existência de uma entidade que atua no processo. Daí Benveniste definir a enunciação como um ato individual de utilização da língua. Ato individual refere-se ao fato de que a enunciação é um ato que se faz com e pelo corpo; é preciso colocar o aparelho fonador em emprego e ação.

35 A enunciação é (ir)repetível. Faz-se no tempo e no espaço de sua realização. Somente apresenta consistência real no momento da enunciação, movimentando as coordenadas de pessoa, tempo e espaço. Por decorrência, apesar de as estruturas linguísticas se reiterarem, a enunciação, por natureza, mantém, em relação às condições de sua produção, uma (in)tensa relação de (ir)repetibilidade (Cf. AGUSTINI; BERTOLDO, 2010).

36 O ato de resumir um texto pode ser compreendido como uma forma de anotação, dado que é necessário interpretar o texto e reformulá-lo de modo contraído, selecionando o que é importante ser repostado em detrimento daquilo que o resumidor considera secundário, lateral e, portanto, não passível de aparecer no resumo. Ademais, o ato de resumir implica a manutenção da ordem (im)posta no texto a ser resumido e, portanto, certa manutenção (imaginária) da cena enunciativa do texto.

da assunção à autoria; mas, sobre essa questão, seria necessária uma outra investigação acurada e criteriosa, o que escapava ao escopo do projeto de pesquisa.

A prática de anotação pode ser definida como uma prática intelectual que coloca em jogo operações complexas³⁷, cuja finalidade seria compreender/ler um texto e reter da compreensão/leitura os pontos relevantes de um dizer ali lisível. Essa compreensão/leitura abre espaço para a subjetividade, que representa a presença do anotante naquilo que anota, já que ele [o anotante] interpreta o que o professor discursiviza, visando a anotar aquilo que de relevante encontra no dizer do professor, aquilo que lhe faz sentido. Portanto, a prática de anotação não se refere meramente a um conjunto de técnicas a apre(e)nder. Ela é determinada pela compreensão/leitura do anotante.

No caso da anotação de aula, o anotante pode intentar "transcrever" o dizer do professor, a fim de (re)produzir a cena da aula; no entanto, é uma tentativa de (re)dizer o pertinente, o compreensível do que o anotante supõe ter sido dito na aula que está em causa. Esse pertinente relaciona-se ao anotante e à interpretação que provoca a anotação. Contraditoriamente, é possível reconhecer nas anotações de aula que o estudante procura aproximar suas anotações o máximo possível daquilo que julga ser o conhecimento "transmitido" pelo professor, dado que essas anotações geralmente funcionam de guia para o estudante se preparar para provas e um dos modos de o professor mensurar a compreensão dos alunos é pela via da mobilização adequada, na escrita da prova, dos termos específicos de uma teoria.

Nessa perspectiva, a prática de anotação implica a (re)formulação sintética daquilo que é dito ou daquilo que se compreende do que é dito pelo professor; na anotação, por conseguinte, pressupõe-se que o anotante possa (re)formular o "suposto" dizer do professor com suas "próprias" palavras ou com recurso à prática de menção. No arquivo analisado, encontrei poucos anotantes que (re)formularam o "suposto" dizer do professor, de modo a parafraseá-lo; no geral, recorreram a algo similar à citação, havendo, portanto, nessa prática, o imaginário de que se anota o que o professor diz. Nesse caso, a anotação tende a mostrar o dizer do outro, o que provoca certo efeito de distanciamento do anotante em relação àquilo que anota. É possível que haja ali, nessa prevalência do mostrar, uma "busca" incessante por atingir o "mesmo" lugar em que se coloca o professor: o de saber.

O aluno intenta literalizar o dizer, de modo a produzir um efeito de "decalque" do dizer do professor; assim o faz por acreditar que, para obter êxito nas avaliações, devem-se restituir

37 Essas operações complexas envolvem a prática de leitura e gestos de interpretação (ORLANDI, 1996) do anotante, que implicam a (de)cifração da mensagem, transcrita de uma cena enunciativa primária para uma outra, da qual sempre permanece uma opacidade, uma perda, uma hiância própria da linguagem que nela se manifesta no decurso da enunciação.

conhecimentos com as formulações “exatas” do professor. Há nesse gesto implicação imaginária da “fidelidade” das anotações; imaginário esse que fundamenta a relação em sala de aula. A questão, no entanto, é complexa, se considerarmos que a “transcrição” daquilo que compreende (do “suposto” dizer do professor) é (trans)formada pela emergência de subjetividade que ali se inscreve. Afinal, o anotante, como sujeito de enunciação, é um sujeito de linguagem, constituído sócio-histórica e ideologicamente e que, por isso, inscrito em certa historicidade, interpreta o dizer do professor.

Com efeito, as anotações oscilaram entre a prevalência do mostrar e a prevalência do dizer, compreendendo, por um lado, uma reescrituração e, nesse caso, a prevalência é da ordem do mostrar, (con)figurando-se como uma forma de “cópia”, ou tendia a uma escrita de elaboração, aproximando-se de uma (re)formulação. Na prevalência do mostrar, a cena enunciativa primária pode ser reconhecida na anotação, de modo que é possível ao professor (re)conhecer na anotação sua própria elaboração. Já na prevalência do dizer, a cena enunciativa primária mostra-se opacificada na anotação, podendo não ser (re)conhecida pelo professor. Nessa forma de anotação, o anotante reformula o dizer do professor, podendo, inclusive, mudar a ordem do que fora dito pelo professor, assim como acrescentar exemplos ou explicações próprias, de modo a demonstrar um investimento subjetivo sobre a busca por compreender aquilo que o professor intenta ensinar, ou seja, sobre o conhecimento em transmissibilidade. Nessa perspectiva, o exemplo, a explicação, a associação acrescida à anotação pode ou não serem pertinentes. Não está em pauta a correção ou não, mas o processo de subjetivação do anotante sobre o conhecimento em transmissibilidade, e esforçar-se por compreender é um investimento e esse investimento pode ser perceptível na reformulação do “suposto” dizer do professor.

No desenvolvimento deste projeto, o Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo e eu, organizamos o livro **Linguagem e enunciação: subjetividade-singularidade em perspectivas**, publicado em 2011, pela EDUFU. Nesse livro, publiquei o capítulo *A instância do sujeito na anotação de aula*. Ainda em 2011, o Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo e eu publicamos o capítulo de livro *A constituição de corpora em linguística da enunciação*, no livro *As bordas da linguagem*, publicado pela EDUFU. Essa publicação resultou de nossa participação, com a apresentação oral do trabalho, no XII SILEL – Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística – do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia³⁸.

Outras produções relativas a esse projeto foram:

³⁸ Conforme o site: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/?page_id=2943, esse simpósio, como “um evento acadêmico-científico para discussão e divulgação de produção científica, acadêmica, técnica e cultural nas áreas de Letras e Linguística, abrangeu profissionais das respectivas áreas atuantes no Brasil e no exterior. Essa edição do SILEL ocorreu nos dias 17, 18, e 19 de novembro de 2009 e congregou quase dois mil pesquisadores nacionais e internacionais das áreas de Letras e Linguística”.

Artigos:

AGUSTINI, C.; ALFERES, S.C.; LEITE, J.D. Rasura: da subjetividade na textualização de textos acadêmicos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 9, p. 331-355, 2011.

AGUSTINI, C. LEITE, J.D. Benveniste e a teoria saussuriana do signo linguístico: o binômio contingência-necessidade. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 1, p. 113-129, 2012.

AGUSTINI, C.; LEITE, J.D. Benveniste-Authier: aproximações conceituais e particularidades práticas. **Desenredo** (PPGL/UPF), Passo Fundo, v. 8, p. 253-274, 2012.

AGUSTINI, C.; ARAUJO, E. D.; LEITE, J.D. Rasuras em manuscritos escolares e implicações enunciativas: da projeção de (inter)locução à transmissibilidade. **Letras & Letras** (Online), Uberlândia (UFU), v. 29, p. 1-20, 2013.

Texto completo em anais de evento:

AGUSTINI, C.; ARAUJO, E. D. A produção textual em ambiente escolar e a problemática da coerência-compreensão. *In*: II Simpósio Internacional de Letras e Linguística (SINALEL), 2013, Catalão. **Anais [...]** Catalão, 2013. p. 883-897.

O projeto Capes/CNPq-Casadinho/PROCAD é um tipo de projeto que objetiva propiciar a consolidação de Programas de Pós-Graduação; neste caso, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do ILEEL-UFU, uma vez que era nesse programa que os pesquisadores principais atuavam, a saber: o Prof. Ernesto Sérgio Bertoldo, a Profa. Dra. Carla Nunes Vieira Tavares e eu. Com esse projeto, objetivávamos, também, fortalecer a linha 2, intitulada “Linguagem, texto e discurso”, pois era nessa linha que atuávamos. Esse projeto tinha como Grupo proponente o *Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS)*, do qual sou líder desde a sua constituição em 2005.

Os programas de pós-graduação consolidados e parceiros foram o Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPG-LL) e o Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPG-LA), ambos do IEL/UNICAMP. O ponto central temático de investigação desta proposta de pesquisa em conjunto era a problematização da relação constitutiva entre linguagem, subjetividade e singularidade. O objetivo maior era aprofundar a investigação de fatos da ordem da subjetividade, que normalmente não eram contemplados nos estudos linguísticos, mas que possuíam um relevante impacto no entendimento e na problematização do ensino e da

aprendizagem de línguas e seus desdobramentos para a constituição subjetiva (RELATÓRIO PARCIAL, 2013, p. 3).

Professores de diferentes instituições estiveram em missão colaborativa no ILEEL-UFU, assim como estivemos em missão de divulgação de nossos trabalhos na UNICAMP. Cito alguns professores pesquisadores que colaboraram com esse processo de consolidação: Prof. Dr. Eduardo Guimarães, Profa. Dra. Eni Orlandi, Profa. Dra. Maria José Coracini, Prof. Dr. Lauro Baldini, Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira, Profa. Dra. Beatriz Maria Eckert-Hoff, Prof. Dr. Luiz Francisco Dias, Prof. Dr. Pedro de Souza, Prof. Dr. José Horta Nunes, Profa. Dra. Telma Domingues da Silva, Profa. Dra. Maralice de Souza Neves, Profa. Dra. Claudia Rosa Riolfi e Prof. Dr. Eduardo Calil, dentre outros. Esse conjunto de professores estiveram, a nosso convite, no ILEEL-UFU em diferentes momentos da vigência do projeto e missões, cujo objetivo era aprofundar conceitos teóricos importantes para o desenvolvimento das pesquisas dos membros do Grupo GELS.

Quanto a mim, estive em missão na Unicamp para apresentar minha pesquisa em História das Ideias Linguísticas sobre a obra de Émile Benveniste, em uma conferência, de 4 horas de duração, intitulada *Émile Benveniste: a atualidade de suas teorizações*, em 07 de outubro de 2014. Além dessa conferência, também participei de uma mesa-redonda, juntamente com os Profs. Drs. Ana Zandwais e Pedro de Souza, apresentando o trabalho *Língua, Linguagem, Subjetividade. Uma teoria das posições em Émile Benveniste*, na II Jornada Internacional Semântica e Enunciação³⁹, em 23 de abril de 2013. Em 29 de agosto de 2013, proferi, a convite da Profa. Dra. Marlene Teixeira, a palestra *Émile Benveniste. A (inter)subjetividade no processo de enunciação*, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, como parte do ciclo de palestras “Encontros abertos de interlocução. Nem (sempre) às quintas”.

Vale lembrar que, no âmbito do projeto Capes/CNPq-Casadinho/PROCAD, desfrutei de bolsa para a realização do estágio de pós-doutorado, conforme relatado no primeiro capítulo deste memorial.

2.4.1.5. Escrita em Língua Portuguesa: ensino, apropriação, leitura, tecnologia e sociedade

Nesse projeto de pesquisa, objetivo problematizar a relação entre escrita e escritor em diferentes espaços político-simbólicos vigentes em nossa sociedade, em particular no espaço es-

³⁹ Essa jornada aconteceu de 22 a 26 de abril de 2013, no IEL-Unicamp.

colar e na educação não-formal, a fim de compreender o processo de subjetivação instaurado na produção de um texto. Com essa problematização, objetivo compreender e explicitar alguns dos meandros da escrita em Língua Portuguesa, a fim de explorar sua relação com o gesto de apropriação da *língua escrita*, com a leitura, com as tecnologias, com os gêneros textuais e com a sociedade, no cotidiano de seu funcionamento. Assim, unem-se história e acontecimento, regularidade e irregularidade na compreensão da escrita e de seu funcionamento na sociedade.

Objetivo, também, compreender as coerções sociais e linguísticas explícitas e implícitas implicadas no processo de escrita, a fim de dimensionar o regime enunciativo ao qual estão circunscritos os diferentes textos ou gêneros textuais de circulação em nossa sociedade, a tensão que se deixa marcar no processo de escrita e o que ela pode (re)velar da experiência do locutor, na condição de escritor. E, assim, analisar aspectos específicos do processo de escrita, como a argumentação, a progressão textual, a relação oralidade-escrita, os mecanismos de construção textual da referência em relação ao processo discursivo, uma vez que esses aspectos podem descortinar o modo como o escritor lida com a sua escrita em língua portuguesa em diferentes instâncias de sua circulação.

Esse projeto ainda está em desenvolvimento. Embora tenha proposto, no projeto, o período de 2018 a 2022 para a sua realização, minha pretensão é renová-lo, ao final deste ano, por, ao menos, dois motivos: um motivo refere-se à abrangência do próprio projeto que oportuniza diferentes mo(vi)mentos de pesquisa sobre a escrita e o desejo de continuar pesquisando esse *instrumento tecnológico* (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 9) cuja invenção provocou uma revolução na condição humana. Um outro motivo é o fato de que, em 2021, iniciei um processo de reformulação do *Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade* e, nesse processo de reformulação, outros pesquisadores do GELS – o Prof. Dr. Eduardo Alves Rodrigues, a Profa. Dra. Luiza Kátia de Andrade Castello Branco, o Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho, o Prof. Dr. Maurício Viana de Araújo, a Profa. Dra. Érica Daniela de Araújo, a Profa. Dra. Mariana da Silva Marinho e a Profa. Dra. Renata Christina Biachi de Barros – ingressaram nesse projeto e, em parceria, propomos trabalhar os sentidos do significante “luta” em diferentes escritas contemporâneas.

2.4.2. Grupos de pesquisa

Durante minha formação em linguística e minha atuação como professora e pesquisadora do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, participei de alguns grupos de pesquisa, a saber: em 1999, ingressei no Programa de Pesquisa em História das Ideias

Linguísticas, coordenado pela Profa. Dra. Eni Orlandi (UNICAMP) e pelo Prof. Dr. Sylvain Auroux (Université Paris-VII). O ingresso nesse grupo oportunizou-me, nesse mesmo ano, o ingresso no Grupo de Trabalho de Análise de Discurso da ANPOLL, a associação ao Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo e a associação à Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN. Em 2018, quando da criação do GT de Semântica da ANPOLL, ingressei neste GT a convite do Prof. Dr. Luiz Francisco Dias.

Em 2005, criei o Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade – GELS-UFU/CNPq. Já foram vice-líderes do GELS, o Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo e a Profa. Dra. Carla Nunes Vieira Tavares. Na atualidade, esse cargo é ocupado pelo Prof. Dr. Eduardo Alves Rodrigues, com quem estou trabalhando a reformulação e atualização do Grupo. Vale destacar ainda que, além dos projetos de pesquisa com financiamento de órgão de fomento à pesquisa, descritos no tópico Projetos de Pesquisa, também recebemos, em missão de trabalho, no âmbito desse Grupo de Pesquisa, o Prof. Dr. Patrick Anderson, da Université de Besançon, como professor visitante, no primeiro semestre de 2012. Nessa missão, o Prof. Patrick Anderson ministrou uma disciplina, em colaboração com a Profa. Dra. Carla Nunes Vieira Tavares, no PPGEL-UFU. Além disso, participou, nesse período, das reuniões do Grupo de Pesquisa, de orientações de alunos e de conversas sobre questões de ensino e de aprendizagem.

Em 2010, o Prof. Dr. Patrick Anderson e o Prof. Dr. Jean-Marie Prieur, estiveram no ILEEL-UFU, por ocasião da defesa de doutorado da Profa. Dra. Carla Nunes Vieira Tavares, que ocorreu na UNICAMP, em cotutela entre as universidades UNICAMP e Université de Franche-Comté. Nessa ocasião, os Professores participaram de uma mesa-redonda no ILEEL-UFU sobre a relação entre linguagem, ensino e psicanálise.

Desde 2017, participo também, como vice-líder, do Grupo de Pesquisa Fotografia, Língua, Discurso, cujo líder é o Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho. Esse grupo foi fundado em 2017, com o objetivo de pesquisar as relações entre língua, fotografia e discurso. Nele, mantemos reuniões regulares de discussão de textos importantes sobre Fotografia e realizamos algumas ações científicas, como a realização anual de uma jornada. Nessas jornadas, contamos com pesquisadores convidados. Na primeira jornada do Grupo, recebemos o Prof. Dr. Eduardo Alves Rodrigues, cujos trabalhos de pesquisa levantam questões teóricas e analíticas tanto sobre a imagem quanto sobre a fotografia. Na segunda edição da jornada, contamos com o pesquisador, Luiz Diogo de Vasconcelos Júnior, do Instituto Federal de Brasília – IFB, e, na terceira edição, com a Profa. Dra. Telma Domingues da Silva. Com a quarentena de combate à epidemia da Covid-19, as jornadas foram suspensas e deverão ser retomadas em 2022.

De 2010 a 2017, participei, como membro pesquisador, do Grupo de Pesquisa Ensino, Texto & Criação, liderado pelo Prof. Dr. Eduardo Calil de Oliveira. O professor e pesquisador Eduardo Calil esteve no ILEEL-UFU em diversas ocasiões, participou de bancas de defesa, ministrou cursos de curta duração e, em 2012, no âmbito deste Grupo de Pesquisa, recebemos, em missão de trabalho, no ILEEL-UFU a Profa. Catherine Boré, professora da Université de Cergy-Pontoise. A professora Catherine ministrou o curso *La représentation de la parole dans l'écriture des scolaires*, com carga-horária de 12 horas e proferiu a conferência *Questions actuelles sur l'écriture et le sujet scripteur*, com duração de 3 horas. Nesta ocasião, João de Deus Leite, Érica Daniela de Araújo e eu a entrevistamos. Essa entrevista foi publicada no periódico Letras & Letras, em 2013. Minha saída desse grupo de pesquisa se deu por minha solicitação. Infelizmente, com a alta demanda familiar, não tinha mais condições de participar de três grupos e foi preciso escolher.

2.5. Orientação

Em minha carreira acadêmica, orientei mais de vinte alunos de iniciação científica, sendo que, uma parte significativa destes, depois se tornaram orientandos de mestrado e/ou doutorado. Orientei, também, quinze dissertações de mestrado e nove teses de doutorado.

Minha primeira defesa de mestrado como orientadora ocorreu em 18 de fevereiro de 2008, quando Eduardo Alves Rodrigues defendeu a dissertação *O jogo verbal e não-verbal em Primeiras Estórias de Guimarães Rosa: reformulação de estereotípiás*. Nesse mesmo ano, Cleide Aparecida Nunes da Silva Franco, defendeu, sob minha orientação, a dissertação *A relação aluno-professor-aluno na aula de leitura de textos escritos*.

Com Eduardo Alves Rodrigues estabeleci uma relação de amizade “de nunca acabar” e, dessa amizade e afeto, uma parceria de trabalho que se mantém. Hoje, encontramos-nos virtualmente quase toda semana para trabalhar nos diferentes projetos que realizamos juntos. Com a pandemia, intensificamos a produção de artigos. Mas há dias em que paramos o trabalho para conversar, para celebrar nossa amizade. Posso dizer que Eduardo é um belo presente em minha vida. Um presente que se presentifica a cada novo encontro.

A amizade entre nós frutificou: outros colegas queridos chegaram em nossas vidas e, assim, formou-se um quinteto de amigos pesquisadores: Eduardo Alves Rodrigues, Luiza Kátia Castello Branco, José Simão da Silva Sobrinho, Renata Chrystina Bianchi de Barros e eu. Para estarmos diariamente conectados, criamos o grupo Enunciação e Discurso – GenuDis, no

WhatsApp. Embora seja um grupo informal de Zap, além de celebrar nossa amizade e afeto, discutimos questões sociais, econômicas, culturais, do momento; compartilhamos leituras, vídeos, filmes; trocamos receitas, enviamos memes, fotos etc.

Esse quinteto de amigos pesquisadores compõe o Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade. Nos diferentes trabalhos realizados, estamos sempre em dois, três, quatro ou mesmo os cinco, interessados na produção de saberes sobre enunciação e discurso, produzindo de textos escritos a apresentações em GTs de eventos ou mesmo na realização de eventos acadêmicos do próprio Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade.

Esses modos de nos agruparmos mostra, conforme Castello Branco (2022), em comunicação por WhatsApp, que, na academia, o sujeito acadêmico é quem determina o sentido de academia, ao ser determinado por ela, acolhendo outras e várias formas de se produzir conhecimento e de o fazer circular, em um movimento de transformação daquilo que parece “engessado”, em um movimento contra o movimento dos sentidos dominantes que faz parecer que o que conta é o que é dito como oficializado.

Também em 2008, Cleide Aparecida Nunes da Silva Franco, defendeu, sob minha orientação, a dissertação *A relação aluno-professor-aluno na aula de leitura de textos escritos*.

Antes da defesa de Eduardo Alves Rodrigues e de Cleide Aparecida Nunes da Silva Franco, havia coorientado duas dissertações, que foram defendidas em 2007, a saber: a dissertação *O boletim de ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência*, de Roberto Mauro de Souza Tristão, cujo orientador principal foi o Prof. Dr. Luiz Francisco Dias. Essa defesa se deu no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, e a dissertação *O discurso lacaniano como discurso fundador da psicanálise francesa*, de Cirlana Rodrigues de Souza, cujo orientador principal foi o Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo. Essa defesa se deu no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia.

Em 2010, concluí a orientação de três dissertações de mestrado, a saber: a dissertação *A enunciação no rádio amador: produtividade lexical e manifestação de alíngua*, de Thiago André Rodrigues Leite, a dissertação *A escrita de Arnaldo Antunes em seu(s) (40) escritos*, de Sirlene Cíntia Alferes, e a dissertação *A paráfrase no vestibular: uma prática de (re)formulação do dizer*, de Hélder Sousa Santos.

Em 2012, concluí a orientação da dissertação de mestrado *A emergência de subjetividade no ato de transcrição: da oralidade à transcritura*, de Públio Henrique Nunes Tibúrcio.

Em 2014, foram concluídas duas orientações de dissertação de mestrado: a dissertação *Implicações subjetivas na relação professor-aluno: um olhar sobre o processo de (re)escrita de manuscritos escolares*, de Érica Daniela de Araújo, e a dissertação *O idoso em longas-metragens de animação: representações e efeitos de sentido*, de Flávia Motta de Paula Galvão.

Érica Daniela de Araújo tornou-se também uma parceira de trabalho e uma amiga. Mantemos contato e trabalhamos juntas até hoje. Estamos, em parceria com Eduardo Alves Rodrigues, finalizando um artigo sobre grafites e pichações produzidas no muro da Universidade Federal de Uberlândia. Sobre essa questão, já apresentamos trabalhos em dois eventos: no ENELIN-UNIVÁS de 2019, e no III Seminário do LAGEPOP-UFU⁴⁰. Atualmente, Érica Daniela de Araújo é professora no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, na cidade de Araxá – CEFET-Araxá, e Eduardo Alves Rodrigues, supervisor de cursos da Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP.

No ano de 2015, também foram concluídas duas orientações de dissertação de mestrado: a dissertação *A (im)postura professoral no espaço de sala de aula: seus efeitos no ensino e na aprendizagem de escrita em Língua Portuguesa*, de Mariana da Silva Marinho, e a dissertação *O semantismo social entre línguas*, de Flávia Santos da Silva.

Com Mariana da Silva Marinho e Flávia Santos da Silva, também produzi textos que foram publicados em periódicos e em livros. Mariana da Silva Marinho trabalha na educação básica estadual em Minas Gerais, na cidade de Araguari e permanece pesquisadora do GELS. Assim como Érica, Mariana tornou-se uma amiga.

Em 2017, foram concluídas mais duas orientações de dissertação de mestrado: a dissertação *A (inter)subjetividade na escrita em espaço escolar*, de Priscilla Felipe Borges de Freitas, e a dissertação *A co-construção da referência no processo de correferenciação em textos escritos*, de Rafaela Gonçalves.

E, em 2021, foi concluída a orientação da dissertação de mestrado *A relação entre leitura e escrita: a atividade de retextualização no espaço escolar*, de Aline Paula Ribeiro Vasconcelos. Priscilla e Aline são professoras na rede municipal de Uberlândia e estão cursando o doutorado em estudos linguísticos do ILEEL-UFU. Já Rafaela mudou-se para Brasília.

O curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia teve seu processo de criação iniciado em meados de 2007. Na época, fui relatora do processo no Consileel, pois representava os professores adjuntos no Conselho da Unidade. Esse processo foi aprovado pela

⁴⁰ Apresentamos esse trabalho nesse evento a convite da Profa. Dra. Adrianly de Ávila Melo Sampaio, organizadora do evento e professora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Resolução 12/7, de 30/11/2007, do Conselho Universitário da UFU, com início de suas atividades previsto para março de 2009. “O curso de doutorado teve sua avaliação realizada pela primeira vez no triênio 2010-2012, tendo, na ocasião, recebido nota 4 da CAPES. Na última avaliação realizada pela CAPES, referente ao quadriênio 2013-2016, o PPGEL recebeu o Conceito 5, sendo, portanto, reconhecido como um curso nacional de excelência (Site PPGEL)”.

41

Em decorrência, a conclusão de minha primeira orientação de doutorado aconteceu no dia 23 de fevereiro de 2015, com a sessão pública de defesa da tese *A in-determinação nos comentários às cibernotícias*, de Karine Rios de Oliveira. No dia seguinte, 24 de fevereiro de 2015, deu-se a defesa pública da tese *A voz do caminhoneiro no rádio amador: prática discursiva e seus possíveis efeitos*, de Thiago André Rodrigues Leite.

Karine e Thiago ingressaram no Curso de Doutorado em Estudos Linguísticos do PPGEL-UFU na mesma turma e se conheceram nas aulas de teorias linguísticas, disciplina que ministrei naquele semestre. Logo começaram a namorar e se casaram em 29 de junho de 2013, em uma bela cerimônia realizada na cidade de Araxá, cidade natal da Karine. Juntos constituíram uma linda família.

No dia da defesa da Karine, a Geovanna, então uma bebezinha de quatro meses, chorava e Karine estava, por isso, aflita, para além da ansiedade que uma defesa, naturalmente, provoca. Então, pedi permissão para niná-la em meu colo. Ela precisava de um colo calmo e em mim o encontrou: adormeceu e assim permaneceu por quase toda a defesa. Quase ao final acordou e precisamos interromper a sessão para que Karine pudesse amamentá-la. Hoje, ambos são professores no Instituto Federal de Goiás, na cidade de Jataí, e a Geovanna já está uma bela mocinha. Que bom! A academia também é feita de afeto, de vida, de pessoas, de amizades... E nesse sentido, sinto-me abençoada, pois fiz muitos laços de amizade e de trabalho.

Em 2016, foram concluídas três orientações de tese de doutorado. A tese *A objetivação da linguagem no (con)texto do vestibular: mo(vi)mentos na história e no político*, de Hélder Sousa Santos, a tese *A sintaxe no e do discurso político brasileiro: os proferimentos do Dia do Trabalho em Dilma Rousseff: a direita na esquerda ou a esquerda na direita?*, de Patrícia de Brito Rocha, e a tese *A escrita da escrita em (d)enunciação no espaço sócio-escolar: um espaço (em vão) para a (cri)atividade escrita*, de Selma Zago da Silva Borges.

⁴¹ Informações disponíveis em: <http://www.ppgel.ileel.ufu.br/cursos/doutorado/doutorado-em-estudos-linguisticos>.

Com Selma Zago da Silva Borges, produzi alguns artigos. Atualmente, ela é professora no Instituto Federal de Goiás, em Itumbiara, e Hélder Sousa Santos é professor no Instituto Federal do Triângulo Mineiro, na cidade de Paracatu.

Em 2019, concluí a orientação de doutorado de Érica Daniela de Araújo. Sua tese intitulou-se *A linguística geral de Émile Benveniste como acontecimento na linguística: língua, cultura e personalidade*. Um momento muito especial! Érica, assim como eu, também é uma guerreira.

Já em 2020, foram concluídas duas orientações. A tese *A correção de textos escolares em uma perspectiva enunciativa*, de Flávia Santos da Silva, e a tese *O funcionamento enunciativo da argumentação na prova de redação do ENEM*, de Luana Aparecida Matos Leal Fernandes.

Com Flávia Santos e Luana, produzi alguns textos e apresentações de trabalho. Flávia Santos é professora na educação básica, na rede estadual, em Uberlândia, e Luana é professora no Instituto Federal de Minas Gerais, na cidade de Salinas.

No transcurso do programa de doutorado, Luana engravidou e sentiu na pele as dificuldades que advêm com a maternidade. Mesmo com essas dificuldades, incluindo nelas, a distância, ela teve uma bela defesa, apresentando uma tese bem elaborada e de qualidade. Com a pandemia, o trabalho de finalização de sua tese se deu por meio do computador. Compartilhamos o texto e, muitas vezes, no meio da noite, quando eu ia trabalhar no texto de Luana, eu a encontrava trabalhando também.

Em 2021, concluí uma orientação de doutorado, com a defesa da tese *O conceito ‘fala’ de/em Benveniste: a fala como a forma fundamental da linguagem*, de Mariana da Silva Marinho. Uma tese madura, na qual Mariana mostra que, se o conceito de língua de/em Benveniste é diferente do conceito língua de Saussure, então o conceito fala também o é. Como compreender o conceito fala em Benveniste?

2.6. Produção Intelectual

Minha produção intelectual seguiu a trajetória de meus questionamentos sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem em suas diferentes formas de manifestação e de circulação. Afeita desde o início ao trabalho em equipe, com a fundação do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade, pude colocar em prática não só o projeto de formação de outros pesquisadores, mas também o projeto de parcerias no trabalho científico e intelectual.

Esse modo de trabalho científico em equipe oportunizou, além do estabelecimento de um modo produtivo de desenvolvimento das áreas de meu interesse – Análise de Discurso,

Semântica e História das Ideias Linguísticas – no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, a produção intelectual em parceria(s). Em relação ao desenvolvimento das áreas de interesse, cabe destacar que, na atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras, implementada em 2009, o componente curricular História das Ideias Linguísticas passou a ser ofertado como disciplina optativa. Já em relação à produção intelectual em parceria(s), vale chamar a atenção para os trabalhos em coautoria, as organizações de livro, as participações em eventos e as organizações de eventos dos grupos de pesquisa.

Como o trabalho científico (im)põe a *reprodução metódica do objeto* (PÊCHEUX, 1966, p. 160), é fundamental retornar às bases teóricas recorrentemente, e as (re)leituras em grupo constituem um espaço importante de retorno e de movimentação da reflexão teórico-analítica. A reprodução metódica do objeto, a meu ver, abre espaço para que os processos de subjetivação deixem exalar os gestos de interpretação do pesquisador na teoria, movimentando-a, sem, contudo, deslizar para outros campos das ciências da linguagem. É uma relação (in)tensa entre as coerções da filiação e as coerções da interpretação, do arquivo estabelecido em análise, produzindo um espaço de jogo onde deslocamentos e retomadas se (re)produzem. É assim que a reprodução metódica do objeto teórico pode dar lugar de assunção à autoria teórica. De meu ponto de vista, no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, o caso mais significativo e relevante, no Brasil, de assunção à autoria teórica é o da produção intelectual da professora-pesquisadora Eni Orlandi.

Essa compreensão do trabalho científico convoca a (re)leitura e a (re)visitação constante de textos teóricos (fundamentais), de artigos disponíveis nos diferentes periódicos da área, de artigos de temáticas afins, como base para as reflexões solitárias e para as discussões em grupo, com os parceiros de trabalho e de produção. Mas também é preciso arejar a reflexão teórica com outras leituras, com a visita de lugares, de filmes, de vídeos... com a audição de músicas, de palestras, conferências... com a discussão amistosa nos cafés... com a (con)vivência, com o afeto, com as discussões calorosas... com o banho, com o alimento e os sonhos, com o descanso... Esse é o modo como trabalho e, assim, pude chegar até aqui. Sem os autores lidos, ouvidos, discutidos, sem os amigos pesquisadores, sem os parceiros de escrita, de eventos, eu não seria Cármen Agustini, professora pesquisadora do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia.

Com a quarentena, decretada em 18 de março de 2020, parecia que não seria mais possível trabalhar em equipe. As novas tecnologias de informação foram fundamentais para continuar a vida e oportunizaram o acirramento de certos laços de trabalho. Aprendi a utilizar o compartilhamento de arquivos, o Docs Google, o Google Meet e o Skype. Assim, o trabalho

virtual de produção de artigos se intensificou, inclusive como uma forma de permanecer viva. Sentamo-nos juntos, cada um no escritório de sua residência, e juntos discutimos, lemos, elaboramos, conversamos etc. Reuniões virtuais, cafés virtuais, descontração, superação, os muitos sentidos da vida e do trabalho se entrecruza(ra)m aos medos, aos desejos, às lutas...

Em 2020, poderia ter feito a progressão para titular, mas foram muitas as lutas nesse período: aprender a ministrar aulas online, produzir *slides*, videoaulas, preparar materiais apostilados para os alunos, aprender a editar as gravações das aulas online, aprender a editar as videoaulas produzidas, aprender a usar o Moodle, e cuidar da família confinada em casa, cuidar de mim que adoeci, lidar com as perdas... A covid-19 levou-me tios, primos, amigos, os pais de minha amiga de infância, Simone, que faleceram no mesmo dia, e a querida amiga Geralda Zaidan. A lembrança deles permanece em minha memória. Essas experiências dão outro sabor a esse mo(vi)mento.

2.6.1. Os Artigos publicados

Nesse modo de trabalho supracitado, publiquei quarenta e um artigos, sendo trinta e nove no interstício de 2004 a 2022, o que dá uma média de dois artigos por ano. No entanto, a distribuição das publicações não segue, com exatidão, essa média. Com o amadurecimento intelectual, houve uma intensificação da produção de artigos nos últimos anos. No momento de elaboração deste memorial, há dois artigos no prelo que serão publicados ainda em 2022, e há dois outros artigos em processo de elaboração, que, se efetivados, serão publicados: um no segundo semestre de 2022, e outro, no primeiro semestre de 2023. Há também um artigo submetido e em avaliação.

Essa quantidade de artigos pode parecer pequena para alguns pesquisadores. No entanto, para mim, é uma vitória. É preciso registrar que as lutas diárias que tenho enfrentado em minha trajetória de vida evocam esse sentido, uma vez que essas lutas se fizeram presentes desde sempre-já e se intensificaram, sobremaneira, com o diagnóstico de Alzheimer de minha mãe, e com o nascimento de meu filho, portador de deficiência grave. Duas realidades difíceis que experiencio há mais de dez anos.

Virgínia Woolf, ao ser convidada para falar sobre *as mulheres e a ficção*, produziu o texto “Um quarto só seu”. Nesse texto, ela defende que a mulher, para escrever ficção, precisa de “ter dinheiro e um quarto só seu se quiser escrever ficção” (WOOLF, 2020. p. 18). Ao ler esse texto, uma metáfora se (im)põe a mim: um espaço-tempo seu. Assim, desloco a questão da necessidade de espaço-tempo para o âmbito da pesquisa. Uma pesquisadora, em Ciências da Linguagem, para

produzir intelectualmente, precisa de espaço-tempo para analisar e refletir sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem. E, em minha condição, esse espaço-tempo precisa ser bem aproveitado, porque as demandas da vida familiar e acadêmica se avolumam, afogando-me. É preciso desligar-se delas. E, como me disse uma vez o colega Maurício, o trabalho com a linguagem é o meu nirvana. A despeito disso, é preciso considerar as condições de produção do fazer científico e intelectual das mulheres em uma sociedade patriarcal e machista como a nossa, que nos impõe jornadas desgastantes e cansativas de trabalho, seja no trabalho doméstico, seja no trabalho acadêmico.

Essa (d)enunciação pode evocar diferentes redes de sentido. Assumo os riscos da incompreensão e o intento de convocar à reflexão, pois desde que iniciei minha carreira profissional tenho vivenciado a dominância dos sentidos neoliberais determinando, sobremaneira, a produção intelectual no seio da vida acadêmica. Como resultado de tal determinação, houve uma escalada desmedida por produção, impondo, como norma, uma quantificação cada vez mais impraticável de produção intelectual. Essa alta demanda produziu, no cenário brasileiro, diversos efeitos negativos, como o “autoplágio”, uma espécie de multiplicação dos mesmos produtos intelectuais em diferentes meios de circulação do conhecimento.

Geralmente, referimo-nos à Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, fundação vinculada ao Ministério da Educação, que atua na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no país, como a responsável por essa alta crescente de demanda, ou seja, pelo *fordismo*⁴² instalado na pesquisa científica brasileira, “esquecendo-nos” de que os comitês assessores da fundação são compostos por pesquisadores renomados das diferentes áreas do conhecimento. A maioria destes pesquisadores é homem. Em nossa sociedade, na e pela cultura dominante, embora a mulher trabalhe fora, os trabalhos domésticos e o cuidado dos filhos ainda recaem, sobremaneira, sobre nós. Nessas condições, o homem pode ser determinado de outra forma pelos sentidos da política econômica neoliberal que domina o cenário brasileiro de produção científica e intelectual, uma vez que estariam, significativamente, “isentos” de tais demandas.

Por fim, vale destacar que, em minha produção intelectual, cuidei que cada uma apresentasse discussões e/ou contribuições específicas. Embora reconheça o caráter provisório das respostas às questões sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem, trata-se de uma trajetória, e, como tal, ela apresenta textos e textos... textos cuja discussão hoje já seria outra, textos que trazem em seu bojo outras questões em estado germinal que hoje teria condições de

⁴² Com esse termo, metaforizo metonimicamente o pesquisador como máquina em linha de produção (de ciência).

desenvolver (melhor e de outra(s) forma(s)), textos cuja (re)leitura me convocam a outras questões, e...

Feitas essas considerações, discrimino, abaixo, os artigos produzidos em ordem cronológica de publicação:

AGUSTINI, C. Dobras interdiscursivas e efeitos imaginários: a ilusão de subjetividade. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 3, p. 47-75, 1999.

Nesse artigo, analisei o funcionamento das dobras interdiscursivas na construção enunciativa dos sentidos, sob a perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação, em relação aos efeitos imaginários que elas empenham no dizer. Busquei mostrar que esses efeitos colaboram para o estabelecimento da ilusão de subjetividade. A ilusão de subjetividade é um componente inalienável do funcionamento do discurso e da construção enunciativa dos sentidos, posto que a constituição do sujeito e dos sentidos encontra na subjetividade uma condição necessária para o estabelecimento de um sujeito coerente, com certa permanência (duração), certa especificidade e certo domínio, o que garante ao dizer a consistência necessária para que o sujeito signifique e produza sentidos.

AGUSTINI, C. Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos. **Sínteses**, Campinas, v. 5, p. 9-17, 2000.

Esse artigo constitui uma síntese de minha dissertação de mestrado, defendida em 19 de fevereiro de 1999. É oportuno dizer que esse periódico foi criado, por iniciativa conjunta de professores e alunos da pós-graduação do IEL, no final da década de 90, com a finalidade de que aqueles que defendessem dissertação e/ou tese, no Instituto, saíssem do programa com a publicação de um artigo. Uma espécie de incentivo à iniciação da carreira acadêmica como pesquisador pleno, e uma forma de contribuir para que o ex-aluno do IEL tivesse uma experiência que contasse pontos na eventual realização de concurso público para provimento de cargo de professor em universidades.

AGUSTINI, C. Estilística e Gramática: a constituição de uma relação de complementaridade. **Sínteses**, Campinas, v. 9, p. 9-20, 2004.

Esse artigo constitui uma síntese de minha tese de doutorado, defendida em 12 de fevereiro de 2003, no IEL. Em decorrência, com a conclusão do doutorado, tinha três artigos publicados. Para o tipo de formação que tive, ter três artigos publicados ao concluir o doutorado era uma façanha. Como já dito anteriormente, naquela época eu acreditava, por influência dos professores que tive, que artigos deveriam ser produzidos e publicados por professores doutores.

Havia, dessa forma, uma contradição entre o regime de publicação daquela época e a prova de títulos dos concursos públicos. Essa contradição provocou, com o movimento crescente da pós-graduação brasileira na área, a criação de periódicos voltados, exclusiva ou preferencialmente, para a publicação de trabalhos de graduandos e de pós-graduandos, e os programas de pós-graduação foram responsáveis, em muitos casos, por esses periódicos.

AGUSTINI, C. A textualização (política) do discurso da gramática. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 13, p. 21-34, 2005.

Em 2002, realizou-se no Brasil a 9th International Conference on the History of Language Sciences. Participei desse evento apresentando o trabalho “A textualização (política) do discurso da gramática”. Como esse importante encontro científico fora organizado pela primeira vez no hemisfério sul, a Pontes Editores publicou uma seleção de trabalhos, apresentados na Conferência, na revista *Línguas e instrumentos linguísticos*. Meu artigo, de título homônimo ao título da apresentação, foi selecionado e publicado. Nesse artigo, apresentei a análise de quatro gramáticas brasileiras do português de linha tradicional publicadas na década de 1970. O objetivo foi compreender a divisão política da língua e sua representação na textualização da gramática e mostrar a complexidade enunciativa que dá à gramática uma configuração objetiva, apresentando-a como fato. Esse modo de apresentação contribui para o funcionamento da eficácia ideológica do discurso gramatical.

AGUSTINI, C. Da contingência sintática à pertinência semântica do vocativo. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 11-20, 2005.

Analisei, nesse artigo, a presença de uma categoria tipicamente enunciativa – o vocativo – em gramáticas brasileiras de linha tradicional, formal e funcionalista, a fim de compreender a relação estabelecida entre o vocativo e a teoria gramatical. Assim, interessava-me compreender, sob o ponto de vista da Semântica da Enunciação, a pertinência semântica do vocativo nos textos em que se dá. Para tanto, mobilizei a teorização de Benveniste (1988) sobre a enunciação e os lugares “abertos” da língua para o sujeito se colocar e, assim, pôr a língua em funcionamento por meio de um ato individual⁴³ de apropriação.

A forma imperativa dos verbos é aquela em que há um endereçamento à segunda pessoa – o interlocutor da alocação; sendo, por conseguinte, a forma que dispensa a ocupação do lugar

⁴³ No texto *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste aborda a enunciação falada. Tendo isso em mente, compreendo o ato individual como o ato que o falante precisa fazer com e sobre seu corpo, movimentando o aparelho fonador, no processo de apropriação da língua. Ato individual não tem a ver com a produção da significação, uma vez que o sentido é social, porque é linguístico e histórico. Ninguém pode falar pela boca do outro; é um ato que se faz com o corpo e por meio dele.

sintático de sujeito, visto que se trata de uma forma direcionada ao interlocutor. Em decorrência, juntamente a essa forma verbal ocorre apenas o vocativo. O vocativo, nesse sentido, emerge como elemento especificador da relação social estabelecida no processo de prática linguageira, o que o torna pertinente à construção enunciativa do texto em que se dá. As gramáticas brasileiras têm operado, de modo subjacente, com uma noção de enunciado mínimo. Essa noção data dos trabalhos estoicos sobre a linguagem e se baseia na concepção de transitividade verbal, que compreende o verbo como elemento organizador do enunciado. Nesse sentido, apenas os elementos sintáticos requeridos pelo verbo são considerados termos essenciais; os demais elementos sintáticos que porventura apareçam no enunciado serão, por conseguinte, tomados como acessórios, ou seja, facultativos.

Sob o olhar teórico da Semântica da Enunciação, por sua vez, há pertinência semântica do vocativo para a construção enunciativa dos sentidos do texto em que se dá. Essa postura se opõe, de certa forma, à postura gramatical, visto que não tomo o vocativo como termo acessório e, menos ainda, como acréscimo contingente, uma vez que a sua retirada do texto em que se dá afeta a construção enunciativa dos sentidos. Estamos, portanto, propondo com esse texto uma explicação que traga à tona a relação entre o plano da organicidade da língua e o plano da enunciação, já que essa tarefa se mostra pertinente ao campo de atuação teórica da gramática. Essa produção intelectual-científica recebeu financiamento do CNPq, Processo n. 303600/03-9.

AGUSTINI, C. As categorias enunciativas nas gramáticas brasileiras. A relativa explicativa e o vocativo: essencial ou acessório? Nas malhas do sentido de enunciado completo. **Revista da ANPOLL**, Campinas, v. 19, p. 57-78, jul.-dez. 2005.

Nesse artigo, retomei a questão do vocativo e apresentei como parte inédita a questão da relativa explicativa como categoria enunciativa: uma espécie de caução argumentativa que o locutor produz para o seu dizer. Essa compreensão da relativa explicativa já se anunciava em minha dissertação de mestrado, quando percebi que a sua prosódia e o seu funcionamento eram análogos aos das dobraduras do dizer. A diferença residia em certo efeito: as relativas explicativas articulam discursos transversos e as dobraduras “suturam” a transversalidade de discursos, ao modo da junção de “retalhos” discursivos cujos arremates permanecem esgarçados. Esse esgarçamento dá a ver, como efeito, a lateralidade de sua inscrição no dizer.

Com as análises realizadas, concluí, naquele momento, que “as gramáticas brasileiras, de certa forma, intuíram sobre diversos aspectos das categorias tipicamente enunciativas. Porém, dado seus interesses, sejam eles descritivos, sejam eles pedagógicos, mantêm essas categorias de rédeas curtas, com o intuito de garantir a sistematicidade da teorização gramatical. Abordar essas

categorias, levando em conta a dimensão enunciativa que as especifica, produziria uma ruptura com concepções epistemológicas e teóricas que subjazem à teorização gramatical. Não é à toa, portanto, que os exemplos aí inseridos funcionem como ilustração de uma forma linguística, restringindo-se a sustentar a argumentação gramatical de que essas categorias tipicamente enunciativas são elementos à parte ou acessórios; mas, em todos os casos facultativos, porque não compõem a estrutura argumental da oração, ou seja, não fazem parte do **enunciado mínimo**, que é dito ser completo pela gramática, justamente porque apresentaria um **sentido essencial** e, portanto, um **sentido completo**. Encontramos aí a assepsia da língua enquanto uma possibilidade (ou mesmo necessidade) aceita pela gramática e fazendo emergir uma discursividade que prega a construção de enunciados mínimos como fator de correção; tornando-os, dessa forma, enunciados compreensivos, coesos e esteticamente concisos. A disciplinaridade didática da gramática aí encontra uma fundamentação” (AGUSTINI, 2005, p. 77). Essa produção intelectual-científica recebeu financiamento do CNPq, Processo n. 303600/03-9.

AGUSTINI, C. Sujeito e singularidade: (n)a enunciação fotográfica. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 3, p. 245-254, 2007.

Em 2005, quando iniciei as atividades do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade, convidei músicos, fotógrafos e outros pesquisadores da linguagem para proferir palestras no âmbito das reuniões semanais do grupo. Nessa época, meu interesse pela questão da imagem e da fotografia ganharam lugar e perduram até hoje. Com esse interesse de compreensão, empreendi o estudo de alguns autores que se dedicaram a teorizar sobre a imagem e sobre a fotografia. Produzi esse artigo, como resultado desses estudos, para compor o volume da revista **Desenredo** voltado à temática da diversidade linguística e da identidade cultural; dos procedimentos de constituição do texto falado e escrito.

Nesse artigo, considerando a fotografia como uma forma da linguagem, recusei tratá-la como decalque da realidade, produzido pela técnica da câmera e tomei a fotografia como um ato enunciativo, a fim de dar relevo ao traço de singularidade da fotografia artística, como um “querer dizer da fotografia, que a faz dizer, e não somente mostrar um flash do e sobre o mundo” (AGUSTINI, 2007, p. 245). Assim, a fotografia guardaria uma equivocidade que afetaria a interpretação. E essa equivocidade seria dada pelo deslocamento do espaço-tempo da realidade para o espaço-tempo da construção fotográfica, sob a forma de recorte que a destacaria das condições de sua produção. Esse recorte deixaria o espaço-tempo da fotografia aberto à deriva dos sentidos, dando espaço à interpretação.

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E. A. A relação entre o verbal e o não-verbal em Guimarães Rosa: um gesto de leitura sobre "Substância". **Revista da ANPOLL**, Campinas, v. 2, p. 201-228, 2008.

No presente artigo, Eduardo e eu discutimos a relação entre o verbal e o não-verbal no conto "Substância", de Primeiras estórias. A partir de uma concepção de linguagem não-transparente e não-homogênea, analisamos a importância do índice ilustrado no gesto de interpretação do conto "Substância". As ilustrações indiciais participam da significação do conto, estando relacionadas à estória verbal e ao título. Nessa relação, dado o jogo entre o verbal (V) e o não-verbal (NV), se produzem (re)formulações estereotípicas, que afetam a significação dos contos e os efeitos que ela produz.

O modo de contar rosiano funciona colocando em relação duas escritas, por meio das quais se dispõem narrativas sobre o estar-no-mundo, que constituía o tema por excelência do escritor. Com a análise feita, compreendemos as “estampilustradas estórias como um jogo entre narrativas que se relacionam, tendo sido construídas a partir de um suporte material híbrido, pois montado sobre uma base multimodal em que o verbal e o não-verbal encontram-se relacionados. Denominamos a esse suporte *teia*, por englobar fios narrativos que se configuram sob a forma do título, da estória (palavra escrita) e da ilustração criptográfica (forma pictórica); fios que se entrecruzam e configuram o modo singular de Rosa discorrer a respeito de recortes sobre o tema do estar-no-mundo” (AGUSTINI; RODRIGUES, 2008, p. 207).

AGUSTINI, C. Uma reflexão sobre a autoria em textos gramaticais do século XX. **Revista Brasileira de Letras**, São Carlos, SP: UFSCar, v. 5, p. 105-114, 2008.

Nesse artigo, faço uma reflexão sobre a autoria em textos gramaticais do século XX. A autoria, como efeito do funcionamento da língua no discurso, (im)põe ao gramático a individualização de seu dizer, por meio da emergência de alguma inovação em relação aos seus predecessores. No entanto, a gramática do português, no Brasil, produziu, a partir do jogo entre certo e errado, o efeito de que os textos gramaticais são iguais. A autoria da gramática desloca-se, assim, da inovação teórica para a explicação e a exemplificação da regra.

A análises dos textos gramaticais mostrou que “a subjetividade, assim como a posição-gramático, é efeito da determinação histórica e ideológica constitutiva do sujeito-autor. A determinação histórica e ideológica, ao contrário do que possa parecer a princípio, não depõe contra a subjetividade. Na verdade, ela é constitutiva (do efeito de) da subjetividade, garantida por ‘mexidas’ na rede de memória e de significação, pelo movimento do sujeito-autor por diferentes regionalizações de sentido, formações discursivas. É nesse sentido que as coerções históricas e ideoló-

gicas, exercidas pela função-autor gramático sobre o sujeito-autor, relaciona autoria e subjetividade em um processo de individualização da noção de autor. A determinação histórica e ideológica se dá sob a aparência da subjetividade, ou seja, como sendo uma ‘escolha’ (intencional) do sujeito. A intenção do sujeito é desde-sempre determinada pela interpelação ideológica.

Em decorrência do exposto, podemos dizer que enunciar a partir do lugar social de locutor gramático é pôr-se em filiação à rede de memória da gramática pela gramática; é enunciar segundo a interdiscursividade que determina as formulações possíveis ao (e constitutivas do) sujeito-gramático, embora concorram aí outras formulações possíveis pertinentes a outras regiões de significância que constituem o sujeito-autor. Nesse sentido, a recorrência à terminologia tradicional da gramática torna-se parte da textualização das gramáticas da língua portuguesa de outras linhas teóricas, configurando-se como uma reatualização do discurso da gramática” (AGUSTINI, 2008, p. 113).

AGUSTINI, C.; GRIGOLETTO, E. Escrita, alteridade e autoria em Análise do Discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 145-156, 2008.

A produção deste artigo efetivou-se no âmbito de uma parceria instaurada por coordenação de simpósio no III Seminário de Estudos em Análise do Discurso – SEAD, que aconteceu em 2007, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O pequeno texto redigido para a abertura do simpósio foi transformado em artigo. Esse processo foi realizado à distância, por e-mail.

“O artigo discute a relação entre os conceitos de escrita, alteridade e autoria no quadro teórico da Análise de Discurso, a fim de mostrar que a relação do sujeito com a escrita põe em relevo questões que transcendem a concepção de que a escrita seja mera forma de representação da oralidade, um meio de mantê-la. A escrita é espaço de memória, meio de subjetivação, de construção identitária e, por isso, traz em si a alteridade constitutiva do sujeito. Nesse espaço de produção de um efeito-sujeito, a autoria se dá sob o exílio do sujeito, uma vez que há uma decalagem entre aquele que escreve e o sujeito ali produzido como evidência subjetiva e unidade imaginária. É, portanto, partindo dessas ilusões – de evidência, unidade e origem do sentido – que o sujeito se constitui autor de um texto, (des)construindo memória(s), num constante movimento entre singularidade e alteridade” (AGUSTINI; GRIGOLETTO, 2008, p. 145).

AGUSTINI, C. ALFERES, S. C. A escrita da divulgação científica. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 1, p. 1-23, 2008.

Nesse artigo foi discutido, “a partir do quadro teórico da Análise de Discurso, como se dá a escrita da Divulgação Científica (DC) e suas especificidades. A partir de um arquivo estabelecido de textos de revistas de DC, com recorte temporal de 2002 a 2003, direcionadas ao público em geral e às crianças, a saber: Superinteressante, Pesquisa FAPESP, Seleções e Ciência Hoje das Crianças, realizamos a análise considerando a hipótese de que a DC se constitui no tripé dos discursos científico, jornalístico e cotidiano e que esse tripé não se reduz, simplesmente, a um somatório de discursos; ao contrário, a ‘costura’ torna a DC um discurso outro. Concluímos que a DC apresenta uma necessidade discursiva, referente à sua textualização (política), de que suas ‘costuras’ sejam visíveis e, assim sendo, produzam um efeito de ‘tradução’ de resultados científicos, garantindo a vulgarização de conhecimentos científicos” (AGUSTINI; ALFERES, 2008, p. 1).

“As revistas analisadas, embora, muitas vezes, sejam classificadas como voltadas a dado público e não a outro, possuem uma regularidade em sua escrita. Essa regularidade se dá pelo efeito de ‘tradução’ do discurso científico por meio do discurso cotidiano e pela presença de outros discursos que emergem, dada a necessidade discursiva, referente à textualização (política) da DC de ‘explicar’ o discurso científico e, também, por conceber o público como detentor de certo grau de escolaridade. Há na DC uma necessidade discursiva de produzir o efeito de se estar divulgando resultados científicos. Essa necessidade, de ordem da constituição da DC, afeta o processo de sutura entre os discursos que a constituem, uma vez que essas suturas devem permanecer visíveis, sem um acabamento que as ‘dissimulem’, para que se dê a DC. Daí a emergência dos mecanismos enunciativos de ‘costura’ e imbricação de discursos que constituem a DC, o tripé discursivo, discurso científico, discurso jornalístico e discurso cotidiano. A emergência desses mecanismos de ‘costura’ é constitutiva da textualização (política) do discurso da DC, uma vez que são esses mecanismos que produzem o efeito de divulgação vulgarização de resultados científicos na DC. Por fim, vale ressaltar que, nessas ‘costuras’, a relação de poder entre a ‘verdade’ da ciência e a ‘verdade’ da mídia se confrontam – apagando, reforçando, negando sentidos – na construção da DC e da imagem de ciência do e no senso comum” (AGUSTINI; ALFERES, 2008, p. 22).

AGUSTINI, C.; BOEL, V. R. A mulher no discurso jurídico: um passeio pela legislação brasileira. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 1, p. 1-29, 2008.

“Divulga-se, atualmente, que existe igualdade jurídica no tratamento dos homens e das mulheres; entretanto, por meio da Análise de Discurso (AD), analisamos a imagem da mulher corporificada no desenvolvimento da legislação, objetivando mostrar que a propalada igualdade não se confirma, uma vez que o feminino está assujeitado a determinadas construções imagéticas patriarcais e machistas que acabam disseminadas pela Lei e por seus aplicadores. Ao ser proferido

por um sujeito, o discurso se encontra, de alguma forma, determinado pela ideologia vigente. Nesse sentido, um discurso é formado por outros discursos, o que permite analisarmos a presença dos discursos patriarcalista, machista e feminista na legislação. Para tanto, estabelecemos como corpus de pesquisa o Código Civil de 1916 e o de 2002, bem como leis que os complementam, o Código Penal, a Consolidação das Leis Trabalhistas, as doutrinas e jurisprudência. A constituição do *corpus* está marcada pelo interesse em analisar, comparativamente, o movimento dos sentidos em relação às transformações de nossa sociedade” (AGUSTINI; BOEL, 2008, p.1).

“Com efeito, é possível concluir que a imagem (re)construída da mulher ao longo da legislação é marcadamente estereotipada: as mulheres boas são as que se casam virgens, cuidam da família e da casa, já as más mulheres são as que não se casam e convivem com o homem para se aproveitar do seu patrimônio. Essa cisão na imagem da mulher parece relacionar-se a uma forma de imposição de poder e de controle dos homens e das próprias mulheres sobre as mulheres, já que a mulher também acaba por propagar o machismo, independentemente de sua vontade ou não, pelo fato de ser parte da sociedade” (AGUSTINI; BOEL, 2008, p. 26).

AGUSTINI, C. ARAÚJO, E.D. A figura do feminino em filmes infantis: pregnancy e circulação de sentidos. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 1, p. 1-27, 2009.

“Abordamos, neste artigo, os resultados de nossa pesquisa sobre os modos de subjetivação (re)produzidos nos filmes infantis, A Pequena Sereia; Cinderela; Bela Adormecida; Por Água Abaixo; Os Incríveis e A fuga das galinhas. Ao contrário do que se poderia supor a enunciação fílmica não prima somente pelo entretenimento, trazendo discussões de cunho político-ideológico presentes de modo (in)direto e/ou (re)velado. Por tratar-se de um objeto cultural, torna-se inalienável a presença de traços históricos em sua matéria simbólica, traços esses que corroboram para a educação moral não-formal das crianças, já que se volta para estereótipos que evidenciam comportamentos difundidos socialmente. Para realizar esse trabalho de análise, filiamos a teorias linguísticas afetadas por noções psicanalíticas, notadamente a AD, buscando destacar vestígios que rememorem o patriarcado e o machismo constitutivos de nossa sociedade” (AGUSTINI; ARAÚJO, 2009, p. 1).

No desenvolvimento dessa pesquisa, desenvolvi o conceito de *pregnância discursiva*, concebido como uma forma de inscrição de discurso no dizer. Essa forma de inscrição naturaliza o discurso que cauciona o dizer, tornando-o uma evidência. Como evidência, apresenta-se como um dizer do sujeito, como se este fosse a fonte dele. O processo de dessuperficialização do dizer abre a possibilidade de que a *pregnância discursiva* possa ser lida como *ressonância interdiscursiva* (SERRANI, 1997).

AGUSTINI, C.; ALFERES, S. C. Aspectos semânticos das nominalizações: língua, sujeito, paráfrase. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 11-26, 2010.

Esse artigo resultou de um longo processo de estudo das nominalizações. Esse processo teve início quando fiz uma tradução caseira do texto de Patrick Sériot “Langue russe et discours politique soviétique: Analyse des nominalisations”, publicado em 1986, na revista *Langages*, n. 81, como parte do número temático: *Analyse de discours, nouveaux parcours. Hommage à Michel Pêcheux*. Essa tradução caseira ganhou um trabalho criterioso de tradução, em parceria com Eduardo Alves Rodrigues e Gabriel Leopoldino dos Santos. A revisão técnica da língua russa ficou a cargo do professor Fernando Antônio de Barros Madeu. Em 2021, retomamos o projeto de publicar essa tradução em livro, acrescida de uma entrevista com Patrick Sériot, e um posfácio inédito dos tradutores.

Em 2006, ministrei o minicurso *Aspectos Semânticos das Nominalizações*, com duração de quatro horas, no XI SIMPÓSIO NACIONAL e I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA – Linguagem e Cultura: Intersecções – promovido pelo Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2006.

No artigo, analisamos o processo de nominalização de verbos sob a óptica da Linguística da Enunciação e da Análise de Discurso. Para tanto, realizamos um “passeio” por diferentes abordagens, mostrando aspectos já apontados sobre a nominalização de deverbais, de modo a dar subsídios à concepção dessa forma de nominalização como uma paráfrase cujo resultado mostra algum aspecto ou traço da relação daquele que (se) enuncia com aquilo que diz ao (se) enunciar. Esse processo de nominalização produz o efeito de apresentar como realidade pré-asserida o que nominaliza, de modo a se configurar como uma anáfora discursiva.

Sob essa perspectiva, a (trans)formação de enunciados verbais em nominalizações afeta o estatuto da asserção contida na proposição à qual a nominalização se encaixa, uma vez que elas tendem à contenção de sentidos, a fim de restringir o referente – como é o caso das nominalizações em função sintática apositiva. Questionar sobre o estatuto da asserção relativa à nominalização nos permite pensar que, para a nominalização, o exterior ao texto não é explícito, não é mostrado, é apenas indicado, utilizado, nomeado como objeto do mundo. Portanto, a (re)construção dos referentes é heterogênea, colocando em relação o que é articulado na presente instância enunciativa e aquilo que é da ordem do enunciado verbal subjacente à nominalização. Nesse sentido, as nominalizações apontam para um desnivelamento entre planos enunciativos: uma enunciação já asserida, independente e anterior, e uma enunciação articulada na presente instância de

enunciação. Desse modo, o exterior de um dizer está sem cessar presente em seu interior, o exterior de um texto está embutido no próprio texto, de alguma forma. A nominalização, portanto, é uma das formas de presentificação do exterior no dizer, (re)atualizando, (re)memorando, (re)apagando, (re)escrevendo aquilo que pode fazer parte de um consenso de memória na sociedade em um mo(vi)mento de contenção e dispersão de sentidos, uma vez que o processo de textualização (im)põe, como condição de possibilidade de escritura, um mo(vi)mento de contenção e de disseminação de sentido(s): memória e atualização.

AGUSTINI, C.; ALFERES, S.C.; LEITE, J.D. Rasura: da subjetividade na textualização de textos acadêmicos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 9, p. 331-355, 2011.

Esse artigo resultou de um trabalho sobre a versão “A rasura em textos acadêmicos” apresentada por Agustini (2008), na mesa-redonda: Linguagem e constituição do sujeito, no III Seminário de Pesquisa em Análise do Discurso (III SEMAD), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Neste artigo, a partir de um diálogo conceitual entre Authier-Revuz (1998; 2004) e Benveniste (2005; 2006), problematizamos a relação daquele que textualiza com aquilo que diz ao escrever e com a forma como o diz, a partir da rasura. Para este trabalho, a concepção de rasura reclama certo circunstanciamento: a rasura não é um fato sustentado meramente por um mo(vi)mento de correção; ao contrário, a rasura se estabelece como um espaço de tensão instaurado por um acontecimento de falta-excesso de dizer frente a algo que escapa àquele que diz ao (se) enunciar e com o qual se estranha: um estranho-familiar. Sendo assim, sob nossa óptica, de simples ato corretivo, a rasura se apresenta com um estatuto de complexa relação com a subjetividade não-subjetivista. Para tanto, estabelecemos como material de análise recortes de anotações produzidas por universitários durante aulas, conferências, estudos etc. A partir das análises, compreendemos que as rasuras, constitutivas da prática de textualização, podem imprimir compreensão às questões que tocam aquele que (se) enuncia pela textualização. Por isso, em um gesto de leitura subjacente ao nosso trabalho de análise, levamos em conta possíveis marcas da relação singular que aquele que (se) enuncia deixa (entre)ver via uma escrit(ur)a de si. Nesse sentido, a análise da rasura em textos acadêmicos pode deixar flagrar o mo(vi)mento subjetivo daquele que (se) textualiza, de modo a dar certo acesso ao modo como (se) “lida” com o conhecimento em processo de transmissibilidade.

AGUSTINI, C.; LEITE, J.D. Benveniste-Authier: aproximações conceituais e particularidades práticas. **Desenredo**, Passo Fundo, n. 1. v8, p. 253-274, 2012.

Neste artigo, ocupamo-nos da tarefa de apresentar, por meio de contraponto teórico-analítico, a especificidade de formalização que o termo enunciação assumiu nas teorizações de Benveniste (1965, 1970) e de Authier-Revuz (1990, 2004). Assim, nosso exercício de leitura tomou por base a seguinte hipótese: a despeito de Authier-Revuz se filiar à perspectiva conceitual de Benveniste, parece ser possível considerar que a sua compreensão da enunciação comportaria uma singularidade exatamente pela aplicação que a dupla heterogeneidade ganhou em sua prática teórico-analítica; mais precisamente, porque, em Benveniste, a proposta conceitual tangeu às questões de estruturação do Eu, enquanto, em Authier-Revuz, referiu-se às questões de fragmentação do Eu. Dessa forma, empreendemos uma análise sumária de um proferimento da presidenta Dilma Rousseff, de modo a articular o ponto de vista benvenistiano ao de Authier-Revuz, jogando com a estruturação do Eu e sua fragmentação, sem, contudo, deixar de marcar a diferença de perspectiva dos autores mobilizados.

AGUSTINI, C.; LEITE, J.D. Benveniste e a teoria saussuriana do signo linguístico: o binômio contingência-necessidade. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 30, p. 113-129, 2012.

Nesse artigo, analisamos o modo como Benveniste (1939) problematiza a visão de Saussure (1916) acerca da natureza do signo linguístico. Benveniste, sem desconsiderar a questão da contingência e da arbitrariedade tão caras à teoria saussuriana, parte da ideia de que conceber o signo do ponto de vista do locutor reclamaria alçá-lo a seu caráter necessário. Assim, Benveniste traz para a discussão a relevância e a eficácia de se ter signos já constituídos, cujo caráter primeiro seria pôr homens e mundo em relação a partir de um semantismo social.

Mostramos, no artigo, que o gesto crítico de Benveniste em torno da teoria saussuriana não abandona a perspectiva da contingência e da arbitrariedade do signo linguístico. Ao contrário, acirra essa perspectiva, no sentido de que, como contraface, o aspecto necessário expôs a contingência e a arbitrariedade a certo alcance e eficácia. Não à toa, pautados nos apontamentos de Culler (2003), vimos que, por um lado, se o signo é arbitrário, por outro, a língua parece encerrar um sistema de motivação. Proceder desse modo é se filiar ao pensamento de Saussure ([1916]2006), pois toda a sua construção teórica é relacional e complexa. E Benveniste ([1939]1995), na esteira de Saussure ([1916]2006), fez isso exemplarmente. Defendemos, com certa ênfase, a ideia de que Benveniste ([1939]1995) sempre esteve, ao mesmo tempo, dentro e fora do empreendimento de Saussure ([1916]2006). Isso exige considerar, como mostrado no artigo, que, embora se filie ao pensamento de Saussure ([1916]2006), singulariza-se pelo ponto de vista no qual se inscreve, cuja chave base é a enunciação. Muitos pontos teórico-analíticos

promissores foram entrevistados por Saussure. Coube a Benveniste expor a complexidade da língua a outras questões. Em relação à natureza do signo linguístico, o procedimento de Benveniste não foi diferente.

AGUSTINI, C.; ARAÚJO, E.D.; LEITE, J.D. Rasuras em manuscritos escolares e implicações enunciativas: da projeção de (inter)locução à transmissibilidade. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 29, n. 1, p. 1-20, 2013.

Nesse artigo, analisamos algumas rasuras em manuscritos escolares à luz da teoria enunciativa de Émile Benveniste. Alçando a rasura a fato enunciativo, é possível mostrar, para além de suas operações de constituição, o modo como elas participam ou não do processo de construção de sentido que marca a escrita em ato. Pensamos no modo como o efeito de unidade textual é construído, em última instância, por aquele que escreve, tendo em vista a necessidade de correferir-se à projeção de (inter)locutor. Embora essas projeções imaginárias não garantam categoricamente o efeito de unidade textual do escrito do aluno, determinam o trabalho de escrita do aluno, impelindo-o a certos movimentos enunciativos, como a rasura. Trata-se de pensar em uma dimensão imaginária que funda e constitui a escrita em ato, assegurando a ela certa consistência, bem como a própria possibilidade para que o exercício de escrita se efetive.

No decorrer do artigo, voltamos a atenção para a relação entre enunciação escrita e rasura, tendo por base o jogo de (inter)locução que ancora a escrita em ato, no espaço escolar. Foi possível compreender e explicitar que há uma (inter)subjetividade em funcionamento no processo de escrita do aluno dada a relação pedagógica estabelecida com o professor, sobretudo quando enfocamos a escrita como objeto de ensino e aprendizagem no espaço de sala de aula. Ao questionarmos como nas enunciações escritas a projeção de (inter)locução imprime efeitos à escrita do locutor?, percebemos que a ‘escuta’ acerca do que fora trabalhado e demandado pedagogicamente em sala de aula sobre a escrita produz efeitos específicos no próprio percurso de escrita do aluno. Por exemplo, recomendar ao aluno que ele deve evitar repetições, interpelou o aluno a rasurar seu texto na busca por evitá-las, sem, contudo, lograr êxito, uma vez que, no caso em questão, o aluno tinha apenas duas opções: usar a locução adjetiva “de genes” ou o adjetivo “genética”. Isso abriu a possibilidade de questionarmos a abrangência de uma recomendação genérica como essa e seus efeitos, uma vez que há textos em que a repetição é necessária, impondo-se, inclusive, como regra.

AGUSTINI, C.; BORGES, S.Z.S. Gênero Redação ENEM: a experiência de linguagem em uma escrita institucionalizada. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 1-18, 2013.

Selma e eu produzimos esse artigo com o objetivo de discutir a redação do Enem como gênero textual. Na condição de gênero textual, a redação do Enem se configuraria, ao mesmo tempo, como um modelo e uma transgressão a esse modelo, visto que a transgressão, como diferença, seria um aspecto constitutivo do gênero textual, resultante de uma experiência de linguagem. Desse modo, no estudo realizado, consideramos que a experiência de linguagem tem implicação na produção textual, uma vez que essa experiência possibilita o manejo da língua de modo a fazê-la adequar-se à proposta. Nesse sentido, a experiência de linguagem permite que a redação do Enem projete a realidade do locutor em consonância com certa realidade social, fruto do caráter sócio-histórico da linguagem. A experiência da linguagem (im)põe ao sujeito a inscrição sócio-histórica no ‘mundo da significação’, que, de acordo com Benveniste, é o próprio mundo humano. É por isso que o locutor (se) enuncia ao dizer; o modo como diz o situa no mundo, testemunhando-lhe posição e identidade.

AGUSTINI, C. O problema do signo linguístico em Saussure e em Benveniste. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 33, p. 109-130, 2014.

Neste artigo, discuto a constituição do signo linguístico no Curso de Linguística Geral, a fim de problematizar, em particular, a noção de significado/conceito, uma vez que, em muitas ocasiões, ouvi que o significado/conceito seria um significado amplo, primário e imanente ao signo, cujo valor se igualaria ao sentido referencial ou denotativo do signo; nos termos de Benveniste ([1962]1995), sentido referendun. Assim sendo, o signo ‘árvore’ seria constituído, por exemplo, pela imagem acústica (representada pela transcrição fonológica do signo árvore) e o conceito (representado pelo sinônimo 'arbusto' ou pela imagem de uma árvore). Embora essa explicação, assim posta, também apareça no CLG, não a considero trabalhada de modo a permitir uma compreensão adequada sobre a constituição do signo linguístico, se for considerada a definição, também saussuriana, da língua como um sistema de valores puros. Surge dessa colocação a ideia deste artigo: trabalhar sobre a condição paradoxal da língua, a fim de problematizar a constituição do signo linguístico.

Essa forma de explicação, que supunha algo estranha desde minhas primeiras incursões nos territórios da Linguística, já que contradiz afirmações recorrentes e contundentes de Saussure, como “esses signos atuam, pois, não por seu valor intrínseco, mas por sua posição relativa” (Saussure, [1916] 1996, p.137), em minhas (re)visitas ao CLG, revelou-se problemática e contraditória, a ponto de não a aceitar, sem desenvolver um trabalho de compreensão mais acurado sobre ela. Trata-se, a meu ver, de uma explicação que acresce ao signo o sentido referendun que a linguagem lhe habilita no e pelo discurso, que enforma a língua de significação. Trata-se, portanto,

de uma explicação que, além de apregoar a imanência do sentido referendado, também nega seu caráter relacional, negativo e opositivo, se ela não for (re)dimensionada em função da dupla significância da linguagem. Esse (re)dimensionamento é a proposta do artigo.

AGUSTINI, C.; BORGES, S. Z. S. A crônica e o viver na e pela linguagem: narrativas escolares sob um olhar enunciativo. **Revista da ANPOLL**, Campinas, n. 37, v. 1, p. 94-119, 2014.

Nesse artigo, analisamos uma crônica produzida no âmbito das Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa, na edição Escrevendo o futuro de 2012, a fim de compreender o acontecimento da enunciação escrita e da (inter)subjetividade ali projetada. A análise, baseada em processo de dessuperficialização do ato individual de produção textual, permitiu apontar que a crônica produzida, ao mesmo que respeita o gênero, apresenta um manejo da língua que produz, como efeito, a singularização do ato e do próprio sujeito, de modo que há, na crônica produzida pelo aluno, a assunção de autoria do dizer.

AGUSTINI, C.; ARAÚJO, E.D.; LEITE, J.D. Émile Benveniste: uma letra que encarna a linguagem. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, Pouso Alegre (MG), v. 10, p. 115-121, 2015.

Trata-se do perfil de Émile Benveniste produzido para ser publicado no periódico Entremeios: revista de estudos do discurso.

AGUSTINI, C.; SILVA, F. A frase como unidade de discurso. (N)as teorizações de Émile Benveniste. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 1, p. 217-235, 2015.

Esse artigo enquadra-se no âmbito da História das Ideias Linguística. Nele discutimos a noção de frase nas teorizações de Émile Benveniste relativas à conversão da língua em discurso, a fim de compreender e explicitar o porquê de a frase ser considerada por ele unidade de discurso. O conceito de frase mostra-se fundamental aos procedimentos de análise semântica presentes na obra de Émile Benveniste. Para discutir o porquê de a frase ser unidade de discurso, mobilizamos os conceitos de segmentação, distribuição, integração e conexão em suas potencialidades explanatórias do alçamento das entidades em unidades linguísticas.

AGUSTINI, C.; LEITE, J. D. A relação entre teoria e prática no estágio supervisionado em Língua Portuguesa: uma abordagem enunciativa. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, n. 11, edição especial, p. 158-181, 2016.

Esse artigo compôs a edição especial da ReVEL, publicado em homenagem à Profa. Dra. Marlene Teixeira. Nele analisamos o modo como a relação entre teoria e prática se apresenta nos relatos reflexivos do relatório final do Estágio Supervisionado. Para tanto, propomos um diálogo conceitual entre as teorizações de Foucault e Deleuze (1979) e as de Benveniste (1958;1970), buscando pensar que é na e pela enunciação que o revezamento entre teoria e prática acontece. Desse modo, está na base desse revezamento a constituição de uma atividade de subjetivação daquele que (se) enuncia ao dizer de sua experiência e sobre ela refletir. O critério para a seleção e a proposição dos recortes discursivos (RD) analisados toma por base a menção que os acadêmicos fazem da teoria e da prática em suas enunciações escritas. E, a partir dessa menção, recortamos alguns aspectos linguísticos para mostrar o modo como cada instância enunciativa produz sentidos e referências particulares para a relação entre teoria e prática. Os sentidos e as referências dão a dimensão da relação discursiva que cada acadêmico é levado a construir sobre a teoria e sobre a prática. As análises mostram que, no jogo intersubjetivo, a relação discursiva referente à teoria e à prática pode assumir uma feição em que o contingente traz consigo ora as marcas de horror ora as marcas de fascínio. A natureza das análises empreendidas imprime um novo olhar para a relação entre teoria e prática, já que elas se abrem aos mo(vi)mentos de regionalização, tendo como expoente os sentidos de cada locutor.

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E. A. O processo de (re)escrita de textos no espaço político-simbólico escolar: rasura, subjetividade, (neo)liberalismo. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 32, p. 105-134, 2016.

Neste estudo, damos visibilidade ao fato de que a política financeira (neo)liberalista produz efeitos sobre o modo como a educação acontece no – seu funcionamento se inscreve em determinada conjuntura sócio-histórica relativa ao – espaço político-simbólico da escola formal, em especial, no âmbito do Ensino Médio e do Ensino da Produção de Textos em Língua Portuguesa. Por meio da análise discursiva de dois recortes, selecionados a partir de um arquivo constituído de produções textuais que inscrevem a prática de (re)escrita, pudemos mostrar – ao mobilizarmos, sobretudo, as noções de discurso, estrutura e acontecimento – que o efeito de afrouxamento produzido pelo (neo)liberalismo sobre a relação sujeito-conhecimento se (re)produz, na escola e no ensino do processo de escrita, sobre a relação professor-aluno-conhecimento. Esse afrouxamento estabelece o espaço a partir do qual o investimento no sujeito do fazer e nas práticas de treinamento (capacitação, habilitação) se sobrepõe ao investimento no sujeito do saber e nas práticas de formação. Assim, as práticas didático-pedagógicas, no âmbito da sala de aula, voltadas à promoção da escrita, mostram-se inócuas, pois seus efeitos, ao contrário

do esperado e desejado, fortalecem certa dissonância em relação ao processo de transformação social que a apre(e)ensão de uma prática de escrita por parte do aluno poderia produzir.

AGUSTINI, C.; ARAÚJO, E.D.; LEITE, J.D. A leitura do texto não-verbal imagético em livros didáticos: reflexões a partir de um olhar discursivo. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, Pouso Alegre (MG), v. 14, p. 213-231, 2017.

Neste artigo, propomo-nos, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso, realizar um exercício de análise sobre o modo como as práticas pedagógicas apresentadas em um livro didático da educação básica brasileira, na edição direcionada ao professor, abordam o trabalho sobre a leitura-interpretação do texto não-verbal imagético. Nesse exercício, problematizamos a tomada do texto não-verbal imagético como uma mera ilustração do texto verbal, o que aponta para um reducionismo da concepção de imagem à transparência do mostrável. De nossa perspectiva teórica, a imagem não é transparente, porque é cifra da história e, por isso, preconizamos uma hiância estrutural entre língua e imagem. Nesse sentido, além de questionarmos em que medida o trabalho de leitura-interpretação do texto não-verbal imagético ganha operacionalização em um livro didático de Língua Portuguesa da educação básica, visamos a oferecer parâmetros para uma prática de ensino que se desloque do aspecto factual da leitura-interpretação para o seu aspecto relacional e discursivo, a fim de explicitar em que medida o professor pode e deve considerar diferentes efeitos de sentido que o texto não-verbal imagético pode suscitar e, assim procedendo, contribuir para a formação do aluno como leitor.

AGUSTINI, C.; LEITE, J. D. Os estudos enunciativos no Brasil: limites, perspectivas e contribuições. **Domínios da Linguagem**, Uberlândia, v. 11, n. 4, p. 1101, 2017.

Trata-se do artigo de apresentação do número, cuja temática foi “Os estudos enunciativos e o ensino: limites e perspectivas”. Nesse artigo, abordamos o crescente interesse pela área e sua importância para o ensino de língua, em especial o português.

AGUSTINI, C.; SILVA, F. Uma distinção entre entidades e unidades linguísticas: implicações para o método em Linguística. **Domínios da Linguagem**, Uberlândia, v. 11, n. 3, p. 502, 2017.

Nesse artigo, problematizamos, a partir de uma leitura do *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure, a distinção conceitual entre entidade e unidade linguísticas. Embora essa distinção possa parecer irrelevante, ela não o é; ao contrário, ela pode contribuir para ressignificar algumas leituras do *Cours* e, assim, redimensionar o discurso da Linguística sobre ele. É preciso, então, (re)visitá-las para não as reduzir uma mera sinonímia. Estudá-las pode ser uma

forma de dar densidade às afirmações de que não há, no Saussure do *Cours*, o tão propalado expurgo do sujeito-falante. Pensar essa distinção no espaço do presente artigo é uma forma de dar a ver que as unidades da língua estão em função da produção da fala e do sujeito-falante que as delimita no mo(vi)mento de significação. Para melhor explicarmos a distinção entre os dois conceitos, analisamos algumas manifestações da linguagem, como propaganda, piada, notícia e provérbio, a fim de evidenciar o modo como o sujeito-falante delimita uma entidade concreta em unidade linguística. Assim procedendo, demonstramos que essa distinção conceitual está na base do método linguístico de Saussure.

AGUSTINI, C.; LEITE, J. D. Manuscritos de Émile Benveniste: um percurso na e pela poética de Baudelaire. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, Pouso Alegre (MG), v. 16, p. 275-290, 2018.

Os manuscritos de Émile Benveniste sobre a poética de Baudelaire devem ser tratados como notas de pesquisa. Nessa condição, essas notas mapeiam caminhos percorridos por Benveniste no processo de pesquisa, mas não estabelecem nem determinam a sua posição sobre o funcionamento da língua na poética nem sobre o funcionamento poético da língua. Assim sendo, objetivamos, no presente artigo, mapear um caminho que, aos nossos olhos, mostrou-se instigante e inovador ante a conjuntura da época. Considerando a poética uma das formas complexas de discurso, estar-se-ia ante a um funcionamento específico da língua na sociedade. Esse funcionamento ultrapassaria a noção saussuriana de signo como princípio único de explicação, já que sua função não se reduziria ao (com)partilhamento de uma certa compreensão da realidade. Diante do exposto, analisamos um conjunto de notas, a fim de (re)traçar esse percurso de Benveniste dentre outros possíveis de ali serem vislumbrados. O interesse por esse percurso, em detrimento de outros, respalda-se na relação inalienável com a linguística geral de Émile Benveniste, já que, nesse percurso, é o ponto de vista do linguista que está em jogo.

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A. O conceito de língua em/de Benveniste. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 41, p. 9-30, 2018.

Neste artigo, refletimos sobre o conceito de língua na/da linguística (geral) de Émile Benveniste, a fim de mostrar que a posição adotada por este linguista o leva a formular um conceito de língua distinto do conceito saussuriano. Claudine Normand (2009) acreditava que ele se incomodava com a ausência de fundamento do signo linguístico. De nossa perspectiva, o incômodo de Benveniste reside no fato de que, para ele, a língua não é apenas uma álgebra de valores puros. Se a língua é a parte social da linguagem, há nela valores sociais e históricos

implicados, produzidos pela condição de discurso. O incômodo de Benveniste, portanto, refere-se à falta da história que torna a relação entre significante e significado, na constituição do signo linguístico, uma condição necessária à sua própria existência como unidade da língua. A história, nesse sentido, é o constituinte que coloca freio na contingência, já que a pura contingência não é capaz de produzir o efeito imaginário da comunicação. Nessa medida, Benveniste reivindica para a língua sua constituição na/pela história.

AGUSTINI, C.; LEITE, J.D. Dos relatos reflexivos do Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa: a questão do regime enunciativo. **Signum: Estudos de Linguagem**, Londrina, v. 21, n. 3, p. 346-366, 2018.

À luz das teorizações de Benveniste sobre enunciação escrita, problematizamos e analisamos o modo como uma acadêmica do Curso de Letras: Língua Portuguesa e suas Literaturas de uma instituição federal produz seus “relatos reflexivos” do Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa. Estamos considerando que, no tempo da escrita, a acadêmica, já na condição de locutora, precisa lidar com as coerções implícitas e explícitas do gênero “relato reflexivo”, que integra o gênero “relatório final”, e com as coerções da “situação de discurso”, tendo por base a contingência da sala de aula. Dessa maneira, por meio da escrita, a acadêmica (re)elabora a sua experiência no Estágio Supervisionado, dado o processo de metaforização, que se constitui a partir de três tempos que compõem a narratividade da experiência: o tempo do fato vivido, o tempo da escrita e o tempo da leitura. As análises, pautadas em recortes discursivos, mostram os pontos de dispersão da escrita da acadêmica, já que, ao relatar a experiência supostamente exitosa no Estágio Supervisionado, pontos de contradição marcam o regime enunciativo das enunciações escritas da acadêmica, deixando flagrar seu processo de identificação com certos espaços de interpretação que o regime enunciativo implica.

Esse artigo também foi publicado em inglês na *Signum*.

AGUSTINI, C.; LEITE, J. D.; GOUVEIA, R. A. Planos de aula de língua portuguesa em plataformas virtuais: das projeções metodológicas às suas inconsistências. **Linguagem & Ensino**, Pelotas (UCPEL), v. 22, n. 1, p. 57-86, 2019.

Neste artigo, analisamos e problematizamos dois planos de aula de Língua Portuguesa disponibilizados em plataformas virtuais voltadas para o professor. Com base na Análise de Discurso, formulada por Michel Pêcheux, apostamos na perspectiva de que o acesso a essas plataformas, dependendo do uso e das finalidades, pode produzir o efeito de apagamento do lugar de professor. Tais plataformas que disponibilizam materiais prontos, sejam planos de aula, sejam

aulas prontas, constroem o perfil de “professor consumidor”: aquele que não realiza um trabalho crítico acerca deste material e que deles se vale indiscriminadamente. As análises mostram certos problemas na estruturação dos planos de aula disponibilizados, particularmente na parte metodológica das aulas.

AGUSTINI, C.; GALVÃO, F.M. de P. O idoso em *As bicicletas de Belleville*: a espessura semântica da imagem. **Revista DisSol: Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre (MG), v. 9, p. 24-35, 2019.

No presente artigo, analisamos e problematizamos o modo como o corpo idoso é significado no filme “*As bicicletas de Belleville*”, a fim de compreender e expor o olhar leitor a possíveis efeitos de sentido que podem afetar e constituir os espectadores, na condição de leitores. Para tanto, mobilizamos os procedimentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso. Com a análise, foi possível compreendermos que esse objeto simbólico coloca em relação de oposição discursividades sobre o idoso de modo a instaurar uma crítica à sociedade norte-americana, em especial naquilo que ela é afetada pelo discurso capitalista neoliberal. Essa crítica, estendível às sociedades capitalistas neoliberais, movimenta a contradição constitutiva, de modo a alçar o idoso à condição de protagonista. Esse movimento produz o efeito lúdico, além de expor o modo como o idoso é significado no e pelo capitalismo mercadológico.

AGUSTINI, C.; LEITE, J. D.; COSTA, T. M. A leitura na sala de aula: a unidade e a dispersão dos sentidos. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros (RN), v. 9, p. 1-20, 2020.

Neste artigo, inscritos na Análise de Discurso, analisamos as respostas escritas de alunos do nono ano da Educação Básica a uma atividade de interpretação de texto. Essas respostas integram um conjunto de aulas nas quais o professor abordou o tópico argumentação, valendo-se de um artigo de opinião. Recortamos, para análise, as respostas formuladas para duas questões: uma sobre qual seria o ponto de vista defendido pelo autor e outra sobre identificar dois argumentos do texto lido. Nossa inscrição teórica exige outro olhar para esse processo de formulação escrita: a escrita, como um processo de sintagmatização das palavras na sintaxe da língua, por se inscrever na historicidade do(s) sentido(s), está ancorada em gestos de leitura empreendidos na e pela posição sujeito-leitor. Há um ritual de interpelação, evidenciando processos de individuação dos alunos em sujeito-leitor. Esses processos possibilitam pensar em um certo modo de o aluno estar em sala de aula. A análise mostra prevalência de formulações inscritas na repetição empírica e formal (ORLANDI, 1996), indiciando uma prática de cópia fragmentada. Os processos de subje-

tivação em jogo apagam o trabalho do aluno com a língua escrita, não evidenciando, de certo modo, sua inscrição em uma repetição histórica (ORLANDI, 1996).

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A.; ARAÚJO, E.D. A Teorização de Émile Benveniste sobre escrita: (d)o ponto de vista da vida social. **Fragmentum**, Santa Maria, v. 56, p. 79-103, 2020.

Neste artigo, sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas estabelecida pela prática teórico-metodológica da Análise de Discurso, analisamos a teorização sobre escrita empreendida na linguística de Benveniste, que circula e ganha relevância no espaço das Ciências da Linguagem, a partir do ponto de vista da Semiologia. Assim, almejamos produzir um gesto de (re)leitura específico que restitui à sua teorização condições de compreensão da escrita como forma secundária de fala, ao assumir a língua como modelo de estrutura e de funcionamento. Empreendemos, dessa maneira, uma experimentação teórica sobre o *Últimas aulas* e sobre o enunciado “Não consigo respirar”, em circulação na sociedade.

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A.; BRANCO, L.K.C.; BARROS, R.C.B. Isso é uma gripezinha - o Brasil em diminutivo. **Revista da Abralin**, v. 19, p. 310-330, 2020.

As reflexões e as análises produzidas neste artigo derivam de um gesto de leitura filiado à Análise de Discurso sobre um arquivo constituído a partir de recortes midiáticos de circulação nacional e internacional. Analisamos nesse arquivo o funcionamento ideológico das formas discursivas – tais como “isso é uma gripezinha”, “Eu sou, realmente, a constituição” e “E daí?” – que materializam a produção do “Brasil em diminutivo”. Esse funcionamento estabiliza o universo semântico no qual se articulam sentidos de (des)compromisso com sujeitos, com espaços, com instituições, enfim, com trajetórias históricas, se ritmando por um trabalho partitivo em detrimento do coletivo, ou seja, esse funcionamento (re)produz uma política governamental que vai contra aquilo que seria próprio a um estado de direito: a responsabilidade com a(s) coletividade(s). Esse funcionamento ideológico que produz como uma de suas evidências “o Brasil em diminutivo” acirra a polaridade política, expondo a contradição de um governo que se retroalimenta pela prática da mistura entre evidência e absurdo, (re)produzindo formas totalitárias de poder e de dizer. A compreensão desse funcionamento torna visível, ainda, que, ao ser impactada discursivamente pela diminuição das questões sociais brasileiras, a cena política de hoje, no Brasil, é determinada pelo jogo político que (de)nega, silencia e censura as condições reais nas quais e por meio das quais a(s) coletividade(s) se (de)bate(m), demandando o reconhecimento de sua existência.

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A. BRANCO, L.K.C. Discursos sobre a Amazônia brasileira em época de pandemia: o mal avança nas sombras. **Organon**, Porto Alegre, v. 35, n. 70, p. 1-16, 2020.

Inscritos na Análise de Discurso, analisamos, neste artigo, o funcionamento de articulações discursivas que metaforizam o jogo de dissimulação materializado no arquivo de leitura estabelecido sobre a Amazônia Brasileira na época da pandemia do Covid-19, uma vez que essas articulações dissimulam fatos sociais e ideológicos importantes sobre o governo brasileiro e suas condutas significadas socialmente como "(i)legais". Esse jogo dissimula, pelo funcionamento do Aparelho Ideológico de Estado, a (re)produção de "evidências naturais" que configuram sombras nas e pelas quais o mal avança, naturalizando as discursividades que sustentam sentidos de que "o lucro/economia vale mais que a vida/existência".

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A.; BRANCO, L.K.C. A enunciação na prática da desterritorialização: uma metáfora 'estupro culposo' em disputa. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 16, n. 25, p. 44-69, 2021.

Neste artigo, analisamos as relações entre discurso e enunciação na prática da desterritorialização (im)posta na e pela constituição do discurso como objeto teórico da Análise de Discurso. Nessa perspectiva, em que o discurso é tomado como efeito da teorização que forja a (não)estabilidade do entremeio como (não)lugar disciplinar, filiados à História das Ideias Linguísticas estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da Análise de Discurso, expomos essas relações ao olhar leitor a partir da descrição-interpretação do enunciado "estupro culposo". A análise permitiu restituir condições de leitura para o funcionamento do conceito de enunciação na teoria do discurso (Pêcheux) e, em decorrência disso, sobre a constituição de seu objeto, o discurso. Dessa maneira, pudemos compreender que, em relação ao funcionamento do discurso, a enunciação está pressuposta, uma vez que constitui indissociavelmente as bases materiais históricas por meio das quais o discurso se (re)atualiza e o acontecimento da significação é (re)produzido. Em relação ao enunciado analisado, exposto analiticamente às relações entre enunciação e discurso, pudemos mostrar como "estupro culposo" funciona como metáfora em disputa ao ancorar(-se) e abrir(-se) simultaneamente a deriva/à deriva/como deriva; um lugar, portanto, em que a interpretação se realiza já marcando a possibilidade de ser sempre outra.

AGUSTINI, C. RODRIGUES, E. A. O lugar da sintaxe no jogo produtivo do semântico. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 63, p. 1-15, e021015-15, 2021.

Exploramos, neste artigo, as consequências decorrentes da tomada de posição benvenistiana, segundo a qual a significância só é possível em função da relação inalienável entre sintaxe e sentido, o que produz visibilidade ao jogo da linguagem fundado na articulação entre sintagmatização e semantização da língua. Para tanto, produzimos uma releitura da teorização benvenistiana sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas estabelecida pela prática teórico-metodológica da Análise de Discurso, de modo a restituir na arquitetura teórica de Benveniste o lugar decisivo da sintaxe para a compreensão do funcionamento da linguagem na produção dos sentidos. É a partir da análise do plano da sintaxe que Benveniste faz desdobrar o duplo funcionamento da língua: o semiótico e o semântico. Os resultados dessa releitura analítica nos levaram a compreender que o ponto de vista semiológico que determina a teorização benvenistiana sobre a linguagem está marcado metodologicamente por uma entrada na compreensão do uso da língua – por uma regulação dada – pela sintaxe. Foi também a partir desses resultados que pudemos analisar o jogo entre sintaxe e sentido determinando a significância – sentidos e derivas de sentido – no enunciado "Cidadão, não. Engenheiro, civil, formado. Melhor do que você".

AGUSTINI, C.; FERNANDES, L.A.M.L. O regime enunciativo na prova de redação do ENEM. **Revista do SELL**, Uberaba, v. 10, n. 1, p. 01-20, 2021.

Neste artigo, problematizamos o funcionamento da argumentação na prova de redação do ENEM. Para tanto, analisamos, sob a perspectiva teórica de Emile Benveniste, a proposta de redação do ENEM 2016, bem como uma produção textual escrita. Assumimos que a argumentação na redação do ENEM compreende, para além da defesa de um ponto de vista, por meio do manejo da língua escrita e da mobilização de certo repertório, uma elaboração textual em função do regime enunciativo instituído na e pela proposta de redação da prova. Esse regime está relacionado aos textos motivadores que determinam a orientação argumentativa do texto a ser produzido. Na análise, mostramos que a argumentação nessa prova está marcada por uma injunção coercitiva que imprime diretrizes a serem observadas no texto produzido, a fim de que este seja bem avaliado. Assim, argumentar na prova de redação do ENEM não é “defender seu ponto de vista”, mas o ponto de vista implicado no regime enunciativo estabelecido na e pela prova.

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A.; BRANCO, L.K.C. O luto como funcionamento de linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 63, p. 1-20, e021035, 2021.

Neste artigo, tomamos luto como discurso, configurando-se como efeito de sentido produzido no e pelo funcionamento da linguagem. Assim procedendo, questionamos como a significação de luto se movimenta, ganha direções ao materializar relações com outro(s)

sentido(s), o que torna visível, discursivamente, o sentido de luto como não-um, ponto de possíveis articulações discursivas – relações de sustentação no/do fio discursivo – e latitudes discursivas – relações de distensão - (re)arranjo no/do fio discursivo. É por essas articulações e latitudes que o não-um sentido de luto constitui-se como metáfora e, dessa maneira, estrutura a e se estrutura pela produção de discursividades que significam diferentes formações sociais em direções diversas. Para lermos como a metáfora luto produz derivas, expômo-la, metodologicamente, a outras, como a do espelho – "uma imagem (que é) perturbad(or)a" – e a do sufocamento – "não é possível respirar". Compreendemos, assim, como o não-um sentido de luto funciona convocando relações que historicizam diferentes modos de "estar em luto", isto é, diferentes modos de (re)produzir o jogo da presença-ausência na e pela linguagem que determinam certos movimentos de identificação simbólica no e para o sujeito.

Artigos submetidos e aceitos para publicação em 2022:

1. Sentidos de educação em jogo na publicidade da EAD: do paradigma do processo ao paradigma do produto, produzido em coautoria com Eduardo Alves Rodrigues, a ser publicado no periódico **Educação e pesquisa**, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
2. Os sentidos de 'normal'/'anormal' em circulação: o diferente como caução argumentativa, produzido em coautoria com Gildo Antônio Moura Júnior, a ser publicado na revista **Diálogo das Letras**.

Artigo submetido e em avaliação:

1. (Re)produção de sentidos e processos metafóricos na leitura plural: o 'mundo da lua', produzido em coautoria com Renata Chrystina Bianchi de Barros, submetido ao periódico **Linguagem e(m) Discurso**.

2.6.2. Capítulos de livros publicados

A publicação de capítulos de livros mostra-se mais irregular, uma vez que dependia de convites para participar de coletânea, participações em eventos ou organizações de livro. Dentre esses textos, destaco que desejo retomar alguns, em especial o texto sobre as dobraduras do dizer,

sobre os gêneros textuais e modos de dizer, sobre a lexicografia discursiva e sobre a escrita acadêmica, seja em anotações de aula, seja em provas.

Abaixo, listo os capítulos de livros em ordem cronológica de publicação:

AGUSTINI, C. Reflexões sobre a constituição epistemológica da Análise de Discurso. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. (Org.) **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos, SP: Claraluz, 2005. p. 129-136.

AGUSTINI, C. O imaginário da relação entre língua literária e gramática na voz dos literatos. *In*: SCHONS, C.R.; RÖSING, T.M.K. (Org.). **Questões de Escrita**. Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 2005. p. 66-84.

AGUSTINI, C. Gêneros textuais e modos de dizer: reflexões a partir da Análise de Discurso de linha francesa. *In*: TRAVAGLIA, L.C. *et. al.* (Org.). **Linguística: caminhos e descaminhos em perspectiva**. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 1-9.

AGUSTINI, C. Reflexões em torno da lexicografia discursiva. *In*: CANO, W. M.; SILVA, E. M.; MORAES FILHO, W. B. (Org.). **Léxico e morfofonologia**: perspectivas e análises. Uberlândia: EDUFU, 2006, v. 4. p. 89-104.

AGUSTINI, C. (N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Análise do Discurso no Brasil**: Mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 303-312.

AGUSTINI, C.; RANGEL, M.A. A relação entre a gramática e a estilística no discurso dos literatos. *In*: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L.C. (Org.). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 1869-1878.

AGUSTINI, C.; GRIGOLETTO, E. A autoria na escrita de adolescentes: interfaces entre o virtual e o escolar. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009, v. 1. p. 369-380.

AGUSTINI, C.; ALFERES, S. C.; LEITE, J. D. Aula de leitura em Língua Portuguesa: (re)invenções. *In*: BERTOLDO, E. S. (Org.). **Ensino e aprendizagem de línguas e a formação do professor**: perspectivas discursivas. São Carlos: Claraluz, 2009, v. 1. p. 201-226.

AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E. S. A constituição de corpora em linguística da enunciação. *In*: SILVEIRA, E. M. (Org.). **As bordas da linguagem**. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 121-133.

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E. A. O silêncio e o real. *In*: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; BRANCO, L.K.C. (Org.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editora, 2011. p. 107-131.

AGUSTINI, C. A instância do sujeito na anotação de aula. *In*: AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **Linguagem e Enunciação**: subjetividade-singularidade em perspectivas. Uberlândia: EDUFU, 2011, v. 8. p. 7-256.

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A.; ALFERES, S.C. Notícia sensacionalista: uma forma de captar o olhar via imaginário. *In*: SILVA, T.D.; SOUZA, T.C.; AGUSTINI, C. (Org.). **Imagens na comunicação e discurso**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 141-178.

AGUSTINI, C.; FREITAS, V.A.B. O acontecimento da ironia. *In*: SANTOS, H.S.; ASSUNÇÃO, K.L.F. (Org.). **Enunciação e Discurso**: língua e literatura. Curitiba: Prismas, 2014. p. 50-78.

AGUSTINI, C.; BORGES, S.Z.S. Petrificação de gênero e gênero escolar: uma análise enunciativa sobre (im)possibilidades do ensino de escrita baseado em gêneros textuais. *In*: SANTOS, H.S.; ASSUNÇÃO, K.L.F. (Org.). **Enunciação e Discurso**: língua e literatura. Curitiba: Prismas, 2014. p. 193-220.

AGUSTINI, C.; ARAUJO, E.D. Implicações subjetivas na relação professor-aluno: um olhar sobre o processo de (re)escrita de manuscritos escolares. *In*: Silva, E.B.; Sobrinho, H.F.S. (Org.). **Língua falada e escrita**: reflexões e análises. Maceió: EDUFAL, 2014. p. 291-294.

AGUSTINI, C.; MARINHO, M.S. A escrita acadêmica em provas. A descontinuidade na mobilização teórica. *In*: AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E.S. (Org.). **Incursões na escrita acadêmico-universitária**: letramento, discurso, enunciação. Uberlândia: EDUFU, 2017. p. 55-71.

AGUSTINI, C. Forma e sentido: o mo(vi)mento enunciativo da língua em discurso. *In*: ASSUNÇÃO, A.L.; BIAVATI, N.D.F.; SPERANDIO, N.E. (Org.). **Interfaces do linguístico**: enunciação e práticas discursivas. Campinas: Pontes, 2017. p. 5-28.

AGUSTINI, C.; LEITE, J.D. Da experiência humana no estágio supervisionado em Língua Portuguesa. *In*: BORGES, G.F.; SILVA, M.A. (Org.). **Ensino de línguas em diferentes contextos**. Campinas: Pontes, 2017. p. 51-90.

AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E.S. A escrit(ur)a acadêmica e o processo de assunção ao discurso acadêmico. *In*: AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E.S. (Org.). **Incursões na escrita acadêmico-universitária**: letramento, discurso, enunciação. Uberlândia: EDUFU, 2017. p. 7-19.

AGUSTINI, C. Émile Benveniste: o duplo funcionamento da língua no discurso. *In*: AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A. (Org.). **Uma vida pela linguagem**. Homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018. p. 69-94.

AGUSTINI, C.; COQUET, J.; SILVA, F.S. Benveniste e o conceito de indução: as relações de interpretância e de integração. *In*: AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A. (Org.). **Uma vida pela linguagem**. Homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018. p. 57-67.

AGUSTINI, C.; ADAM, J. O programa da "translinguística dos textos, das obras" e sua recepção no limiar dos anos de 1970. *In*: AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E.A. (Org.). **Uma vida pela linguagem**. Homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018. p. 111-141.

AGUSTINI, C. Os termos da língua em Benveniste: (N)as marcas de sua filiação a Saussure. *In*: PRIA, A.D.; KARIM, J.M.; BRESSANIN, J.A.; KARIM, T.M. (Org.). **Estrutura, acontecimento e formação**: os sentidos do político nos estudos da linguagem. Campinas: Pontes, 2019. p. 219-233.

2.6.3. Livros publicados

Desde meu ingresso na Universidade Federal de Uberlândia, foram publicados dois livros autorais, abaixo citados. O primeiro constitui uma versão de minha tese de doutorado, defendida em 12 de fevereiro de 2003, e o segundo é fruto da parceria de trabalho estabelecida com a Profa. Dra. Érica Daniela de Araújo, professora do CEFET-Araxá.

AGUSTINI, C. **A Estilística no Discurso da Gramática**. Campinas, SP: Pontes/Fapesp, 2004. 160p.

AGUSTINI, C.; ARAUJO, E. D. **A (re)escrita em espaço escolar**: a relação professor-saber-aluno. Curitiba: Appris, 2019. 211p.

E, foram organizados quatro livros, abaixo citados. O primeiro, organizado em parceria com o Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo, que é fruto do projeto Linguagem e constituição do sujeito, com financiamento da Fapemig. O segundo, também em parceria com o Prof. Dr. Ernesto S. Bertoldo, é fruto da coordenação de um grupo de trabalho no III Sielp – Simpósio de Ensino de Língua Portuguesa, que foi sediado no ILEEL-UFU, em 2013. O terceiro é fruto de minha participação em projeto de pesquisa, coordenado pela Profa. Dra. Telma Domingues da Silva e sediado na Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS. E, o último é fruto do IX Workshop do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade, intitulado “O quarentenário da presença-ausência de Émile Benveniste”, evento organizado em decorrência dos 40 anos do falecimento do linguista sírio-francês Émile Benveniste, realizado em 2016, no ILEEL-UFU.

AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **Linguagem e Enunciação**: subjetividade-singularidade em perspectivas. Uberlândia: EDUFU, 2011. 256p.

AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **Incursões na escrita acadêmico-universitária**: letramento, discurso, enunciação. Uberlândia: EDUFU, 2017. 239p.

AGUSTINI, C.; SILVA, T. D.; SOUZA, T. C. (Org.). **Imagens na comunicação e discurso**. São Paulo: Annablume, 2012. 319p.

AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E. A. (Org.). **Uma vida pela linguagem**. Homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018. 292p.

2.6.4. Outras publicações

Também foram publicadas as seguintes produções:

AGUSTINI, C. Resenha da Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP: Pontes, n. 6, p. 117-126, 2000.

AGUSTINI, C. Lugar de enunciação: controle do dizer e resistência. In: Falcão, L. F.; Souza, P. (Org.). *In: Seminário Internacional Michel Foucault: perspectivas*, 2004, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Clicdata multimídia, 2004. p. 258-264.

AGUSTINI, C.; SILVA, M. M. A mulher na mídia: subjetivação e circulação de sentidos. *In: X Seminário de Iniciação Científica*, 2006, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: EDUFU, 2006.

AGUSTINI, C.; Borges, G. F. O vocativo no gênero textual tirinhas. *In: X Seminário de Iniciação Científica*, 2006, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: EDUFU, 2006.

AGUSTINI, C.; Araújo, E.D. A leitura do não-verbal nos filmes infantis e a educação moral. *In: Congresso de Leitura do Brasil*, 2009, Campinas. **Anais [...]** Campinas: ALB, 2009. p. 1-12.

AGUSTINI, C.; ARAUJO, E. D.; LEITE, J. D. Émile Benveniste. *Dernières Leçons*. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 30, p. 161-168, jul.-dez. 2012. (Resenha de livro).

AGUSTINI, C.; Araújo, E. D. A produção textual em ambiente escolar e a problemática da coerência-compreensão. *In: II Simpósio Internacional de Letras e Linguística (SINALEL)*, 2013, Catalão. **Anais [...]** Catalão: UFG, 2013. p. 883-897.

AGUSTINI, C.; ARAUJO, E. D.; LEITE, J. D.; BORE, C. Entrevista com Catherine Boré. **Letras & Letras**, EDUFU, Uberlândia, v. 29, n.1, 2013. (Entrevista escrita). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25928/14258>.

AGUSTINI, C. Videoverbete “Subjetividade” publicado na **ENCIDIS** - Enciclopédia virtual de Análise do Discurso/LAS. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FNFNrG6YhWA>.

AGUSTINI, C. Videoverbete “Uso da língua” publicado na **ENCIDIS** - Enciclopédia virtual de Análise do Discurso/LAS. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1TXfFYmlOvE>.

AGUSTINI, C. Prefácio. **A voz do caminhoneiro no rádio amador: discurso e resistência**, de Thiago André Rodrigues Leite, a ser publicado no segundo semestre de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre a relação entre forma e sentido, em minha trajetória, levou-me a reconhecer que, para lidar com a significação e com os (efeitos de) sentidos, é necessário, além de considerar a forma, considerar as condições sócio-históricas e ideológicas nas quais a linguagem acontece e se (re)atualiza. O processo discursivo implicado na materialidade significativa, a enunciação e suas coordenadas referenciais são fundamentais ao trabalho de análise da linguagem em funcionamento. Ou seja, o mo(vi)mento de descrever e interpretar o processo de significação, de modo a restituir certos trajetos de leitura e seus efeitos de sentido possíveis, convoca todas as instâncias linguísticas, enunciativas e discursivas que a caucionam. No funcionamento da linguagem, essas instâncias se acoplam.

Em decorrência de tal compreensão, tomar o sentido como fundamento da linguagem no processo de compreendê-lo em sua relação com a forma do dizer impõe lidar com a linguagem em funcionamento. E por se tratar de funcionamento, convoca, por isso, as condições sócio-históricas e ideológicas de sua (re)atualização, uma vez que a linguagem se (re)atualiza no seio da vida social. De minha posição teórica, é assim que se torna possível não se deixar prender na(s) evidência(s) do sentido e de seus efeitos. É assim que se torna possível ‘sair’ da evidência de transparência, de que o sentido do dizer *x* é *y* para o sentido do dizer *x* pode ser *y*, *z*... É assim que se torna compreensível que o sentido é em relação.

Julgo oportuno registrar, ainda, algumas considerações relativas à minha trajetória acadêmica. Sobre a divulgação de minha produção intelectual, é oportuno dizer que, a despeito das condições de produção adversas, participei de mais de setenta eventos nacionais e internacionais no território nacional. No exterior, apresentei trabalho em um episódio, em Buenos Aires. Nesse episódio pude ouvir o Prof. Sylvain Auroux, a Profa. Elvira Narvaja de Arnoux, o Prof. Carlos Rafael Luís, dentre outros.

Embora reconheça a importância da divulgação internacional, não tive e não tenho condições de fazê-la por meio de apresentações presenciais. Reconheço que as ciências da linguagem, no Brasil, ganham contornos diferentes daqueles que certas teorias logram no exterior. Essas diferenças constituem marcas de brasilidade da/na reflexão linguística e indiciam que as pesquisas, em ciências da linguagem, (re)produzem-se em condições que podem abrir espaço de assunção à autoria teórica.

Sobre essa questão, vale citar Auroux (2009), no posfácio à reedição de 2009 do livro *A revolução tecnológica da gramatização*, ao abordar a fecundidade do conceito de gramatização:

Os pesquisadores brasileiros utilizaram os conceitos de “gramatização” e de “instrumentos linguísticos” em um contexto inédito. Eles estabeleceram desde o começo um programa de história das ideias linguísticas no Brasil. Esse programa nos interessava no laboratório parisiense porque queríamos romper a ligação exclusiva da história das ciências com a temporalidade, queríamos introduzir o *espaço*. Habitualmente, faz-se história de uma ciência como a matemática encadeando os teoremas descobertos; supúnhamos que tudo se passasse em um “espaço” abstrato, o da matemática universal. Mas em um país onde nunca se descobriu um teorema da matemática⁴⁴, por menos que se o pratique e ensine, passa-se algo que concerne à matemática. Se tomarmos isso em consideração, o que resulta para nosso conceito de ciência? Os pesquisadores brasileiros (Orlandi, 1990, 2001; Guimarães, 2004; Castellanos Pfeiffer, 2002; Nunes, 1993, 2006; Dias, 1996; Lagazzi-Rodrigues, 2001, entre outros) fizeram um trabalho empírico e reflexivo considerável sobre a história das instituições brasileiras (escolas, ensino, bibliotecas, congressos etc.) e sobre as gramáticas e os dicionários redigidos no Brasil por brasileiros. Naturalmente – mas, de um ponto de vista teórico, é de partida bastante inesperado – eles nomearam o processo assim construído de “gramatização brasileira”. As consequências são muito fortes: há institucionalização de uma “língua brasileira” (Orlandi, 1993) [...] Imediatamente, encadearam-se deslizamentos fundamentais que concernem aos conceitos como língua materna, língua geral, língua nacional, influência etc. (AUROUX, 2009, p.126-127)

Embora haja um reconhecimento tíbio da pesquisa brasileira em ciências da linguagem, especificamente em História das Ideias Linguísticas, esse dizer de Auroux se inscreve num discurso colonialista, configurado na e pela posição do colonizador. Os pesquisadores brasileiros não só utilizaram esses conceitos em um contexto inédito, mas também deslocaram a compreensão sobre eles, transformando-os significativamente. Sobre esses deslocamentos, vale citar Silva Sobrinho (2013) que, ao mostrar como Auroux concebe o “instrumento linguístico” com base em sua função de *umentar e de mudar a capacidade linguística dos sujeitos linguísticos*

⁴⁴ Essa afirmação mostra-se equivocada, uma vez que um teorema é um resultado matemático, e, geralmente, as teses em matemática culminam na produção de teoremas. Na matemática avançada, há teoremas descobertos por matemáticos brasileiros. Cito, por exemplo, a descoberta da **Superfície de Costa**, em 1982, pelo matemático brasileiro **Celso José da Costa**, como parte de sua tese de doutorado no IMPA. Segundo a Wikipédia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Superf%C3%ADcie_Costa), “é uma das 4 primeiras superfícies mínimas descobertas”. Trata-se de “um objeto 3D que possui algumas particularidades matemáticas. Os outros 3 únicos exemplares de sua classe conhecidos até então eram o catenoide (Leonhard Euler, 1760), o helicóide (Jean Baptiste Meusnier, 1776) e o plano. A **Superfície de Costa** tem a forma de um toro com três buracos, e resolve um antigo problema na área das superfícies mínimas. Seu trabalho acabou dando origem a uma série de pesquisas que resultaram na descoberta de novas superfícies, teoremas e novos problemas matemáticos. Posteriormente, a descoberta do brasileiro acabou influenciando também o desenvolvimento da computação gráfica. Em vista da importância desta descoberta, Celso José da Costa recebeu do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1998, a medalha “Ordem Nacional do Mérito Científico na classe de Comendador. Em 1984, J. Hoffman, D. Hoffman e W. W. Meeks, da Universidade de Massachusetts, conseguiram criar sua imagem computacional”.

(Auroux, 2009), em seu trabalho, ressignifica esse conceito, concebendo-o a partir de seu funcionamento.

Na perspectiva da História das Ideias Linguísticas estabelecida na e pela Análise de Discurso, “passa-se da perspectiva da função para a do funcionamento (processo) discursivo do instrumento linguístico, o que possibilita considerarmos a existência material de outros instrumentos além da gramática e do dicionário” (Silva Sobrinho, 2013, p. 307). Enfim, para não me delongar na questão, afirmo que os pesquisadores brasileiros não são meros utilizadores; são produtores de conhecimento (científico). E, por isso, o que poderia fazer no exterior, também é possível/passível de ser feito aqui mesmo. As condições de produção do fazer científico devem ser consideradas e construídas na medida e no limite do que é possível para o pesquisador. Ademais, a ciência não pode e não deve se moldar no fordismo neoliberal que intenta transformar o pesquisador em máquina de produção.

Vale mencionar, também, que organizei, com os membros do GELS, doze workshops e dez jornadas do Grupo. Também organizei colóquios, no âmbito da disciplina Teorias Linguísticas, do PPGEL-ILEEL-UFU. Participaram desses colóquios professores pesquisadores convidados, como a Profa. Dra. Erotilde G. Pezatti, o Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho, o Prof. Dr. Eduardo Calil e a Profa. Dra. Cláudia Rosa Riolfi.

É válido registrar, também, que, em relação à formação de outros pesquisadores, participei de mais de vinte e quatro bancas de qualificação de mestrado, e de trinta e duas bancas de qualificação de doutorado. E como avaliadora, em banca de defesas, participei de vinte e duas defesas de doutorado e de trinta e duas defesas de mestrado.

Emiti pareceres, não só para periódicos da área, mas também para editoras universitárias e órgãos de fomento à pesquisa, quando estes me foram solicitados. Ministrei alguns cursos para professores da rede municipal de ensino e participei de algumas rodas de conversa com grupos de estudo e com professores da educação básica. Essas ações extensionistas deveriam ter tido um lugar de maior relevo em minha trajetória. Hoje, ao retornar sobre minha trajetória, compreendo que essa é uma autocrítica necessária.

Estive no Conselho do ILEEL por quase quatro anos, representando os professores adjuntos. Participei de comissões internas à unidade, de bancas de processos seletivos, de reformulações de PPCs, da proposição do *Curso de licenciatura em letras: espanhol e literaturas de língua espanhola*. Fui representante da unidade junto à biblioteca, trabalhei em comissões de realização do SILEL – Simpósio (Inter) nacional de Letras e Linguística. Fui representante do *Curso de licenciatura em letras: português e literaturas de língua portuguesa* no Fórum de Licenciaturas e, atualmente, estou na comissão de planos de trabalho.

Com esses últimos registros, parece-me oportuno concluir o trabalho de (re)visitação às minhas memórias e aos registros documentados. É hora de dar à leitura essa narrativa de minha trajetória intelectual-acadêmica, sem deixar, contudo, de (re)lembrar ao leitor que se trata de uma narrativa esburacada por esquecimentos, faltas, incompletudes. Não é possível contar tudo. Mas acredito que consegui dar visibilidade e coerência aos aspectos mais significativos de minha trajetória intelectual e acadêmica.

Desejo que essa narrativa sumária e lacunar, que imiscui vida profissional e vida pessoal, possa servir de inspiração às mulheres pesquisadoras, que, assim como eu, lutam por viver a vida, para viver (d)a linguagem, vivendo na e pela linguagem, e aos homens pesquisadores, como uma (d)enunciação, que os convoque a olhar para nós com um outro olhar: o olhar da empatia e do reconhecimento.

E, por fim... registre-se:

Quando a poesia da vida me falta, a poesia das palavras me sustenta! Nada mais maravilhoso do que mergulhar no mundo dos livros e se deixar levar pela linguagem, pelo conhecimento, pelo(s) sentido(s)...

Ou...

Desde eu criança, a linguagem me fascina. Ao mesmo tempo, objeto e vida! Como apreender-te? Em errância, evanescente... abre-se em profusão... sentido(s).

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Cármen. **Relatório de Iniciação Científica. O fluxo de informação na sentença falada.** UNESP-Rio Preto: IBILCE, 1996.

AGUSTINI, Cármen. **Dobras interdiscursivas:** o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos. 1999. 142p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

AGUSTINI, Cármen. **A enunciação do transbordamento das regras:** a estilística no discurso da gramática. 2003. 204 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

AGUSTINI, Cármen. **Relatório de Atividades e de Pesquisa Concernentes ao estágio de Recém-Doutor,** 2004.

AGUSTINI, Cármen. Gêneros textuais e modos de dizer: reflexões a partir da Análise de Discurso de linha francesa. *In:* TRAVAGLIA, Luiz Carlos *et. al.* (Org). **Linguística:** caminhos e descaminhos em perspectiva. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 1-9.

AGUSTINI, Cármen; RODRIGUES, Eduardo. A relação entre o verbal e o não-verbal em Guimarães Rosa: um gesto de leitura sobre “Substância”. **Revista da ANPOLL**, Campinas, v. 2, n. 24, 2008. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/36>. Acesso em: mar. 2022.

AGUSTINI, C. Uma reflexão sobre a autoria em textos gramaticais do século XX. **Revista Brasileira de Letras**, São Carlos, SP: UFSCar, v. 5, p. 105-114, 2008.

AGUSTINI, Cármen; GRIGOLETTO, Evandra. Escrita, alteridade e autoria em Análise do Discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 145-156, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2317/1258>. Acesso em: mar. 2022.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e realidade econômica: o “marketing” da seca nordestina. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 53-75, nov. 1991. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2317/1258>. Acesso em: mar. 2022.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre:** meias confissões de Aninha. Goiás: Editora da UFG, 1983.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia. vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni. **Língua e cidadania:** o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

HERNANDES, Cármen. **Relatório de Iniciação Científica. Os argumentos do verbo.** UNESP-Rio Preto: IBILCE, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso.** Uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel (sous le pseudonyme de Thomas Herbert). Reflexions sur la situation théorique des sciences sociales et spécialement de la psychologie sociale. **Cahiers pour l'analyse**, Paris, n. 2, p. 139-165, fev. 1966. Disponível em: <http://cahiers.kingston.ac.uk/pdf/cpa2.6.herbert.pdf>. Acesso em: mar. 2022.

RODRIGUES, Eduardo A.; AGUSTINI, Cármen; BRANCO, Luíza C.; BARROS, Renata C.B. de. “Isso é uma gripezinha” – o Brasil em diminutivo. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 3, p. 310-330, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1729>. Acesso em: mar. 2022.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1996.

SERRANI, Silvana M. **A linguagem na pesquisa sociocultural:** um estudo da repetição na discursividade. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

SILVA SOBRINHO, José Simão da. Museu da Língua Portuguesa: instrumento linguístico em tempos da ideologia do lazer. **Letras**, Santa Maria (RS), v. 23, n. 46, p. 307–315, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11736/7166>. Acesso em: mar. 2022.